

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS E PRÁTICAS EM JORNALISMO

THAIS MICAELLE FERREIRA GUIMARÃES

**“UMA GRANDE, CONSCIENTE E ORGANIZADA PORÇÃO DE
MULHERES”: AS NARRATIVAS FEMINISTAS DO JORNAL
MULHERIO (1981-1988)**

TERESINA - PI

2022

THAIS MICAELLE FERREIRA GUIMARÃES

**“UMA GRANDE, CONSCIENTE E ORGANIZADA PORÇÃO DE
MULHERES”: AS NARRATIVAS FEMINISTAS DO JORNAL
MULHERIO (1981-1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação (Mestrado) da Universidade Federal do Piauí como requisito para a obtenção do título de mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Processos e Práticas em Jornalismo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Regina Barros Rêgo Leal

TERESINA - PI

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processos Técnicos

G963u Guimarães, Thais Micaelle Ferreira

“Uma grande, consciente e organizada porção de mulheres”:
as narrativas feministas do jornal Mulherio (1981-1988) / Thais
Micaelle Ferreira Guimarães. – 2022.

116 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,
Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação
em Comunicação, Teresina, 2022.

“Orientadora: Dra. Ana Regina Barros Rêgo Leal.”

1. Feminismo. 2. Imprensa feminista. 3. Hermenêutica da
consciência histórica. I. Leal, Ana Regina Barros Rêgo. II. Título.

CDD 305.42

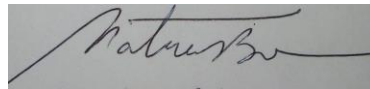
THAÍS MICAELLE FERREIRA GUIMARÃES

**“UMA GRANDE, CONSCIENTE E ORGANIZADA PORÇÃO DE MULHERES”: AS
NARRATIVAS FEMINISTAS DO JORNAL MULHERIO
(1981-1988)**

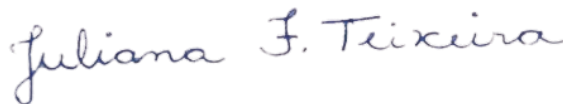
**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Comunicação da Universidade
Federal do Piauí, em cumprimento às exigências para
obtenção do título de Mestre em Comunicação**



PROFA. DRA. ANA REGINA BARROS REGO LEAL
Presidente
Universidade Federal do Piauí - UFPI



PROFA. DRA. PATRÍCIA D'ABREU
Examinadora
Universidade Federal do Piauí - UFPI



PROFA. DRA. JULIANA FERNANDES TEIXEIRA
Examinadora
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

*“Nenhum sistema que não é capaz
de abraçar com carinho a mulher que amo e
acolher generosamente minha amada classe
é digno de existir.”*

Mauro Iasi

AGRADECIMENTOS

Sem sombra de dúvidas, estas foram as páginas mais fáceis de serem escritas nesta dissertação, pois durante todo o caminho que trilhei até chegar aqui eu lembrava, a cada instante, de todas e todos os que não soltaram minha mão. Sim, eu “sei quem trama e quem tá comigo”.

Agradeço primeiramente à força sobrenatural que me rege e sustenta, para quem direcionei as minhas preces e que presenciou tantas lágrimas, quando não havia mais ninguém.

Agradeço e também dedico esta pesquisa à minha mãe Sílvia e ao meu pai José Garibaldi. Mesmo tendo apenas uma vaga noção do que é um Mestrado, torceram e me apoiaram, como sempre fizeram. Essa conquista e outras que virão dedico a vocês!

Ao meu companheiro Kilito Trindade, obrigada pelo incentivo a tentar o Mestrado. Obrigada por me consolar em tantos momentos de frustração, por se preocupar com meu sono diante de tantas noites mal dormidas e principalmente pela paciência, sobretudo nessa reta final.

Professora Ana Regina, essa pesquisa não é só minha. Muito obrigada por ter aceitado ser minha orientadora, lá na Graduação e agora no Mestrado. Um longo caminho já trilhado sob sua orientação e eu só tenho a agradecer por tanto conhecimento compartilhado e também pelo cuidado, pelo carinho, que fazem toda a diferença.

Também manifesto gratidão a minha família, em especial a minha tia Conceição e aos meus tios Gualter (padrinho) e Osmarina (madrinha), tia Mariland, tio Gladestone, tia Francisca, tia Miraneide, tio Ray e tio Rogério. Sei do carinho que têm por mim e que sempre estiveram na torcida.

Obrigada a todas as amigas sinceras que vibraram e torceram por mim. Um agradecimento especial a Lu Rebordosa, que, um dia antes da prova do Mestrado, não me deixou desistir da seleção e passou o dia inteiro estudando comigo. Sem você, amiga, não teria conseguido. Agradeço ao Edison por trocar figurinhas e pelo apoio fundamental nesta fase final. Gratidão a minha irmã Natasha Karenina, pela escuta de sempre e pelos livros da Angela Davis e da bell hooks. Agradeço ao Edison por trocar figurinhas e pelo apoio fundamental nesta fase final. Meu muito obrigada ao professor dr. Paulo Ângelo, pelo livro do Paul Ricoeur, que foi imprescindível na minha escrita.

Agradeço a todos da minha querida turma de Mestrado. Infelizmente não pudemos ter tanta convivência presencial devido à pandemia, mas tenho carinho, respeito e admiração por todas e todos. Meu obrigada especial ao Jader, por ter segurado minha mão até aqui, por ter

enxugado minhas lágrimas e por sempre dizer: “eu acredito em você”. Amigo, você foi primordial.

Muito obrigada aos professores do PPGCOM, especialmente às professoras Jacqueline Dourado, Samantha Castelo Branco e Juliana Teixeira, suas aulas foram bálsamo em muitos momentos.

Por fim, manifesto gratidão à minha amada Universidade Federal do Piauí (UFPI), instituição que mudou para sempre a minha existência, lá em 2013, e que até hoje faz parte da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as narrativas publicadas no jornal *Mulherio* (1981-1988). Idealizado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC), em São Paulo (SP), o impresso teve 42 edições ao todo, sendo a primeira publicada em 1981. A análise das edições previamente selecionadas do periódico é feita de modo interpretativo e com caráter qualitativo, orientada pela hermenêutica da consciência histórica proposta pelo filósofo francês Paul Ricoeur, em sua obra *Tempo e Narrativa* (2010). Tal conceito, aplicado no percurso analítico-interpretativo dessa pesquisa, tem como entrada principal o círculo hermenêutico, que constitui a narrativa em três etapas: a prefiguração por parte de um autor, com base na sua experiência e pré-compreensão do mundo; a configuração do mundo vivido e compreendido pelo autor, através da escrita do texto; e, por fim, a refiguração realizada pelo leitor do texto. Conceitos-chave como tempo, narrativa, *mimesis* e tradição se destacam no decorrer da dissertação. A amostra intencional deste trabalho é composta por 10 narrativas extraídas do jornal, publicadas em edições diferentes, cada uma. A partir disso, delimitamos os seguintes objetivos específicos: investigar o surgimento e criação do jornal *Mulherio*; observar o contexto histórico e sociocultural no qual o jornal estava inserido; identificar quem eram as mulheres que escreviam para o jornal, a partir das narrativas; e averiguar se o periódico contribuiu e como se deu essa contribuição para a imprensa brasileira e mais especificamente para a imprensa feminista na década de 1980. Essa pesquisa se justifica pela necessidade de estudos sobre a imprensa feminista brasileira nas décadas passadas, tendo em vista que as investigações com tal recorte precisam ser fortalecidas.

Palavras-chave: Feminismo; Hermenêutica da Consciência Histórica; Imprensa Feminista.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the narratives published in the *Mulherio* newspaper (1981-1988). Conceived by researchers from the Carlos Chagas Foundation (FCC), in São Paulo (SP), the print had a total of 42 editions, the first being published in 1981. The analysis of previously selected editions of the journal is done in an interpretative and qualitative manner, guided by the hermeneutics of historical consciousness proposed by the French philosopher Paul Ricoeur, in his work *Time and Narrative* (2010). This concept, applied in the analytical-interpretative path of this research, has as its main entrance the hermeneutic circle, which constitutes the narrative in three stages: the prefiguration by an author, based on his experience and pre-understanding of the world; the configuration of the world lived and understood by the author, through the writing of the text; and, finally, the refiguration performed by the reader of the text. Key concepts such as time, narrative, *mimesis* and tradition stand out throughout the dissertation. The intentional sample of this work is composed of 10 narratives extracted from the newspaper, published in different editions, each one. From this, we delimited the following specific objectives: to investigate the emergence and creation of the *Mulherio* newspaper; observe the historical and sociocultural context in which the newspaper was inserted; identify who were the women who wrote for the newspaper, based on the narratives; and to find out if the journal contributed and how this contribution was made to the Brazilian press and more specifically to the feminist press in the 1980s. This research is justified by the need for studies on the Brazilian feminist press in past decades, considering that the investigations with such a cut need to be strengthened.

Keywords: Feminism; Hermeneutics of Historical Consciousness; Feminist Press.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Amostra de jornais selecionados.....	69
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01.....	40
Figura 02.....	44
Figura 03.....	71
Figura 04.....	75
Figura 05.....	78
Figura 06.....	82
Figura 07.....	86
Figura 08.....	90
Figura 09.....	94
Figura 10.....	97
Figura 11.....	104

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FEMINISMO E SEUS MOVIMENTOS	16
2.1 O feminismo em ondas	17
2.2. As múltiplas faces do feminismo	25
3. O JORNAL MULHERIO E SEU TEMPO	30
3.1 Imprensa feminista no Brasil na década de 1980	31
3.2 Mulherio	38
3. 2. 1 As três fases do jornal.....	41
3. 2. 2 Estrutura e perfil editorial	43
3. 2. 3 As mulheres que faziam o Mulherio.....	45
4. POR UMA HERMENÊUTICA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: TEMPO E NARRATIVA NA PERSPECTIVA DE PAUL RICOEUR	48
4.1 Considerações sobre tempo e narrativa.....	48
4.2 A narrativa jornalística e os caminhos da interpretação	56
4.2.1 O círculo hermenêutico	62
5. ANÁLISE DAS NARRATIVAS DO JORNAL MULHERIO.....	69
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
7. REFERÊNCIAS	112

1. INTRODUÇÃO

Os avanços em relação aos direitos civis das mulheres no decorrer da história são inegáveis. Entretanto, tais direitos conquistados ainda estão bem longe de promover o que tanto almejamos: uma sociedade na qual homens e mulheres sejam tratados com o mesmo respeito. A opressão sofrida pelas mulheres em todos esses séculos se traduziu nas mais diversas formas, e as principais delas são a violência e o silenciamento.

Na história tradicional, a mulher é uma categoria praticamente ausente e quase nunca protagonista. Não fossem os esforços de movimentos contra hegemônicos como o feminismo, o apagamento seria total.

A questão não é nada simples de ser entendida, pois há várias camadas a serem reveladas. Uma delas é que, quando se fala sobre direitos das mulheres, não é suficiente tratar somente da perspectiva de um abismo visível em relação aos homens. Isso só daria conta do problema se ignorássemos que o universo feminino é plural e diversificado sob vários aspectos (classe social, raça, sexualidade, etc.), portanto, se faz necessário admitir que mulheres sofrem diferentes tipos de opressão. Esse tem sido o grande desafio do feminismo.

Por conseguinte, ao discorrer sobre o feminismo, é necessário abordar o papel da mídia, seja na disseminação dos ideais feministas, seja na oposição a tais pensamentos. Na atualidade é possível perceber um maior espaço concedido por grandes e pequenos meios de comunicação ao tema. Agora, quando se fala de décadas passadas, como o período em que a imprensa feminista se fortalece no Brasil, os desafios do movimento de mulheres eram maiores.

Não se pode negar que o feminismo teve espaço na mídia alternativa nos anos 1970 e 80. Todavia, tal abertura com o passar do tempo deixou de ser suficiente para um movimento que crescia cada dia mais, isso somado ao fato de os jornais alternativos, mesmo “abraçando” a causa das mulheres, eram compostos majoritariamente por homens, assim, não havia como não reproduzirem machismo em seu conteúdo. E é nesse contexto que a imprensa feminista se fortalece no Brasil.

O jornal *Mulherio*, periódico criado em 1981, é nosso objeto de pesquisa. Apesar de ter sido criado ainda durante a ditadura civil-militar, *Mulherio* surgiu em um contexto de menor repressão, devido a dois importantes eventos históricos: a suspensão do Ato Institucional Nº 5 em 1978 e a instituição da Lei da Anistia em 1979. Foram rodadas, ao todo, 42 edições do impresso, em intervalos bimestrais, na maioria das vezes.

Diante disso, o presente trabalho tem pretende analisar as narrativas presentes no jornal *Mulherio* (1981-1988).

A análise das edições selecionadas por amostra intencional é feita de modo interpretativo e com caráter qualitativo, tomando como fundamentação a hermenêutica da consciência histórica proposta pelo filósofo francês Paul Ricoeur (2010). Uma das ideias primordiais em sua tese é a correlação entre o ato de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana. Para Ricoeur, tal relação não é meramente acidental, mas sim reflete uma necessidade transcultural. Segundo o autor, o tempo só se torna humano na medida em que se articula de modo narrativo, e a narrativa, por sua vez, só alcança sua significação plena quando se torna uma condição da existência temporal.

Essa pesquisa se justifica pela necessidade de estudos sobre a imprensa feminista brasileira nas décadas passadas, tendo em vista que as investigações no campo da comunicação com tal recorte precisam ser fortalecidas.

O trabalho busca responder a seguinte indagação: quais foram as narrativas feministas publicadas no jornal *Mulherio* entre 1981 e 1988? Outras perguntas devem ser respondidas: como surge o jornal *Mulherio*? Qual o seu contexto histórico e sociocultural? Quem eram as mulheres que escreviam para o jornal? Qual foi a contribuição do periódico para a imprensa e mais especificamente para a imprensa feminista na década de 1980?

A pesquisa parte da hipótese principal de que o jornal *Mulherio* é considerado um dos periódicos feministas mais importantes da história da imprensa no Brasil, por sua longa duração e sua estrutura, que lhe permitiu veicular um conteúdo diversificado e relevante.

Também partimos das seguintes hipóteses secundárias: em suas 42 edições, *Mulherio* conseguiu pautar os mais diversos temas que atravessavam a questão da mulher, com um pouco mais de liberdade, por ter surgido em um contexto onde o país caminhava rumo à redemocratização, tendo em vista o fim do Ato Institucional Nº 5 em 1978 e a publicação da Lei da Anistia em 1979; a durabilidade e estrutura do jornal pode se justificar por ele ter sido criado e editado por muito tempo dentro da estrutura da Fundação Carlos Chagas, com o apoio financeiro da Fundação Ford; o rompimento com a FCC inaugura um novo momento para o impresso, que, mesmo continuando a receber subsídios da Fundação Ford, passa a contar com maior liberdade no seu conteúdo editorial.

Dito isso, esse trabalho tem como objetivo geral analisar as narrativas presentes nas edições no jornal *Mulherio*. A partir desse objetivo geral, delimitamos os seguintes objetivos específicos: investigar o surgimento e criação do jornal *Mulherio*; observar o contexto histórico e sociocultural no qual o jornal estava inserido; identificar quem eram as mulheres que escreviam para o jornal a partir das narrativas; e averiguar se ele contribuiu e como se deu essa

contribuição para a imprensa brasileira e mais especificamente para a imprensa feminista na década de 1980.

O trabalho é dividido em quatro capítulos, além de introdução e considerações finais. O primeiro, antes de adentrar no universo do jornal *Mulherio*, trata sobre a história do feminismo e as múltiplas pautas e características do movimento. Ele é dividido em dois tópicos: “O feminismo em ondas” e “As múltiplas faces do feminismo”. Nesse primeiro tópico trazemos a história do feminismo dividida em ondas, sem deixar de problematizar esse tipo de divisão histórica, trazendo assim um contraponto, cujo principal argumento é o de que essa é uma abordagem reducionista, que coloca a história de maneira linear e homogeneizada. Em seguida, no segundo tópico abordamos as muitas perspectivas e vertentes da luta feminista, como o feminismo interseccional, o decolonial, latino-americano, e até mesmo um conceito de feminismo subalterno. Tomamos como base as contribuições de autoras como Angela Davis (2016), Bel Hooks (2019), Judith Butler (2013) e Lélia Gonzalez (2018).

No segundo capítulo apresentamos o jornal *Mulherio* e seu contexto histórico, levando em conta o que sugere Ricoeur (2010), quando ele afirma que cada narrativa só faz sentido em seu tempo. Esse capítulo foi dividido em dois tópicos. No primeiro, falamos da imprensa feminista no Brasil na década de 1980, sem deixar de mencionar a imprensa alternativa, uma vez que, por meio desta, a imprensa feminista se consolidou, ainda na década de 1970. Também não deixamos de mencionar experiências anteriores, consideradas as primeiras publicações feministas do país. O segundo tópico trata mais especificamente do jornal *Mulherio*, em três subtópicos: “As três fases do jornal”, “Estrutura e perfil editorial”, e “As mulheres que faziam o *Mulherio*”. Tal capítulo se torna fundamental para atingir três objetivos específicos deste trabalho, a saber: investigar o surgimento e criação do *Mulherio*; observar o contexto histórico e sociocultural no qual o jornal estava inserido; e identificar quem eram as mulheres que escreviam para o jornal.

O terceiro capítulo se debruça sobre o aporte filosófico-teórico e introduz a perspectiva da hermenêutica da consciência histórica de Paul Ricoeur (2010) que orienta nosso trabalho. Partimos de reflexões sobre tempo e narrativa, passando por considerações a respeito da narrativa jornalística e do ato interpretativo, até chegarmos no círculo hermenêutico, através do qual as narrativas do jornal *Mulherio* são analisadas.

O círculo hermenêutico desenvolvido por Ricoeur se revela como um importante processo analítico-interpretativo a ser utilizado neste trabalho. Longe de ser um método rígido, o círculo hermenêutico, segundo Gonçalves (2017), envolve três fases: a *mímesis* I, que é a fase de prefiguração por parte de um autor com base na sua pré-compreensão do mundo; *mímesis*

II, etapa da configuração do mundo compreendido pelo autor, através da escrita do texto; e, por fim, *mimesis* III, que é o momento de refiguração por parte do leitor desse texto, que tem diante de si a possibilidade e liberdade de produzir uma nova narrativa.

Também nesse capítulo trazemos a crítica de Ricoeur sobre o estruturalismo que tradicionalmente rege o estudo das narrativas. Assim, a hermenêutica surge como uma proposta que permite ir além da análise do texto escrito, possibilitando a reconstrução de um conjunto de operações pelas quais determinada obra se destaca, sendo passada de um autor para um leitor. De acordo com o filósofo francês, a hermenêutica procede da materialização das energias criadoras da vida nas obras.

No quarto capítulo apresentamos a análise das edições selecionadas do jornal *Mulherio*, por meio de amostragem intencional. Foram escolhidas 10 narrativas, de edições diferentes do periódico, com temas, tais como: maternidade, negritude, feminicídio, aborto, mulheres indígenas, comportamento e política.

Todos os textos escolhidos são artigos de opinião (sendo um deles um editorial). Tais narrativas, vale enfatizar, são interpretações do mundo e do tempo no qual foram configurados.

Assim, esse trabalho se trata de uma análise-interpretativa em profundidade, que busca compreender não somente o que está posto no texto, mas também o mundo e o tempo do texto.

2. FEMINISMO E SEUS MOVIMENTOS

A luta por uma sociedade onde a igualdade de direitos entre homens e mulheres seja uma realidade, essa é uma das noções mais difundidas sobre o que seria o feminismo. Entretanto, é preciso um maior aprofundamento, ao ponto de percebermos que o movimento não cabe dentro de um simples conceito.

Uma das primeiras “disputas conceituais” em torno do feminismo consistiu na oposição entre o “feminismo da igualdade” e o “feminismo da diferença”. Enquanto o primeiro entendia o feminismo como a luta pela divisão igualitária de direitos e bens entre homens e mulheres, passando por cima das diferenças, o segundo acentuava e valorizava as peculiaridades das mulheres, em especial a feminilidade.

Essas duas vertentes, no entanto, têm sido bastante questionadas e são consideradas até superadas por algumas teóricas feministas e pesquisadoras das questões de gênero, como é o caso da filósofa María Luisa Femenías (2012), para quem o feminismo da igualdade versus feminismo da diferença não passa de uma falsa dicotomia.

Na visão de Femenías (2012, apud FERREIRA, 2015, p. 275), o feminismo de diferença não pode representar uma contraposição à igualdade, e sim à identidade, enquanto o feminismo de igualdade seria uma contraposição às relações de poder que sustentam as desigualdades.

Ou seja, o feminismo deve ser encarado como a luta de mulheres e homens para pôr fim às relações de poder do homem sobre a mulher, prezando pelo respeito às diferenças de identidade.

Superada essa dicotomia, é sempre importante ressaltar que feminismo não é o oposto de machismo, mas sim um instrumento de resistência e oposição à opressão machista, que impera no decorrer dos séculos, independentemente das sociedades e do sistema econômico vigente, pois “nem sempre houve proletários, sempre houve mulheres” (BEAUVOIR, 1970, p. 1).

A ideia de que feminismo seria “anti-homem” foi difundida com a ajuda da grande mídia, sendo apoiada por uma sociedade patriarcal e conservadora. Poderíamos dividir aqueles que eram/são contrários ao feminismo em dois grupos: o primeiro é o grupo de homens e mulheres que na verdade não têm acesso a informação sobre as reais políticas feministas, e o segundo seria composto por aqueles que sabem o que o feminismo defende e ainda assim são contrários, ou por serem conservadores, ou por saberem que na sociedade ideal defendida pelo feminismo haveria o fim de privilégios masculinos, e há quem não queira abrir mão de tais privilégios.

Isso demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o feminismo se torne realmente uma luta de mulheres e homens em todo o mundo.

É importante ressaltar, porém, que mesmo representando a causa de todo o universo feminino, o feminismo está longe de ser um movimento uniforme, e deve ser enxergado como uma espécie de guarda-chuva, sendo que debaixo desse guarda-chuva há uma infinidade de feminismos que representam, cada um, grupos distintos de mulheres.

Tais diferenças, contudo, não devem ser encaradas como algo que venha segregar ou colocar mulheres umas contra as outras, mas servem tão somente para dar visibilidade às questões e necessidades inerentes a cada grupo, pois é preciso ressaltar desde já: se os homens não são iguais às mulheres, tampouco as mulheres são iguais entre si.

Isso significa dizer que mulheres brancas nunca vão sofrer o que mulheres negras sofrem, do mesmo jeito que mulheres mais ricas não sofrem como mulheres pobres. Ou seja, há uma infinidade de condições que atravessam as mulheres e o feminismo precisa dar conta de todas elas, caso contrário, não conseguirá avançar. É preciso atentar para a condição das mulheres com deficiência, das mulheres gordas, das que são mães, das mulheres trans, e de tantas outras.

Essa multiplicidade presente no movimento feminista não é algo atual, podendo ser percebida no decorrer da história, como bem relata Angela Davis (2016), quando lembra que os primeiros levantes feministas dos Estados Unidos ficaram marcados pelo protagonismo das mulheres brancas de classe média, colocando em segundo plano (ou até mesmo ignorando) as questões das mulheres operárias ou das mulheres negras.

Por outro lado, afirmar que nem todas as mulheres sofrem de igual forma não quer dizer que aquelas mais “privilegiadas” não possam ser solidárias com as companheiras. A grande chave do feminismo seria justamente essa, a de garantir que todas as mulheres, com suas diferenças, se tornem aliadas na luta por uma nova sociedade.

É com esse olhar atento para com as singularidades dentro do feminismo que vamos nos debruçar inicialmente sobre sua história, com ênfase no Brasil da década de 1980, que é o contexto histórico do jornal *Mulherio*. Além disso, iremos falar dos mais diversos feminismos existentes sob esse “guarda-chuva”.

2.1 O feminismo em ondas

Ribeiro, O’Dwyer e Heilborn (2018) afirmam que a classificação do feminismo em ondas é uma forma de fazer referência aos momentos de transformações em que surgem novas prioridades, métodos e protagonistas no movimento.

Seria também uma maneira de contar a história do movimento feminista com base nos seus principais acontecimentos, marcos históricos de conhecimento público.

Historicamente, o movimento feminista foi dividido em três ondas, mas estudos recentes já apontam uma quarta onda a partir de 2010, sobretudo na América Latina, marcada pela forte presença da internet e das redes sociais.

A definição de ondas, todavia, não é uma unanimidade e tem sido objeto de debate. Nessa perspectiva, Clare Hemmings (2009) questiona o que ela chama de “narrativas dominantes” do feminismo ocidental, que narra a história da luta das mulheres de uma maneira linear e homogênea, ao invés de perceber o feminismo como uma teia de relações e, por vezes, contestações.

Como já dito anteriormente, o feminismo dividido em ondas muitas vezes simplifica a história, sem aprofundamento, além de se tratar de uma narrativa hegemônica, de uma perspectiva ocidental e acima de tudo europeia e norte-americana.

Apesar da evidente variedade da teoria feminista, dentro e fora do ‘ocidente’, ao contar-se sua estória recente, uma narrativa dominante aparece, ainda que apresente uma gama de inflexões afetivas e críticas. Essa estória divide o passado recente em décadas definidas para fornecer uma narrativa de progresso incansável ou de perda, proliferação ou homogeneização. A teoria feminista ocidental conta sua própria estória como uma narrativa em desenvolvimento, onde nos movemos de uma preocupação com unidade e semelhança, passando pela identidade e diversidade, em direção à diferença e à fragmentação (HEMMINGS, 2009, p. 2015).

Nesse mesmo sentido, Ilze Zirbel (2021) destaca que as ondas do feminismo não podem ser vistas apenas como um ponto alto ou momento histórico específico. Para a autora, assim como uma onda marítima é constituída de inúmeros fenômenos, as ondas do feminismo precisam ser pensadas de maneira mais orgânica. “Podemos pensá-las de maneira mais contínua, geradas pela ação de milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo”, (ZIRBEL, 2021, p. 11).

Além disso, Zirbel (2021) corrobora o que é dito por Angela Davis, ao pontuar que as narrativas sobre essas ondas privilegiaram a ação de mulheres brancas da classe média estadunidense e ativistas francesas e inglesas. Tais narrativas, segundo a autora:

ocultam a forte atuação das mulheres da classe operária e das mulheres negras — para dar apenas dois exemplos — dentro e fora dos limites fronteiriços desses países. Sem elas, as ondas não teriam sido realmente ondas, pois não haveria força suficiente para fazer a pressão necessária às mudanças que reivindicavam (ZIRBEL, 2021, p. 10).

Bell Hooks (2018) vai mais além, ao lembrar que antes mesmo de a palavra feminismo existir, mulheres por todo o mundo lutavam contra a dominação masculina.

Dessa forma, segundo Hooks (2018), se formos considerar que as primeiras pessoas a habitarem a terra eram não brancas, é improvável que as mulheres brancas tenham sido as primeiras a se rebelarem contra a dominação e opressão do patriarcado.

Isso reforça o entendimento de que as narrativas predominantes sobre as ondas do feminismo são reducionistas e simplistas.

Tais observações demonstram que nenhuma onda do feminismo surgiu e se desenvolveu a partir de uma única perspectiva. São reflexões como as de Clare Hemmings, Ilze Zirbel, Angela Davis e Bell Hooks que contribuem para a construção de novas narrativas, antes silenciadas.

As autoras, porém, não rechaçam a ideia da divisão do feminismo em ondas, mas apenas questionam discursos hegemônicos que de certa forma invisibilizaram lutas de muitas mulheres. Feitas estas considerações, vejamos como se dividem historicamente cada uma das ondas do feminismo.

Para muitas teóricas feministas, as narrativas sobre a primeira onda são, de certa forma, reducionistas. Isso porque o que tem sido dito sobre esse primeiro momento é que ele irrompeu entre o final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, marcado pela luta pela isonomia e pelo sufrágio.

Para Zirbel (2021), essa narrativa é simplista e não revela uma verdadeira riqueza de pautas e lutas de diversos grupos de mulheres daquele período.

É comumente afirmado que as protagonistas da primeira onda eram mulheres de classe média. No entanto, a maioria das manifestantes presentes nas grandes manifestações que deram visibilidade a essa onda eram da classe trabalhadora, lutando contra as péssimas condições de vida e de trabalho a que estavam submetidas (ZIRBEL, 2021, p. 14).

Hooks (2018) tem uma leitura ainda mais crítica, e ressalta que nesse início da organização da luta feminista, mulheres brancas e com poder de classe se apoderaram do movimento, fixando uma narrativa de que as mulheres negras e as da classe trabalhadora atuavam apenas como seguidoras, e não como iguais protagonistas. “Mulheres brancas com poder de classe declararam ser donas do movimento, serem líderes, e o resto era um grupo de seguidoras” (HOOKS, 2018, p. 75).

Nessa época, um momento histórico marcou a luta das mulheres negras. Foi em 1851, quando na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio (EUA), Sojourner Truth proferiu o

famoso discurso “Ain’t I a woman?” (Eu não sou uma mulher?). Ex-escravizada e abolicionista, Truth fez uma fala poderosa para a plateia, questionando o lugar da mulher negra naquela conjuntura.

E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?¹

Além disso, movimentos organizados de mulheres também se formavam fora do eixo EUA-Europa e várias organizações e congressos internacionais surgiam, como a Aliança Internacional para o Sufrágio Feminino e o Conselho Internacional de Mulheres, que, segundo Zirbel (2021), reuniu mais de 7 milhões de integrantes distribuídas por 24 países.

Essa foi a primeira onda, que, conforme as autoras aqui citadas, teve uma narrativa dominante reducionista, que tem sido reparada graças ao esforço de pesquisadoras que vêm buscando desvelar o que de fato foi esse levante inicial do feminismo pelo mundo.

Nos anos 60 se inicia e em 1970 se fortalece a segunda onda, que vai até 1980. Nesse segundo momento há uma verdadeira expansão do feminismo pelo mundo, com marcos históricos importantes, como o Ano Internacional da Mulher, decretado em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Do ponto de vista intelectual, mulheres com mais acesso à educação passaram a consumir livros e textos de autoras como Simone de Beauvoir, e seu consagrado *O segundo sexo* (1949), e as americanas Betty Friedan e Carol Hanisch, que, segundo Da Silva, Do Carmo e Ramos (2021), proferiram a frase “O pessoal é político”, trazendo a reflexão sobre como a opressão não poderia ser tratada apenas como um problema da esfera privada, mas sim como uma questão de interesse público.

Conforme Zirbel (2021), esse período também foi marcado por vários outros movimentos: em países da África e do sudoeste asiático, se intensificaram as lutas pela emancipação do domínio colonialista, enquanto nos EUA, em 1960, houve a explosão da luta pelos direitos civis, protagonizada por mulheres e pela população negra, com destaque para o surgimento do Partido Panteras Negras, em 1966.

¹Os discursos empoderados de mulheres que mudaram a história. Disponível em: <<https://widoox.com.br/oratoria/discursos-influentes-mulheres>>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

Na América Latina, por sua vez, os países sofriam golpes civis militares e iniciavam um período ditatorial. Maria Amélia de Almeida Teles (1999), ao discorrer sobre a história do feminismo no Brasil, revela como muitas mulheres foram utilizadas como massa de manobra para dar sustentação ao golpe orquestrado pelos militares com forte apoio de parte da sociedade civil.

De fato, a famosa Marcha com Deus pela Família e a liberdade contou com uma forte participação das mulheres, que, de acordo com Teles (1999), “foram utilizadas para saírem às ruas, em defesa das forças de direita”, (TELES, 1999, p. 53).

Um fato que é pouco abordado é que a grande massa feminina que se juntou à essa campanha era constituída de mulheres de classe econômica baixa. Eram em sua maioria empregadas domésticas e moradoras da periferia, que foram evidentemente manipuladas por princípios religiosos, acreditando realmente na tão falada “ameaça comunista” que diziam pairar sobre o país na época.

Na avaliação de Teles, as mulheres progressistas não estavam organizadas o suficiente para conseguir impedir a manipulação do público feminino que aderiu ao golpe dos militares.

Como as mulheres progressistas não estavam organizadas de maneira autônoma e consciente na defesa das conquistas populares e também dos seus próprios direitos, as forças conservadoras e reacionárias não encontraram dificuldades nessa manipulação. (TELES, 1999, p. 54)

Mas as mulheres brasileiras reagiram rapidamente. Segundo Teles (2014), essas mulheres participaram ativamente das mais diversas manifestações de oposição aos militares, inclusive a luta armada. Muitas delas foram presas, torturadas, estupradas e mortas, como é o caso da própria Maria Amélia de Almeida Teles, presa e torturada no extinto DOI-CODI, em São Paulo.

O que aconteceu no Brasil ocorreu simultaneamente em quase toda a América Latina, e é justamente por isso que a luta contra a ditadura se tornou um dos elementos centrais do feminismo latino americano, “assim como a luta por melhoria das condições materiais da vida das mulheres”, (ZIRBEL, 1999, p. 18).

Cumprir destacar também que, mesmo dentro dos movimentos de resistência ao autoritarismo, as mulheres sofriam com a opressão machista e com o silenciamento das pautas feministas. A justificativa dos homens era que naquele momento havia um “inimigo maior” a se combater, e que por isso não seria pertinente dar importância às questões de gênero.

Voltando para o contexto mais global, como já dito anteriormente o ano de 1975 foi declarado como o Ano Internacional da Mulher pela ONU, que realizou naquela ocasião a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres.

Em 1976, a ONU estabeleceu a Década da Mulher, que durou até o ano de 1985. Nesse período, foi notável o avanço de discussões e do enfrentamento à desigualdade.

No Brasil, em 1976 foi a primeira vez em que foi comemorado publicamente o Dia Internacional da Mulher, 08 de março, desde o golpe militar. Segundo Teles (1999), a comemoração daquele ano aconteceu no auditório do MASP (Museu de Arte de São Paulo), e reuniu cerca de 300 pessoas.

Zirbel (2021) lembra que, no decorrer da segunda onda, grupos de mulheres foram organizados em praticamente todos os continentes, debatendo as mais diversas pautas. O feminismo se expandia mais e mais, se tornando cada vez mais difícil ignorar as diferentes bandeiras que se levantavam na luta.

As pautas dos grupos foram ricas e diversas: anticolonialismo, luta antirracista, valorização do trabalho doméstico, segurança no trabalho, educação, creches, licença-maternidade, lesbianismo, direitos reprodutivos (acesso a métodos contraceptivos, direito a aborto seguro, lutas contra programas de esterilização compulsória de mulheres negras e pobres), violência doméstica, assédio, estupro, etc (ZIRBEL, 2021, p. 18).

A terceira onda do feminismo vem no início dos anos 1990, reparando e aprimorando pontos da onda anterior, com uma característica mais interseccional, expandindo as pautas do universo feminino.

Zirbel (2021) aponta que a terceira onda surge a partir de um esforço das mulheres para que a luta não esfriasse, isso porque, de acordo com a autora, ainda durante a década de 1980, nos EUA, a mídia começou a trabalhar uma ideia de “pós-feminismo”, dando a entender que o feminismo já tinha alcançado seus objetivos e, portanto, não haveria mais pelo que lutar.

Sob esta ótica, o feminismo deixava de ser algo necessário. O ensaio de Rebecca Walker (1992), no entanto, documentava o sexismo persistente do início dos anos 1990 e convocava as jovens a se unirem à luta feminista. Nesse sentido, ela invocava uma terceira onda, ao mesmo tempo que se identificava com ela. A partir dali feministas estadunidenses passaram a descrever as décadas seguintes como pertencentes a esta terceira onda. (ZIRBEL, 2021, p. 21).

Essa tentativa da mídia de declarar a extinção do feminismo na realidade tinha o respaldo da própria sociedade e de muitas mulheres, inclusive. Para muitas, que almejavam tão somente o direito ao voto lá atrás e a inserção no mercado de trabalho, seguida pela igualdade

salarial, o feminismo teria sim cumprido sua missão. No entanto, a luta feminista resistiu e se reinventou, vindo com mais força em uma terceira onda.

Dessa forma, o que se viu nessa terceira onda foi uma expansão nos debates feministas. Questões que ficavam limitadas a pequenos grupos ou a academia passaram a ser pautadas no movimento mais amplo, de base, além das pautas em comum, que tocavam a todas as mulheres, como a luta contra a exploração, contra a violência física e psicológica, o feminicídio, etc.

Importante frisar que o termo “feminicídio” surgiu ainda na década de 1970 na Europa. De acordo com Meneghel e Hirakata (2011), a palavra foi cunhada pela primeira vez em 1976, pela feminista Diana Russell, durante um depoimento prestado em um tribunal de direitos humanos em Bruxelas, na Bélgica.

No Brasil, somente em 2015 foi sancionada a Lei Nº 13.104, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio. Isso nos faz pensar e perceber que a caminhada na luta pelo simples direito de viver apenas começou.

A década de 1990 também foi marcada por grandes eventos mundiais que pautaram a questão da mulher, e a partir deles, conforme Da Silva, Do Carmo e Ramos (2021), se fortaleceram as pautas relacionadas à prevenção, punição e erradicação da violência de gênero.

Alguns marcos dessa terceira onda são a Conferência de Beijing em 1995 (conferência internacional para discutir os direitos das mulheres), assim como a interlocução entre Estado e sociedade civil possibilitada pelas Conferências e pelos Conselhos de Direitos. No Brasil, a Eco 1992 e a tenda Planeta Fêmea simbolizaram o início da eclosão de Organizações Não-Governamentais feministas, que tem como características a profissionalização e a tecnificação de suas ações, afinadas com as agendas internacionais do gênero (momento em que o termo ganha impulso no Brasil). Nessa onda, ONGs que discutiam questões como raça e diversidade sexual surgem e fazem um trabalho importante, e pode-se afirmar que imprimem marcas para o que virá a ser a onda seguinte. (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 7).

Já a quarta onda, difundida principalmente na América Latina, é bem atual, tendo iniciado em meados de 2010, quando mulheres começaram a se organizar de outras formas, contando com a imprescindível contribuição da internet, principalmente das redes sociais. Algumas autoras definem a Marcha das Vadias (2011) como um dos marcos iniciais desse novo momento.

Essa quarta onda do feminismo é protagonizada pelas mulheres latino-americanas, é o que afirma Cecília Palmeiro, especialista em gênero e uma das criadoras do movimento argentino “Ni Una Menos”, marcha de mulheres que tomou proporção mundial em 2015 e 2016, reverberando inclusive no Brasil, nos protestos contra o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Nossas palavras de ordem, “nem uma a menos”, foram traduzidas e usadas na Coreia e na Polônia, por exemplo. Estamos travando diálogo com os movimentos feministas em todos os continentes para trocar experiências e aprender umas com as outras. Com a criação dessa rede internacional, alcançamos o que a [filósofa norte-americana] Nancy Fraser chama de feminismo dos 99%, ou seja, um feminismo sem lideranças, feito pela maioria e para a maioria. (PALMEIRO, 2017).

Um princípio bastante defendido nesse momento atual do feminismo é a ausência de hierarquias, o que já era defendido lá atrás, mas que se consolidou graças à internet.

Perez e Ricoldi (2019) ressaltam que, como a quarta onda ainda está em curso, ela se encontra, portanto, em elaboração, sem definições fechadas. Porém, as autoras traçam algumas características recorrentes dessa quarta onda, como o ativismo digital, o aprofundamento em discussões sobre identidade e corpo, como a questão das pessoas trans e a gordofobia, por exemplo.

Vale destacar aqui o importante papel da internet e das redes sociais, como aliadas de um movimento que, historicamente, teve uma imagem negativa perpetuada pela mídia hegemônica.

Ao falhar na criação de um movimento educacional de massa para ensinar a todo mundo sobre feminismo, permitimos que a mídia de massa patriarcal permanecesse como o principal local em que as pessoas aprendem sobre feminismo, e a maioria do que aprendem é negativa. (HOOKS, 2018, p. 46).

Ao utilizar a internet e as redes sociais a seu favor, o feminismo consegue promover o que Martín-Barbero (2014) chamou de “revanche sociocultural, isto é, a construção de uma contra-hegemonia pelo mundo”, (MARTÍN-BARBERO, 2014 p. 18).

Fazendo uso das novas tecnologias da comunicação, mulheres no mundo todo puderam elas mesmas falar, sem mediações ou distorções, apresentando o feminismo genuíno para a sociedade.

Outro apontamento importante trazido por Martín-Barbero é a ideia de que as novas tecnologias, nesse sentido, configuram um novo ecossistema comunicativo, “em que a experiência audiovisual afetada pela revolução digital aponta para a constituição de uma visibilidade cultural”, (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 25).

As redes sociais permitiram que mulheres se organizassem, marcassem grandes encontros, atos de protesto, e também possibilitou a simples difusão dos ideais feministas, através do compartilhamento de textos, vídeos, relatos e outros tantos conteúdos.

Por outro lado, Rocha (2017) vem alertar para as desigualdades sociais que não permitem que todas as mulheres tenham acesso às tecnologias da informação. Nesse sentido ainda há muito o que se avançar.

Há de se ponderar que a apropriação das tecnologias da informação entre as próprias mulheres estabeleceu-se de maneira desigual devido às diferenças sociais, étnico-raciais, territoriais e outras vivenciadas entre elas. Além da opressão de gênero, muitas sofriam, e ainda sofrem, de outras mazelas sociais, como a extrema pobreza, a falta de escolaridade, a analfabetização digital, a ausência de computadores e/ou internet disponíveis. (ROCHA, 2017, p. 63).

Em síntese, podemos compreender a quarta onda, ainda em curso, como um esforço pela massificação e ampliação das pautas do feminismo, sem deixar de considerar o abismo social e econômico que ainda separa muitas mulheres.

2.2. As múltiplas faces do feminismo

Ressaltando o que já foi dito, o feminismo, embora desde o início tenha contado com mulheres negras, indígenas e/ou pobres, ficou marcado por ter sido protagonizado inicialmente por mulheres brancas de classe média.

Nesse sentido, conforme Davis (2018), mulheres pobres e da classe trabalhadora, mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas eram excluídas ou secundarizadas no campo da categoria “mulher”.

Daí a importância de um feminismo de caráter interseccional, que busque contemplar a diversidade do que é ser mulher no mundo e que seja, sobretudo, uma luta concreta para erradicar todas as formas de dominação.

Ribeiro, O'Dwyer e Heilborn (2018) apontam que o conceito de interseccionalidade foi cunhado pela primeira vez por Kimberlé Crenshaw (1989), que defendia a noção de que gênero e raça atuavam articuladamente e de maneira sistemática na produção de desigualdades e hierarquias.

A autora critica tanto o feminismo quanto o movimento negro, que, ao acionarem categorias gerais de “mulheres” e de “comunidade negra”, respectivamente, estão centrados nos grupos mais privilegiados, seja em termos de classe e raça, seja em termos de classe e gênero. Desse modo, em nenhum desses movimentos políticos é feita, segundo a autora, uma reflexão sobre o modo particular pelo qual as mulheres negras são subordinadas. (RIBEIRO; O'DWYER; HEILBORN, 2018, p. 84).

Rodrigues, Carneiro e Nogueira (2018) observam que o feminismo interseccional pressupõe a existência de opressões inter-relacionadas, e se baseia na ideia de que “a intersecção dos diferentes eixos de opressão cria concretas e complexas experiências de discriminação”, (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2018, p. 42).

Pensando dessa forma, Hooks (2019) argumenta que o patriarcado compartilha de uma base ideológica com o racismo e outras formas de opressão. Para a autora, não há esperança de

que a dominação masculina seja erradicada enquanto esses outros sistemas de dominação seguirem intactos, daí a importância de se combater com o mesmo empenho todas essas opressões.

Para Hooks (2019), a noção de que é preciso combater outras formas de opressão deveria ditar a teoria e a prática feminista. “Infelizmente, o racismo e o elitismo de classe entre mulheres têm conduzido à repressão e à distorção dessa conexão”, (HOOKS, 2019 p. 62).

Davis (2018) vem reforçar essa linha de pensamento, quando avalia que o feminismo está para muito além da questão da igualdade de gênero.

Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear (DAVIS, 2018, p. 99).

Para Davis (2018), o feminismo deve buscar uma reflexão que venha unir “coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas”, (DAVIS, 2018, p. 99). Ou seja, é necessário compreender que o universo feminino possui sim, pautas em comum, mas há também, dentro desse universo, características e condições que diferenciam as mulheres umas das outras.

Nesse sentido, é importante se pensar também o papel do homem na luta feminista. Como fazer com que o feminismo deixe de ser “coisa de mulher” e passe a ser entendido como luta primordial para uma sociedade mais justa, assim como a luta contra o capitalismo, contra o racismo, entre outras. Trazer os homens para o debate e fazê-los se sentirem parte de uma luta para quebrar a estrutura machista da sociedade é um desafio.

Voltando para o feminismo interseccional, um dos importantes desdobramentos dessa perspectiva é o transfeminismo, pautado a partir da demanda das mulheres trans, que são aquelas que não se identificam com o gênero atribuído no nascimento. Essas mulheres, segundo Ribeiro, O'Dwyer e Heilborn (2018), argumentam que, para além das opressões sofridas enquanto pessoas trans, também sofrem com o machismo e a misoginia.

O feminismo trans possibilita uma ação conjunta de práticas e de teorias dentro do movimento feminista, dando destaque à pluralidade de experiências e de opressões para diferentes pessoas. Além disso, visibiliza os novos desafios num compromisso de resistência e de combate ao sexismo e outras formas de opressão, nomeadamente o cissexismo e o heterossexismo. (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2018, p. 51).

Seguindo a mesma linha, Ballestrin (2017) sugere a noção de “feminismos subalternos”, que, segundo ela, faz alusão à subalternidade no interior do feminismo, nos termos propostos por Gayatri Spivak (2010).

Seria uma construção no sentido de questionar o silenciamento de várias pautas, batendo de frente contra o feminismo hegemônico: ocidental, branco, eurocêntrico, universalista e de primeiro mundo.

A ideia de feminismos subalternos pode agregar diferentes movimentos de mulheres feministas, acadêmicas ou não: feminismo pós-colonial, feminismo terceiro-mundista, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo comunitário, feminismo mestiço, feminismo latino-americano, feminismo africano, feminismo islâmico, feminismo do Sul, feminismo decolonial, feminismo fronteiriço, feminismo transcultural etc. Em geral, esse amplo espectro de caracterizações está relacionado com marcações geopolíticas, étnico-raciais e culturais. (BALLESTRIN, 2017, p. 1.040).

Nota-se que a ideia da autora não é secundarizar esses feminismos, mas justamente o contrário. O objetivo é fazer com que as mulheres representadas por esses feminismos subalternos se esforcem no sentido de combater tal invisibilização. É um chamado para um levante dessas mulheres pelo mundo.

É interessante estudar o feminismo também sob a perspectiva decolonial, a partir da contribuição de pensadoras como a filósofa argentina María Lugones, que desenvolveu o conceito de *colonialidade de gênero e difundiu a ideia de que o gênero é uma imposição colonial*. Por conseguinte, ela defendeu a necessidade da descolonização.

Descolonizar o gênero, nas palavras de Lugones (2014), consiste em “decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada, visando uma transformação vivida do social”, (MARÍA LUGONES, 2014, p. 940).

A partir dessa perspectiva decolonial, podemos entender com bastante clareza a opressão sofrida por mulheres colonizadas e exploradas. Quando falamos de Brasil, se torna ainda mais fácil perceber como se deu a exploração dessas mulheres, que foram estupradas pelos colonizadores europeus, e ao final de tudo o que ficou dessa triste história foi o mito da democracia racial, que celebra uma “miscigenação” que começou lá atrás, na base do estupro.

Diante disso, nomes como Bell Hooks defendem enfaticamente que pensadoras feministas precisam começar a pensar uma revisão, tanto das teorias e práticas feministas, como do próprio movimento feminista.

Esse esforço de revisão é talvez mais evidente no reconhecimento amplo e constante de que machismo, racismo e exploração de classe constituem sistemas interligados de dominação – de que sexo, raça e classe, e não somente sexo, determinam a natureza da identidade, do status e da circunstância de qualquer mulher, o grau em que ela será ou não dominada. (HOOKS, 2019, p. 63).

Hooks (2019) salienta que o esforço para compreender a complexidade da natureza da condição de mulher é um ponto de partida, que indica a estrutura de referência que deve funcionar como base para a revisão das teorias e práticas feministas.

Outra perspectiva importante para se estudar a luta das mulheres é o feminismo latino-americano, explanado por estudiosas como Lélia Gonzalez, que defende a necessidade de voltarmos nossa atenção para a opressão sofrida por mulheres na América Latina.

Para a autora, falar sobre a opressão das mulheres latino-americanas é observar uma espécie de generalidade que “esconde, enfatiza, que tira da cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas”, (GONZALEZ, 1988, p. 310).

Nesse sentido, Lélia Gonzalez recorre ao conceito de amefricanidade, categoria cunhada por ela em 1980, inserida na perspectiva pós-colonial e que surge no contexto traçado pela diáspora negra e também pelo extermínio da população indígena nas Américas, segundo Cardoso (2014).

Conforme Cardoso (2014), Gonzalez levanta a bandeira das mulheres amefricanas como a possibilidade de uma reflexão epistemológica, de modo a fazer emergir “diversas tradições de resistência às relações patriarcais a partir das experiências das mulheres negras e indígenas da América da América Latina, Caribe e Brasil”, (CARDOSO, 2014, p. 984).

O levante de mulheres na América Latina nos últimos anos, que vem sendo enquadrado como a quarta onda, é um retrato desse feminismo decolonial, “deslocado” dos EUA e da Europa. Se trata de uma consolidação do feminismo latino-americano, que contempla as especificidades das mulheres que vivem nessa região do continente americano.

Apesar de tamanha diversidade dentro do feminismo, nem tudo é fragmentação, desunião e desagregação. Na realidade, no decorrer dos anos tem se percebido um esforço das mulheres para confluírem em um único caminho.

Para Ballestrin (2017), as diferenças não significam que não haja espaços de confluência, de colaboração e síntese. Na visão da autora, o feminismo não se trata de um debate sobre diferenças, “mas, sim, sobre estar em diferentes posições para enxergá-las, ou, mesmo, identificá-las. O debate ainda é sobre igualdade”, (BALLESTRIN, 2017, p. 1.051).

Esses pensamentos tão diversos, que refletem a difícil realidade do que é ser mulher no mundo, no final das contas convergem em um único objetivo, que é o fim da dominação e opressão masculina.

A luta pelo fim da dominação seria a essência do feminismo, que, para Bell Hooks (2019), é acima de tudo um gesto de amor, na busca por um mundo melhor para todas e todos.

Quando mulheres e homens compreendem que o trabalho de acabar com a dominação patriarcal é uma luta enraizada no desejo de fazer um mundo onde todas as pessoas possam viver de forma completa e livre, então sabemos que nosso trabalho é um gesto de amor. Vamos fazer uso desse amor para aumentar nossa consciência, aprofundar nossa compaixão, intensificar nossa coragem e fortalecer nosso comprometimento. (HOOKS, 2019, p. 71).

É a partir dessas reflexões sobre história, teorias e práticas feministas que iremos analisar e interpretar o jornal *Mulherio*, no intuito de compreender a contribuição do periódico para a imprensa feminista no Brasil na década de 1980.

3. O JORNAL *MULHERIO* E SEU TEMPO

É notável que na atualidade o feminismo encontra menos barreiras para ser assimilado e aceito na sociedade. No que diz respeito à mídia, percebe-se inclusive um maior espaço concedido por grandes e pequenos meios de comunicação ao tema.

Contudo, mesmo com mais abertura na imprensa, entrada essa movida pelos mais diversos interesses, observamos que os discursos, quando não oriundos do lugar social da mulher, não conseguem dar conta de exprimir a magnitude dessa luta, que atravessa gerações.

Agora, ao voltarmos o olhar para o passado, como no período em que a imprensa feminista se fortalece no Brasil, é nítido que os desafios do movimento de mulheres eram maiores.

Os primeiros registros de jornais feitos por mulheres no Brasil são datados do século XIX, bem antes da década de 1970, quando a imprensa feminista se consolida no país. Cabe ressaltar que nesse início, grande parte das publicações feitas por mulheres não eram feministas, e compartilhavam do discurso machista, servindo mais como um “manual de boas maneiras” para mulheres. Justamente por isso, é importante saber diferenciar a imprensa feminina da imprensa feminista.

Nesse sentido, para que possamos chegar ao universo da imprensa feminista no Brasil, e mais especificamente no do jornal *Mulherio*, faz-se necessário explorar seu contexto histórico, tendo em mente o que disse Paul Ricoeur (2010), ao afirmar que uma narrativa só faz sentido em seu tempo, da mesma forma que esse tempo só se torna humano por meio da narrativa.

A imprensa feminista brasileira se consolida sob influência da imprensa alternativa, também conhecida como imprensa nanica. Regidos pelos ideais de esquerda, os jornais alternativos desempenhavam um importante papel de oposição e denúncia contra a ditadura civil-militar. No entanto, a necessidade que as mulheres tinham de espaços para defender suas pautas específicas acabou gerando uma “ruptura”. Essa quebra fez com que elas construíssem seus próprios espaços de comunicação, a fim de reivindicarem e denunciarem as inúmeras violações de direitos que vinham sofrendo no regime militar, simplesmente por serem mulheres.

É, nesse contexto, que surge o jornal *Mulherio*, no ano de 1980. Idealizado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC), que estudavam a condição da mulher no Brasil, o periódico teve sua primeira edição publicada em 1981.

Inicialmente, as pesquisadoras da FCC pretendiam criar um boletim para divulgarem suas pesquisas, porém, a proposta acabou se viabilizando como um jornal. Ao todo, foram

rodados 42 números do impresso em intervalos bimestrais. Todas as edições foram editadas exclusivamente por pesquisadoras e jornalistas mulheres.

É importante observar que o *Mulherio* surge após dois fatos históricos importantes, que ajudaram a delinear o perfil editorial e as principais pautas encampadas pelo jornal: a revogação do AI-5² em 1978 e a publicação da Lei da Anistia em 1979.

Isso significa que o periódico já vai atuar em um momento onde o país caminha rumo à redemocratização, muito embora a ditadura perdurasse até 1985. Dessa forma, as páginas do impresso darão espaço a discussões sobre as eleições de 1982, à mobilização pelas “Diretas Já”³ e ao debate sobre a Assembleia Constituinte.

Diante disso, nesse capítulo apresentaremos o jornal *Mulherio* e sua história, trazendo inicialmente um olhar sobre a imprensa feminista da época, observando seu contexto histórico.

3.1 Imprensa feminista no Brasil na década de 1980

Para que possamos nos aprofundar sobre a história do jornal *Mulherio*, é preciso tratar acerca da imprensa alternativa no Brasil, que teve seu apogeu na década de 1970 no período da ditadura civil militar, pois foi a partir dela que o jornalismo feminista brasileiro se fortaleceu.

A imprensa alternativa, mesmo tendo surgido no Brasil ainda no período colonial, atingiu seu clímax na década de 1970. De acordo com Braga (1991), a imprensa nanica lançou uma lufada de vento novo sobre a antiguidade da imprensa convencional, e foi marcada pela originalidade e inovação nos processos editoriais, projetos gráficos, linguagem e, sobretudo, pelo papel importante que desempenhou no combate à censura e à repressão política.

Bernardo Kucinski (1991), em seu livro *Jornalistas e Revolucionários*, afirma que a imprensa alternativa, que surge em 1970, pode ser vista como uma sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista. Essa década é marcada pelo surgimento de um grande número de jornais alternativos, cujo formato mais recorrente era o tabloide com periodicidade semanal, conforme Braga (1991).

A imprensa alternativa se vê como jornalismo de oposição. Uma estrutura, sob forma de pequena empresa, tenta evitar a dualidade entre os proprietários e os jornalistas, para superar o controle da palavra pelo poder econômico. A

2 Deflagrado em 1968, o Ato Institucional Nº 5, foi considerado o decreto mais cerceador de todos os 17 Atos Institucionais dos governos militares. Dentre as determinações do AI-5, estava a censura prévia, contra a música, o cinema e o teatro e todos os veículos de comunicação (jornais, revistas, televisão e rádio).

3 Movimento político popular iniciado em 1983 na luta pela retomada das eleições diretas para cargo de presidente da República no Brasil.

periodicidade mais frequente é a semanal, e o formato, o tabloide. A segunda expressão costumeira para designar estes jornais, ‘nanicos’, faz uma dupla referência ao formato reduzido e à estrutura de pequena empresa. (BRAGA, 1991, p. 228).

Eloísa Klein (2008) avalia que durante a ditadura houve uma relação intensa entre dois campos: político e jornalístico.

Na imprensa alternativa, há ao mesmo tempo uma tensão com o campo da política, derivada das pressões exercidas pelo Estado à imprensa, e uma aproximação com os setores da oposição e da resistência ao regime, justamente pela necessidade de se fazer frente às pressões sofridas. (KLEIN, 2008, p. 47).

De acordo com Buzalaf (2009), cerca de 150 jornais alternativos despontaram no Brasil durante o período ditatorial, no entanto, a maioria deles teve vida curta. *Pif-Paf* é considerado o primeiro jornal alternativo dessa época. Nasceu como uma seção de Millôr Fernandes dentro da revista *O Cruzeiro*, onde ficou por 18 anos até 1963. Uma publicação que teria afrontado a Igreja Católica causou a demissão de Millôr, e ele resolveu dar continuidade ao projeto no ano seguinte, em 1964, convertendo o *Pif-Paf* em um tabloide de publicação mensal. A primeira edição chegou às bancas dois meses após o golpe militar.

Pif-Paf nasceu sem nenhum esquema profissional de produção. Os humoristas, inclusive Ziraldo e Fortuna, que logo se destacaram pela exuberância de seus desenhos, entregavam suas colaborações, mas não trabalhavam na revista. Millôr Fernandes, com a experiência de *O Cruzeiro*, produzia tudo. Uma precariedade que se tornaria marca registrada da imprensa alternativa. (KUCINSKI, 1991, p. 28).

O primeiro jornal alternativo do período ditatorial já inaugura o que viria a ser constante durante os anos seguintes: a prisão de jornalistas e colaboradores desses tabloides. O humorista Claudius foi preso por conta de uma charge publicada na quarta edição do *Pif-Paf*, que com apenas oito edições teve seu fim decretado, antes mesmo de completar um ano, após ter sua última edição apreendida pelos militares.

A marcação cerrada por parte do regime logo acarretou problemas financeiros, e assim Millôr Fernandes se viu obrigado a fechar o jornal, por conta das dívidas.

Eu num certo momento não tive forças para lutar, eles começaram a apreender um número, depois devolveram o número, depois o oitavo número eles apreenderam todo e eu não tinha mais dinheiro para fazer. Eu me lembro que estava extenuado do ponto de vista físico, de trabalho que eu fazia, e com uma dívida que não sabia como pagar, realmente não sabia como pagar. Mas no dia em que eu fechei tudo, decidi fechar e fechei, e resolvi os problemas todos e formulei a dívida, me deu um tremendo alívio. (FERNANDES, 1987, apud CADERNOS DA COMUNICAÇÃO, 2005, p. 30).

Segundo Kucinski (1991), os alternativos eram formulados basicamente por três grupos: jornalistas, ativistas políticos e intelectuais. Por sua vez, Araújo (2000) divide os alternativos em três tipos:

a) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas); b) revistas de contracultura (que reuniam intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos” – os que produziam fora do esquema comercial); e c) publicações de movimentos sociais (englobando nesse campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa – aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada imprensa negra, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas, etc.). (ARAÚJO, 2000, p. 21).

Kucinski (1991), conseguiu separar os alternativos da época em gerações distintas, compreendidas entre 1964 e 1980. No período de 64 a 66, surgem *Pif-Paf* e *Folha da Semana*. Enquanto o primeiro criticava com tom satírico o regime militar, o segundo utilizava uma linguagem mais séria, sem perder, contudo, a característica de oposição.

Outro momento surge em 67, com a criação de *O Sol*, *Poder Jovem*, *Amanhã* e outros nomes. Esse grupo era regido por ideais revolucionários bastante inspirados na Revolução Cubana (1959).

Na fase seguinte, em 1968, há um hiato nas produções jornalísticas e criações de novos jornais; isso se dá por conta de uma verdadeira ebulição de ações diretas (greves e manifestações de rua) de resistência contra a ditadura.

Finalmente em 69 surgem alguns dos maiores e mais duradouros nomes de todas as gerações: *Pasquim* e *Opinião*, sendo estes os primeiros a terem circulação nacional. Jornais mais voltados para a sátira, influenciados pelo cartum, aparecem em maior quantidade no ano de 71, entre eles citamos aqui *Grilo* e *Balão*. Alternativos de linguagem mais engajada politicamente são criados com mais força em 74, como *Versus* e *Movimento*. Outros exemplares são *De Fato* e *Coojornal* publicados no ano seguinte.

A partir do ano de 1975 acontece uma capilarização nos temas propagados por tais veículos, e surgem os jornais regionais e feministas. *Brasil Mulher* (1975-1980), *Maria Quitéria* (1977-1979) e, mais tarde, *Mulherio* (1981-1988), são alguns dos que protagonizaram o surgimento da imprensa feminista. Os impressos que aparecem em 77, como *Repórter* e *Resistência*, enfatizam a pauta pela anistia, campanha que acaba dominando todos os alternativos da época até 79, ano em que foi promulgada a Lei da Anistia.

Nesse período a mulher era um assunto proibido, por conta disso, a censura exercida pelos militares com frequência tirava de circulação edições de jornais que falassem sobre qualquer tema envolvendo a questão da mulher.

Maria Amélia de Almeida Teles (1999) cita alguns exemplos, como a edição de Nº 10 da revista *Realidade* (janeiro de 1967), que foi apreendida sob a alegação de ofensa à moral e aos bons costumes. Se tratava de uma edição especial totalmente dedicada à mulher, contendo uma pesquisa sobre a mulher brasileira com 1.200 entrevistas.

Um outro caso foi o do jornal *Movimento*, que em 1976 teve seu número 45 vetado pelos censores por se tratar de uma edição que falava exclusivamente sobre o trabalho da mulher no Brasil.

No caso dessa edição do jornal *Movimento*, das 305 laudas que compunham os 50 artigos sobre o assunto, 283 foram proibidas. Até mesmo as tabelas com os dados estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tiveram sua publicação impedida. (TELES, 1999, p. 115).

Isso demonstra a grande dificuldade que as mulheres enfrentavam para conseguir ter um mínimo de espaço nesses jornais, diante da censura de um regime que era, além de tudo, machista.

Sob a influência desses alternativos a imprensa feminista se fortaleceu e conquistou seus próprios espaços. Jornalismo feito por e para mulheres, de conteúdo diversificado, mas sempre regido pelo objetivo de agendar a pauta feminina, com ideais democráticos.

Diferente da imprensa nanica, onde questões de gênero eram apenas uma pauta dentre tantas outras, a imprensa feminista foi aquela que colocou como central a temática dos direitos das mulheres naquele período.

Antes de adentrarmos no campo da imprensa feminista da década de 1980, voltemos ao século XIX, quando aparecem as primeiras experiências de publicações feita por mulheres. Teles (1999), ao citar alguns exemplos, destaca que o jornal mais avançado que surgiu à época foi o semanário *O sexo feminino*, criado no ano de 1873 em Minas Gerais por Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Diferente de suas antecessoras, que em suas publicações ainda defendiam a ideia de uma mulher submissa ao homem, Francisca Senhorinha levantou a bandeira da luta pela emancipação feminina.

Outra mulher de destaque naquele século foi Josefina Álvares de Azevedo, que fazia parte da luta abolicionista e que publicou, em 1888, o que Teles (1999) caracteriza como o mais polêmico jornal feminista intitulado *A Família*, que dentre outras coisas defendia o divórcio e criticava a autoridade masculina.

Por essa razão, é importante fazer a diferenciação entre a imprensa feminina e a imprensa feminista, como bem destaca Dulcília Helena Schroeder Buitoni (1986). “Imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres. A feminista, embora se dirija ao mesmo público, se distingue pelo fato de defender causas” (p.16).

Com isso, voltamos ao século XX em que se localiza nosso objeto de estudo. Elizabeth da Penha Cardoso (2004), em sua dissertação de mestrado, classifica a imprensa feminista brasileira daquele período em duas gerações:

a primeira (de 1974 a 1980), com linha editorial voltada para as questões de classe e para as diferenças sociais; a segunda (a partir de 1981), voltada para a questão de gênero, com linha editorial priorizando os temas específicos da mulher e tendendo para a especialização (daí as publicações dirigidas para saúde da mulher, legislação sobre as questões femininas, violência contra a mulher, sexualidade feminina, entre outras). (CARDOSO, 2004, p. 14).

Ao investigar o que teria motivado a ruptura que dividiu a imprensa feminista em duas gerações, Cardoso (2004) aponta que o endurecimento da repressão por parte dos militares incentivou as mulheres a lutarem pelo fim da ditadura. “Essa linha de ação, porém, teria deixado o feminismo em segundo plano na lista de ação políticas das lideranças feministas”, (CARDOSO, 2004, p. 13).

Com o passar do tempo, segundo a autora, a aliança entre as mulheres feministas e o movimento de esquerda contra a ditadura tornou-se um dilema, uma vez que a dedicação à ação política pelo fim da ditadura exigia muito destas mulheres. Elas pouco conseguiam se dedicar aos temas e causas feministas, que se multiplicavam cada vez mais.

Em outras palavras, a luta feminista não cabia mais em algumas páginas, somente. Daí a urgência em traçar novos caminhos em busca da autonomia na produção jornalística, visando o protagonismo feminino e a contemplação de pautas até então secundarizadas pelos jornais alternativos.

Nesse período, um marco importante foi o ano de 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o Ano Internacional da Mulher e o movimento feminista no Brasil ganhou novo impulso, segundo Kucinski (1991). Em novembro desse ano, foi inaugurado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que realizou pesquisas de campo sobre a condição da mulher, e logo nos primeiros encontros foram distribuídos exemplares da primeira edição do *Brasil Mulher*, jornal produzido em Londrina (PR), trazido para São Paulo pela jornalista Joana Lopes, sua fundadora.

Somado ao fato de as mulheres terem começado a despertar para a necessidade de produzir os próprios meios de comunicação, outro fator impulsionou o fortalecimento da

imprensa feminista: a imprensa nanica, mesmo apoiando a pauta identitária e dando espaço para vozes femininas, ainda reproduzia discursos machistas.

Kucinski (1991) destaca que, embora um novo movimento feminista estivesse explodindo na Europa nos anos 70, no Brasil a questão da mulher continuava sendo desprezada, inclusive por muitos jornais alternativos.

O *Pasquim*, um dos principais alternativos da época, era publicamente contra a repressão do regime militar e apoiava a causa das ditas minorias, contudo, muito de seu conteúdo era de cunho machista.

No Brasil, o feminismo ainda era tratado com desdém e mesmo chacota, inclusive por O Pasquim, que fazia o gênero do jornal machista como parte de sua postura geral “anticlasse média moralista”, especialmente através dos artigos de Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis. Frequentemente, associavam feminismo à frustração sexual. (KUCINSKI, 1991, p. 70).

O machismo aparecia, sobretudo, em textos e imagens (cartuns e fotografias). “Imagens e textos, principalmente de Ziraldo e de Millôr, incentivaram a fama de machista do Pasquim. O uso e abuso do nu na capa do jornal envolvia atrizes famosas e desconhecidas” (BUZALAF, 2009, p. 64).

Assim, seria mentiroso afirmar que o feminismo não tinha espaço na mídia alternativa. Todavia, tal abertura já não era mais suficiente para as opiniões de mulheres que, no evoluir dos anos, vinham se empoderando e sentindo necessidade de propagar seus ideais.

Além disso, apesar de “abraçar” a causa feministas, os jornais alternativos eram compostos majoritariamente por homens, ou seja, não havia como não reproduzirem machismo em seu conteúdo.

Esse paradoxo presente em apoiar uma causa e ao mesmo tempo reproduzir questões contrárias a ela vem tentando ser explicado em muitos estudos, dentre eles, o de *Céli Regina Jardim Pinto* (2003). A autora considera que o feminismo não gerou incômodo apenas na ala conservadora da sociedade, mas na própria esquerda, que de certa forma via no movimento das mulheres um desvio do foco principal, que seria a luta de classes.

O feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas. Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadã – e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação. (PINTO, 2003, p. 09).

É em meio a esses tensionamentos que ocorre a ruptura geracional descrita por Cardoso (2004), que aponta dois acontecimentos históricos que teriam sido cruciais para

a mudança de postura da imprensa feminista: o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados em 1980 e 1981, respectivamente, na cidade de São Paulo (SP). “Esses dois eventos foram palco da ruptura do movimento feminista com os partidos de esquerda e com as questões de classe”, (CARDOSO, 2004, p. 69).

Maria Lygia Quartim de Moraes Nehring (1981) narra que o II Congresso da Mulher Paulista, que reuniu cerca de 4 mil mulheres, foi marcado pela disputa direta entre lideranças de esquerda e as feministas. O argumento utilizado pelos partidos de esquerda era de que o movimento feminista era “separativista”.

A movimentação gigantesca era momento ideal para os partidos de esquerda (ainda na clandestinidade) conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separatista e não contribuía para os ideais de uma sociedade mais justa para todos (homens e mulheres). As feministas, por sua vez, chegavam a 1980 com cinco anos de ativismo no feminismo, já estavam ensaiando a adoção da categoria “gênero” e se distanciando da questão de classe, de modo a perceberem que o Congresso deveria ser apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres. (NEHRING, 1981 apud CARDOSO, 2004, p. 69).

Foi no ano seguinte, em 1981, no III Congresso da Mulher Paulista, que se deu a ruptura definitiva. A partir desse ano, conforme Cardoso (2004), a fisionomia do movimento feminista é outra. “Proliferaram dezenas de entidades feministas ligadas a Universidades, ONGs ou Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher”, (CARDOSO, 2004, p. 71).

Cada nova entidade que ia surgindo achava por bem criar uma publicação própria para difundir suas ideias, o que explica o surgimento de tantos títulos feministas durante o período da segunda geração, segundo Cardoso (2004).

Ao mesmo tempo, essas mulheres geralmente não ficavam restritas a um jornal, percorrendo por vários grupos editoriais e coletivos. “Muitas jornalistas e feministas participam simultaneamente de vários dos jornais feministas desse período, constituindo-se num subgrupo da comunidade de jornalistas da imprensa alternativa”, (KUCINSKI, 1991, p. 72).

Dois eventos históricos importantes precederam essa segunda geração da imprensa feminista: a suspensão do AI-5 em 1978 e a publicação da Lei da Anistia em 1979. Esse contexto permitiu que as mulheres pudessem se colocar como sujeitas políticas atuantes na vida pública, que antes eram limitadas ao ambiente doméstico e às relações interpessoais, conforme Silva (2018).

Karen Debértolis (2002) afirma que o início da abertura política no país, com o fim do AI-5 e a chegada da Lei da Anistia, possibilitou a oportunidade para o movimento feminista brasileiro atuar de novas formas, debatendo outras pautas.

A violência contra a mulher foi um tema prioritário naquela década e levou a duas conquistas concretas: a criação dos conselhos nacional e estaduais da condição feminina e das delegacias da mulher. Outro trabalho a ser destacado em relação ao estímulo à denúncia da violência e atendimento à mulher agredida são os desenvolvidos pelos SOS – Mulher que se espalham por várias cidades do país. (DEBÉRTOLIS, 2002, p. 23).

Assim, levando em consideração o fato de que esses jornais feministas surgem a partir dos alternativos, é necessário enfatizar que a ruptura responsável pelo fortalecimento da imprensa feminista não foi alimentada por um antagonismo. Kucinski (1991) pondera que os jornais feministas apoiavam as causas defendidas pelos jornais alternativos, mas pregavam o protagonismo feminino.

Assim como os alternativos orgânicos formulavam os propósitos ora de organizar os trabalhadores, ora de subsidiar suas lutas, a modalidade feminista, propunha-se a subsidiar essas mesmas lutas, desde que travadas por mulheres. (KUCINSKI, 1991, p. 72).

Feito esse percurso, agora vamos nos ater ao jornal *Mulherio*, objeto de estudo do presente trabalho.

3.2 Mulherio

Embora sua primeira edição tenha saído em 81, *Mulherio* começou a ser pensado em 1980 por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC), que se dedicavam a estudos sobre a condição da mulher no Brasil.

Débora Mosqueira (2016), ao discorrer sobre a consolidação do campo de pesquisas sobre as questões de gênero no Brasil, revela que o interesse da Fundação Carlos Chagas em apoiar e incentivar estudos relacionados à mulher surgiu na década de 1970, com a criação do Coletivo de Pesquisas sobre a Mulher.

A princípio, a proposta do grupo de pesquisadoras da FCC era de criar um boletim para divulgação de pesquisas e estudos em torno da problemática da mulher no Brasil. Todavia, o projeto acabou se convertendo em um jornal, quando elas entenderam a carência de materiais informativos sobre o tema.

No editorial da primeira edição do periódico, publicada em março de 1981, é feita uma análise sobre a escassez de publicações que de fato pudessem contemplar o público feminino, uma vez que até então os conteúdos veiculados pela imprensa se resumiam às páginas de culinária e dicas de beleza.

Nos últimos anos, a imprensa brasileira está descobrindo o assunto “mulher”, antes relegado às páginas de culinária e dicas de beleza. No entanto, as informações da imprensa sobre mulher ainda são, em geral, superficiais, esparsas e contraditórias. Falta justamente um veículo que se dedique de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira, e que, pela reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedignas, possa servir de orientação e manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação. (MULHERIO, 1981, p. 01).

Ao todo, foram rodadas 42 edições do periódico, em intervalos bimestrais. Todos os números foram editados exclusivamente por pesquisadoras e jornalistas mulheres. A razão da escolha do nome *Mulherio* é explicada já na primeira edição.

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, “gostosura”. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete “mulher” é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: “1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa”. Em seguida a definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rótula”, “do fado”, “errada”, “perdida”, etc. - todas sinônimo de meretriz. As três exceções. “mulher de César” (de reputação inatacável), “mulher do piolho” (muito teimosa) e a cinematográfica “mulher fatal”. Consulte no mesmo dicionário as composições feitas com o verbete “homem”: “de ação”, “de bem”, “de Estado”, “de letras”, “de negócios”, etc. Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizuda ou dogmática. (MULHERIO, 1981, p. 01).

Esta primeira edição apresenta-se também como uma carta de intenções do jornal, que aponta seus objetivos e discorre sobre seu perfil editorial, estrutura e os conteúdos que pretende trazer nas páginas do periódico. Vale destacar o espaço concedido aos grupos feministas para divulgação de suas atividades.

Mulherio, com 16 páginas, terá sempre um artigo de fundo, de análise, abordando um tema polêmico, como o que Maria Carneiro da Cunha escreveu na página 3, sobre o significado do 8 de março. Várias reportagens e notas curtas abordarão a mulher no Brasil e no mundo. Uma seção será dedicada a pesquisas, teses e outros estudos sobre a mulher. Outra procurará abrir espaço aos diversos grupos feministas e femininos para que divulguem suas atividades. Na área de cultura, acompanharemos com resenhas e críticas o lançamento de livros, filmes, programas de televisão e peças de teatro. E sempre traremos charges. (MULHERIO, 1981, p. 01).

Nesse mesmo texto, Adélia Borges, primeira editora do *Mulherio*, explica que a pauta do jornal seria definida pelo Conselho Editorial composto por 16 mulheres, que eram jornalistas ou professoras/pesquisadoras, todas engajadas com a luta feminista no país.



Figura 01: capa do Mulherio Nº 0, março/abril de 1981

Fonte: Fundação Carlos Chagas

De acordo com o expediente divulgado em sua primeira edição, o Conselho Editorial do *Mulherio* naquele momento era composto por Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleietech Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Moraes, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Marisa Correa e Ruth Cardoso.

A primeira reunião do conselho aconteceu no dia 04 de fevereiro na sede do jornal, instalada no prédio da FCC, em São Paulo. Na ocasião ficou decidido que o *Mulherio* não teria uma posição preestabelecida sobre qualquer assunto. Diante disso, ao final do texto de apresentação, Adélia Borges conclama as leitoras para participarem da construção do periódico. “Neste contexto, a sua participação é muito importante, ao fazer sugestões, criticar o jornal ou apresentar sua posição sobre determinado assunto”, (MULHERIO, 1981, p. 01).

Resta evidente então a preocupação do jornal, já em seu início, de se manter aberto à multiplicidade de olhares e vertentes do movimento, como enfatiza Silva (2018), ao apontar a

dedicação das idealizadoras do *Mulherio* em estabelecer um espaço seguro e democrático no periódico.

Ainda em sua primeira página, o jornal fala de seus objetivos e público-alvo, que seriam três: os órgãos de comunicação, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas.

3. 2. 1 As três fases do jornal

Segundo informações disponibilizadas pela Fundação Carlos Chagas (FCC)⁴, *Mulherio* tem sua história dividida em três fases. Na primeira, entre março de 81 e setembro de 83, foram publicados os 16 primeiros números, sob a coordenação da jornalista Adélia Borges e da pesquisadora Fúlvia Rosenberg. Neste momento inicial, o projeto editorial passa a contar com o apoio financeiro da Fundação Ford.

No final de 83 a jornalista Inês Castilho assume a editoria, trazendo um caráter mais cultural às publicações (MOSQUEIRA, 2016). Posteriormente em 1984, o jornal rompe com a FCC, por divergências relacionadas ao seu perfil editorial, e assim se inicia a segunda fase do *Mulherio*, permanecendo a mesma equipe, ainda com apoio da Fundação Ford. Nessa etapa, onde foram editadas mais 24 edições do impresso, foi criado o Núcleo de Comunicação Mulherio.

No ano de 1988, uma nova mudança acontece e o tabloide passa a se chamar *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*, e adquire um caráter mais cultural que político.

No editorial da primeira edição com o novo nome, o jornal afirma que a mudança no nome e no perfil editorial acompanhou as transformações sociais, sobretudo no que diz respeito ao feminismo.

Refletindo essas transformações vividas pelo feminismo em todo o mundo e largamente discutidas, Mulherio dá lugar a Nexo, mantendo sua identidade e religando-se ao universo mais amplo para responder à necessidade de um espaço plural de reflexão e criação no deserto brasileiro. (NEXO, 1988, p. 1).

Nesse terceiro momento são impressas as duas últimas edições do jornal, em junho e julho, respectivamente. Por não conseguir mais garantir suas fontes de sustento (não havia mais o apoio da Fundação Ford), *Mulherio* teve seu fim decretado no ano de 1988.

Teles (1999) define o *Mulherio* como uma iniciativa extremamente oportuna. De acordo com a autora, já em sua terceira edição o jornal conseguiu alcançar aproximadamente mil

4 Todas as edições do *Mulherio* são mantidas no acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic, da Fundação Carlos Chagas, e também se encontram disponíveis para consulta virtual: <https://www.fcc.org.br/conteudosospeciais/mulherio/capas2.html>

assinantes e também era comercializado em livrarias e distribuídos país afora por diversas entidades e grupos de mulheres.

A boa recepção deu-se logo na estreia. Como afirma a própria Adélia Borges no editorial da segunda edição, de maio/junho de 81, até o fechamento daquele número o *Mulherio* já havia recebido mais de 200 cartas, com sugestões e outras questões que a equipe editorial se comprometia a responder posteriormente. Na oportunidade, a jornalista reforça o pedido de apoio das leitoras.

Até meados de abril, quando fechávamos esta edição, recebemos mais de 200 cartas, a maioria com sugestões e dicas valiosas, que estão anotadas e serão seguidas na medida do possível. Mas a dimensão de nossa possibilidade também depende de você: esperamos, agora, que seu apoio se transforme em um número maior de assinaturas - essenciais para que possamos manter o jornal, melhorar sua qualidade e, quem sabe, aumentar o número de páginas ou a sua periodicidade.⁵

Com uma duração bem maior em comparação aos demais jornais feministas, o *Mulherio*, embora contasse com o apoio da Fundação Ford, enfrentou dificuldades financeiras, chegando a ficar sete meses fora de circulação.

Conforme Mosqueira (2016), o jornal começou a enfrentar problemas de ordem econômica e estrutural a partir de 1984, publicando as 24 edições seguintes “tendo que lidar com o fantasma da autossuficiência para sua continuidade”, (MOSQUEIRA, 2016, p. 89).

Mesmo com esses entraves, o jornal cumpriu papel importante em diferentes momentos, como nas eleições de 1982, quando deu espaço para as candidatas ao poder legislativo que defendiam o ideário feminista. Por conta disso, Silva (2018) enfatizou que o jornal deixava de ser simplesmente um veículo de comunicação, mas atuava como um agente de mobilização de pautas importantes para a sociedade.

Apesar de uma maior abertura política havia ainda uma grande luta pela democracia – o que não foi ignorado pelo *Mulherio*. O jornal em si representa uma ação de enfrentamento à ditadura para ampliar a democracia e, para tanto, o discurso se constitui em prática social. Por isso, tomamos a escrita como prática social, e o jornal já não é apenas um veículo de informação e comunicação, mas uma potência de mobilização. (SILVA, 2018, p. 11).

Nessa luta pela redemocratização, Tamião (2009) aponta que o *Mulherio* encampou a mobilização “pelas diretas já” e as discussões acerca da Constituinte.

5 BORGES, Adélia. Nosso recado. *Mulherio*, São Paulo, p.2, mai./jun., 1981, n.1.

3. 2. 2 Estrutura e perfil editorial

Em consonância com Mosqueira (2016), *Mulherio* possuía uma produção com bases mais profissionais, com uma equipe técnica constituída por professoras, jornalistas e pesquisadoras, além de ilustradoras e fotógrafas. Outro fator a ser destacado é que suas matérias eram assinadas, na busca de uma padronização de seus conteúdos.

Sua equipe editorial possuía uma coordenadora do projeto e uma psicóloga, ambas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas; uma jornalista contratada para desenvolver a edição geral, e outra encarregada da edição de arte do jornal, além de uma secretária, incumbida da parte administrativa. As matérias eram redigidas por colaboradoras que trabalhavam voluntariamente ou sub-remuneradas. (MOSQUEIRA, 2016, p. 70).

Na leitura de Bernardo Kucinski (1991), com esse aparato, o *Mulherio* distanciava-se do modelo organizativo da imprensa alternativa dos anos de 1970, mesmo mantendo semelhanças em conteúdo, postura e perfil editorial.

A partir de sua terceira edição o *Mulherio* passava a ser rodado no formato tabloide, com 23 páginas. O periódico passaria a contar com algumas seções fixas, como o editorial, seção de cartas, Mulheres em Ação, Pesquisa, Leitura, Cinema, Cozinha (pequenas notas), além de reportagens especiais, artigos, dentre outros conteúdos.

Saúde da mulher, mercado de trabalho, política, família, aborto, sexualidade, religião, negritude, violência contra a mulher, feminicídio, planejamento familiar, além da luta pela redemocratização, eram alguns dos diversos temas pelo qual percorria o *Mulherio*.

A idealização do jornal demonstrava a necessidade de sanar a deficiência dos meios de comunicação da época ao tratar o assunto mulher e divulgar conteúdos como filmes, livros e pesquisas sobre a mulher. Em todas as edições eram reservadas até duas páginas para dicas de leituras trazendo livros como *O Espelho de Vênus*, do Grupo Ceres e *Além dos fragmentos – O feminismo e a construção do socialismo*, de Hilary Wainwright, ambos comercializados pela editora Brasiliense. Assim como as leituras, as indicações de filmes são acompanhadas de uma breve resenha na seção sobre cinema. (SILVA, 2018, p. 8).

Já em sua primeira edição, o *Mulherio* mostra a que veio: em apenas uma página vemos inúmeras pautas contempladas. A primeira trata da questão de classe, a partir de um pequeno artigo sobre as trabalhadoras domésticas; em seguida, vem uma nota sobre violência contra a mulher; outra é escrita por Lélia Gonzalez e discute a questão racial; também aparece uma sugestão de livros sobre feminismo e de materiais informativos sobre gravidez; além da

divulgação de um evento com a temática da saúde da mulher, e de um congresso internacional e interdisciplinar sobre a mulher.



Figura 02: capa do *Mulherio* Nº 3, setembro/outubro de 1981
Fonte: Fundação Carlos Chagas

Havia, portanto, um esforço evidente do jornal em difundir os mais diversos assuntos que atravessavam a condição da mulher. É importante ressaltar, sobretudo, o grande espaço concedido à pauta de negritude em todas as edições do *Mulherio*, o que pode ser atestado pelo lugar de destaque que teve Lélia Gonzalez, que integrou inclusive o conselho editorial do impresso, contribuindo com artigos e pesquisas importantes.

Essa abertura para discutir os diversos feminismos seria o reflexo de uma mudança de paradigmas no movimento feminista, quando se chegou à compreensão de que não se podia mais ignorar e muito menos secundarizar a questão racial na luta das mulheres. Para Bell Hooks (2018), nenhuma intervenção mudou mais a cara do feminismo “do que a exigência de que pensadoras feministas reconhecessem a realidade de raça e racismo”, (2018, p. 89).

Além disso, algumas autoras destacam que o *Mulherio* se empenhou em desenvolver uma linguagem própria, uma nova epistemologia para se pensar o feminino, como aponta Tamião (2009), ao afirmar que a linguagem pensada pelo jornal buscou valorizar e exaltar as experiências femininas, ou seja, fora do campo das experiências masculinas.

Essa ideia de novas formas de abordagem às problemáticas aparece já na escolha e explicação para o nome do jornal. Mostra um segundo momento para a imprensa feminista brasileira, pois o foco principal do jornal não estava voltado à situação política do país como sentido de orientação, mas à questão feminina, ao feminismo como movimento social e crítica teórica. (TAMIÃO, 2009, p. 64).

Todavia, o fato de o periódico ser constituído por mulheres de universos distintos também trouxe divergências em algumas ocasiões quanto ao desenvolvimento dessa linguagem própria. Conforme explana Tamião (2009), por muitas vezes as pesquisadoras e as jornalistas entravam em discordância, isso ocorria, porque para as jornalistas as acadêmicas utilizavam uma linguagem inacessível para o público leitor, enquanto as pesquisadoras, por sua vez, argumentavam que as jornalistas “vulgarizavam” os conteúdos produzidos.

Por outro lado, mesmo havendo algumas divergências em relação à linguagem que seria mais apropriada, houve um consenso entre pesquisadoras e jornalistas quando elas decidiram trabalhar o feminismo sob duas perspectivas: o feminismo de igualdade e o feminismo de diferença.

Em outras palavras, o jornal valorizava a distinção entre homens e mulheres, mas defendia que tais diferenças não podiam mais existir quando se tratava de direitos, ou seja, elas exaltavam as singularidades femininas, mas encampavam a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres (TAMIÃO, 2009).

Uma característica que diferenciou o *Mulherio* de outros jornais feministas contemporâneos foi o direcionamento das críticas feitas pelo periódico. O impresso não se deteve em criticar somente questões estruturais como a legislação vigente, por exemplo, “mas também, e o que o torna diferente dos outros dois jornais, aproximou-se na crítica cultural em que problematizou também a mentalidade racional”, (TAMIÃO, 2009, p. 50).

3. 2. 3 As mulheres que faziam o *Mulherio*

A Fundação Carlos Chagas disponibilizou, em uma seção no seu site dedicada ao *Mulherio*, importantes depoimentos de três mulheres que foram imprescindíveis para a história de sucesso e longa duração que teve o jornal: a pesquisadora Fúlvia Rosemberg e as jornalistas Adélia Borges e Inês Castilho.

Doutora em psicologia, Fúlvia Rosemberg resalta em seu depoimento a coragem das mulheres que apostaram na experiência de construir o *Mulherio*, e destaca alguns nomes que fizeram parte da equipe no decorrer da história do tabloide. Ela enfatiza ainda o caráter ousado do projeto, um jornal feminista independente e com recursos escassos.

Rosemberg também relembra as reuniões de pauta e fala sobre a boa recepção que teve o *Mulherio*. De acordo com a pesquisadora, o jornal passou a contar rapidamente com a adesão do público feminino, principalmente daqueles engajados na luta feminista, seja por meio do ativismo, seja através da pesquisa.

Mulherio! O nome veio da Carmen da Silva, recuperar palavra desairosa sobre nós mulheres. Dar uma piscadela para a irreverência, enquanto imprensa nanica, mas guardando a seriedade de um projeto da Fundação Carlos Chagas. Muita ousadia daquele grupo de pesquisadoras e de jornalistas, produzir um jornal feminista, independente, com recursos escassos, menos nossa vontade de fazê-lo, pontualmente, mantendo, se não a irreverência, pelo menos um bom humor. Adélia Borges e Inês Castilho, corajosas ao embarcarem na experiência, davam o tom. Marlene Rodrigues, diagramadora, compunha o visual. Miriam Tanus mantinha o cotidiano. As reuniões de pauta eram fantásticas, com sugestões muito avançadas para a imprensa militante mas que nem sempre puderam se concretizar. A adesão de ativistas e acadêmicas foi imediata e calorosa, colaborando com artigos e comentários. Algumas matérias são inesquecíveis e me voltam à memória, como aquela sobre a velhice com sua dançarina viúva diante do espelho. Saudades do mulherio!⁶

Adélia Borges, que foi a primeira editora do jornal, afirma que a oportunidade de coordenar o projeto editorial do *Mulherio* foi uma experiência ímpar, que lhe proporcionou um privilégio de fazer uma conexão entre sua vida pessoal (suas convicções) e sua profissão. Ela comemora a digitalização de todas as edições do periódico, agora disponíveis na plataforma da FCC.

A jornalista lembra das companheiras de redação e dá destaque à importância do trabalho de Fúlvia Rosemberg, que, nas palavras dela, fez com que o jornal fugisse da tendência dominante até então na imprensa e no movimento feminista como um todo, que era a de colocar a mulher simplesmente no lugar de vítima. Adélia Borges reforça que se tratou de um trabalho coletivo, feito a muitas mãos.

Ao lembrar um jornal que contestava as barreiras entre o público e o privado, vou me permitir aflorar lembranças pessoais no texto que saúda a disponibilização, tantos anos depois, da íntegra do *Mulherio* nas redes virtuais. Foi uma experiência muito rica para mim, pois pude fazer uma conexão até então inexistente entre a minha vida e a minha profissão. Se não me engano, a indicação de meu nome partira de Carmen Barroso, que eu entrevistara longamente para uma edição do semanário de esquerda Movimento, dedicada à questão do trabalho da mulher no Brasil, que fora totalmente censurada alguns anos antes. Tivemos o privilégio de ter a nosso lado um time brilhante, que incluía Maria Rita Kehl e Ruth Cardoso entre as conselheiras; Fátima Jordão e Rosiska Darcy de Oliveira entre as colaboradoras; Claudia Jaguaribe

⁶ <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/depoimentofluvia.html> acesso em 28 de maio de 2021 às 14h15min.

e Nair Benedicto entre as fotógrafas. A presença de Fúlvia Rosemberg na redação foi fundamental para que a gente pudesse fugir da tendência então dominante, inclusive em mim mesma, de vitimizar a mulher. Foi um trabalho realmente coletivo, feito a muitas mãos e cabeças, e que certamente deixou muitos frutos dentro e fora de nós.⁷

Inês Castilho, que assumiu a editoria do periódico no ano de 1983, faz questão de ressaltar em seu depoimento que sua antecessora, Adélia Borges, havia feito um excelente trabalho até então, por isso ela pondera que teve poucos méritos na riqueza e originalidade do projeto. Ela coloca que sempre contou com o apoio e com aconselhamentos de Fúlvia Rosemberg durante todo o período em que esteve à frente do jornal, de 1983 a 1988.

A jornalista avalia que trouxe um cunho mais cultural ao *Mulherio*, que conduziu até o final, quando projeto mudou de nome e de perfil editorial. Ela também celebrou a disponibilização de todas as edições digitalizadas do tabloide que, em suas palavras, cumpriu papel importante como testemunha de um tempo e de um lugar, em um período histórico do país, que naquele momento caminhava rumo à redemocratização.

Foi uma honra participar do *Mulherio* como editora, de 1983 a 1988. Mas tenho poucos méritos na riqueza e originalidade de sua proposta editorial. Recebi um jornal primoroso das mãos da primeira editora, Adélia Borges, e contei sempre com o apoio e aconselhamento da pesquisadora Fúlvia Rosemberg - uma das mães do projeto, ao lado de Carmem Barroso e da equipe de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Contei ainda com colaborações preciosas, como a da historiadora Maria Lúcia de Barros Mott e a da jornalista Santamaria Silveira, na redação e edição de matérias escritas por muitas mulheres e alguns homens, de todo o país. Imprimi ao jornal um cunho mais cultural que político, e o conduzi até o final com a criação de *Nexo*, revista de arte e ideias editada pelo poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz - que durou efêmeros números. Para mim, é um presente ver *Mulherio* (e *Nexo*) agora acessíveis para leitura e releitura, graças à iniciativa da Fundação Carlos Chagas. Testemunha de um tempo e de um lugar, reflexo de um momento histórico, *Mulherio* traz muitas matérias de interesse em suas quase quarenta edições.⁸

Diante do exposto, iremos analisar o jornal *Mulherio* com o objetivo de compreender sua contribuição para a imprensa feminista e para o próprio movimento feminista do Brasil na década de 1980.

Os exemplares do periódico, bem como a extensa bibliografia já publicada sobre ele, já indicam o êxito do jornal, por ter conseguido agendar as mais diversificadas lutas das mulheres em um período onde o país ainda engatinhava na direção da redemocratização.

7 <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/depoimentoadelia.html> acesso em 28 de maio de 2021 às 14h15.

8 <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/depoimentoines.html> acesso em 28 de maio de 2021 às 14h15

4. POR UMA HERMENÊUTICA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: TEMPO E NARRATIVA NA PERSPECTIVA DE PAUL RICOEUR

Neste capítulo, nos dedicaremos ao aporte teórico-filosófico que orienta nosso trabalho. Esta pesquisa se desenvolve a partir da proposta de uma hermenêutica da consciência histórica, elaborada por Paul Ricoeur (2010). Tomando como base sua perspectiva e outros conceitos também difundidos por Ricoeur, como tempo, narrativa, tríplice mimesis, intriga, iremos analisar nosso objeto de estudo mais à frente.

Paul Ricoeur, em sua obra *Tempo e Narrativa* (2010), dividida em três volumes, discorre sobre a concepção de uma hermenêutica da consciência histórica, como alternativa para interpretação de uma narrativa, seja ela historiográfica, ficcional ou – acrescentaremos aqui – jornalística. Tal proposta, de acordo com Gonçalves (2017), suscita remissões ou projeções que podem levar para o passado ou futuro, a partir de uma complexa dinâmica, onde há disputa de sentidos, identidades, memórias e esquecimentos.

Ricoeur (2010) critica o estruturalismo que tradicionalmente rege o estudo das narrativas, e apresenta a hermenêutica como uma proposta que permite ir além da análise do texto escrito.

4.1 Considerações sobre tempo e narrativa

Muito embora Ricoeur tenha defendido a noção de uma hermenêutica da consciência histórica somente no terceiro volume de *Tempo e Narrativa* (2010), é no primeiro tomo da obra que o autor estabelece noções primordiais para o desenvolvimento de sua tese. A primeira delas diz respeito a uma correlação entre o ato de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana. Para o filósofo francês, tal relação não é meramente acidental, antes, reflete uma necessidade transcultural. Em suma: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 93).

Resumidamente, Ricoeur (2010) defende a tese de que não é possível que se haja qualquer discussão sobre o tempo sem que se considere o tempo narrado.

Em seu percurso, nessa linha de estudo, Ricoeur conta com fiéis contribuições, como as dos filósofos Martin Heidegger (2005) e Hans-Georg Gadamer (1998), mas é com Santo Agostinho e Aristóteles que o teórico vai caminhar até o final de *Tempo e Narrativa*, considerando as concepções distintas sobre o tempo desses dois pensadores.

O guia para entender a concepção que Agostinho tem sobre o tempo está em sua autobiografia *Confissões* (1996); já Aristóteles descreve sua noção a respeito do tempo em seu livro intitulado *Poética* (1996).

Para Agostinho, o tempo não pode ser medido externamente, por não possuir uma natureza física, mas sim internamente, através da distensão da alma – possibilitando assim diferentes experiências temporais. Aristóteles, por sua vez, defende uma ideia de tempo cosmológico, exterior, regido pelas leis da natureza. São duas entradas temporais diferentes para o círculo hermenêutico proposto por Ricoeur, e as diferenças entre os dois pensamentos não se dá apenas por questões culturais ou pelas épocas distintas em que cada tese foi proferida. É o que Ricoeur (2010) busca explicar, ao caracterizar cada uma dessas duas reflexões.

Primeiramente, eles nos propõem duas entradas independentes no círculo de nosso problema: uma, pelo lado dos paradoxos do tempo, a outra, pelo lado da organização inteligível da narrativa. A independência delas não consiste apenas no fato de as *Confissões* de Santo Agostinho e a *Poética* de Aristóteles pertencerem a universos culturais profundamente diferentes, separados por muitos séculos e por problemas que não podem ser sobrepostos. O que é mais importante para nosso intuito é que um inquirir sobre a natureza do tempo, aparentemente sem se preocupar em fundar nessa inquirição a estrutura narrativa da autobiografia espiritual desenvolvida nos nove primeiros livros das *Confissões*. O outro constrói sua teoria na intriga dramática sem considerar as implicações temporais de sua análise, deixando para a Física o cuidado de se ocupar com a análise do tempo. É nesse sentido preciso que as *Confissões* e a *Poética* oferecem dois acessos independentes entre si para o nosso problema circular (RICOEUR, 2010a, p. 10).

A primeira entrada considerada por Ricoeur é a de Santo Agostinho (1996), que trabalha com o conceito de um triplo presente, que se refere à noção de que passado e futuro não seriam, cada um, um tempo singular, e sim etapas do presente.

Agostinho parte da lógica de que, quando narramos, sempre estamos no tempo presente, conseqüentemente, acontecimentos passados seriam apenas imagens de acontecimentos passados que ficaram impressas na alma, enquanto o futuro está de igual forma presente na alma por meio de outras imagens – de antecipação ou de expectativa.

O tempo nada mais é do que uma distensão da alma, na concepção de Santo Agostinho (1996). Assim, como afirma Gonçalves (2017), é em Agostinho que Ricoeur encontra o instrumento mais eficaz para comprovar que o ser e a medida do tempo se resolvem na narrativa, que, por sua vez, só se constrói em um único tempo: o presente. Logo, o presente seria então um ponto de convergência entre memória e expectativa.

O tempo não tem ser porque o futuro não é ainda, o passado não é mais e o presente desaparece. E apesar disso, dizemos alguma coisa de positivo sobre o tempo porque dizemos que o futuro será, o passado tem sido e o presente

está sendo. Conhecemos a solução desse paradoxo: o passado está em um sentido presente na alma, graças às imagens de eventos passados que nós chamamos de lembranças; o futuro está igualmente presente na alma, graças a outras imagens, as da antecipação ou da expectativa; memória e expectativa se reúnem no presente, entendido como atenção ou expectativa (RICOEUR, 2012, p. 301).

Não obstante, Ricoeur também recorre à perspectiva cosmológica e linear de Aristóteles (2009) ao tratar sobre tempo e narrativa. Gonçalves (2017) afirma que o filósofo francês reconhece a importância da visão aristotélica por considerar o tempo lógico como necessário para garantir o ordenamento da intriga, de modo que a narrativa tenha começo, meio e fim, ou seja, um limite temporal para a história se desenvolver.

Diante de tamanha divergência, Ricoeur buscou construir elos intermediários que articulam a correlação entre essas duas visões. Há uma justificativa para isso: conforme Gonçalves (2017), na tese do filósofo francês, “o tempo cosmológico (ou o tempo do mundo) e o tempo subjetivo (o tempo do sujeito) se encontram, se complementam e formam o tempo do ser no mundo do texto” (GONÇALVES, 2017, p. 76).

Em outras palavras, uma narrativa não pode desconsiderar uma dessas duas concepções, se contentando com somente uma delas, isso porque somente uma perspectiva não daria conta de enfrentar a problemática do tempo.

Segundo Moura (2018), Ricoeur confronta e ao mesmo tempo apazigua os dois pontos de vista (tempo vivido e tempo lógico), apresentando a proposta de um terceiro tempo: o tempo histórico.

É necessário, então, que haja uma confrontação e, posteriormente, uma conciliação entre essas duas concepções, sob o risco de não se alcançar um entendimento pleno a respeito da influência da experiência temporal na construção e interpretação de uma narrativa. Ricoeur se esforça sobremaneira para pôr fim a esse dualismo.

Não é possível atacar o problema do tempo apenas por uma das extremidades, a alma ou o movimento. Apenas a distensão da alma não pode produzir a extensão do tempo; apenas o dinamismo do movimento não pode gerar a dialética do triplo presente (RICOEUR, 2010c, p. 35).

Nesse movimento de confrontar e ao mesmo tempo apaziguar os dois pontos de vista sobre o tempo, Ricoeur consegue encontrar perspectivas em comum. A principal delas é a relevância que Agostinho e Aristóteles conferem ao tempo presente. “Assim como em Santo Agostinho, o presente, na concepção aristotélica ganha certa evidência, visto que é no presente que o instante divide e unifica o contínuo do tempo”, (REIS 1996 apud GONÇALVES, 2017, p. 75).

Além dessas reflexões sobre o tempo, Ricoeur (2010) trabalha o conceito de narrativa. O autor define a narrativa como uma composição diegética, o que, segundo Gonçalves (2017), significa que o ato de narrar implica adentrar uma dimensão ficcional, uma vez que tal atividade “sugere eleição, exclusão e seleção e dessa maneira nunca será uma equivalência da realidade” (GONÇALVES, 2017, p. 65).

É importante trazer considerações de outros autores, como Gérard Genette (1995), para quem a narrativa é uma “representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem e mais particularmente da linguagem escrita” (GENETTE, 1995, p. 255).

Gonçalves (2017) aponta que a premissa da narrativa nasceu com o conceito de *mimesis* de Aristóteles, que representa o processo ativo de imitar ou de representar determinada realidade. A autora esclarece que a noção de imitação, nesse caso, não deve ser vista como a ideia de uma cópia do real, mas sim como uma espécie de imitação criadora.

Lage (2018) complementa esse raciocínio ao conferir um caráter mediador à narrativa, que, dessa forma, funcionaria como “uma dinâmica organizadora da experiência humana, tornando-a compreensível e partilhável. Sob essa perspectiva, a narrativa assume o lugar de instância linguageira mediadora da experiência” (LAGE, 2018, p. 12).

De acordo com Moura (2018), o ato de narrar é uma atividade antiga originária do latim, e significa conhecer e/ou transmitir informações, desempenhando um papel essencial na construção de sentidos e significados, seja de uma coisa, de um acontecimento, de um fato ou do próprio ser no mundo.

Ela (a narrativa) emerge como um processo de mediação/comunicação entre os significados e a existência humana. Como forma de conhecimento, é partilhada por vários saberes com enfoques, olhares e valorações diferentes (filosofia, jornalismo, literatura, história etc.), que permitem aprender o mundo e reconhecer-se nele (MOURA, 2018, p. 144).

Moura (2018) destaca que Paul Ricoeur desenvolveu um vasto estudo acerca de questões que envolvem a construção da narrativa, definindo sua própria tese, onde alia a narrativa à experiência temporal.

Ainda conforme Moura (2018), em diversas ocasiões no decorrer do século XX a narrativa foi combatida e até mesmo desacreditada, colocada em oposição ao conhecimento e dada como acabada. A autora frisa que, para Ricoeur (2010), esse desprezo à narrativa no período já mencionado teve relação com dois movimentos específicos: a historiografia francesa ligada à Escola dos Anais e a epistemologia originária da filosofia analítica inglesa e do

positivismo lógico. “Ambas tomam como pedra de toque a noção de acontecimento e consideram estabelecido que a sorte da narrativa está selada junto com a do acontecimento, entendido como átomo da mudança histórica” (RICOEUR, 2010a, p. 186).

Por fim, Moura (2018) argumenta que a defesa da narrativa feita por Ricoeur e suas reflexões a respeito do tema contribuiriam para uma mudança de patamar nos estudos da narrativa. Para a autora, o filósofo francês se enquadra no grupo daqueles que se empenham em reconhecer que o ato de narrar não pode ser separado do padrão comunicativo.

Os caminhos do retorno à narrativa passaram e ainda passam por debates em instâncias distintas do conhecimento, ora com vistas a desqualificá-la, ora a exaltá-la, enquanto que alguns se preocupam em reconhecer que o caráter narrativo é inerente ao padrão comunicativo e, portanto, dele não se separa (MOURA, 2018, p. 146).

Em seus estudos, Ricoeur também argumenta que uma narrativa só pode ser compreendida no tempo graças à composição da intriga. A intriga, já mencionada anteriormente, representa a ação responsável por mediar os acontecimentos e a narrativa, se estruturando, segundo Ricoeur (2014), em um modelo de concordância discordante. “Dessa dialética entre ação e personagem da narrativa resulta uma dialética interna à personagem, que é o exato corolário da dialética entre concordância e discordância desenvolvida pelo enredo da ação” (RICOEUR, 2014, p. 154).

De acordo com Gonçalves (2017), é através da intriga que os eventos se tornam inteligíveis, pois ela produz arranjos que unificam “as ações contadas e dá contornos para que a história tenha começo, meio e fim – nos aspectos temporais – e consiga mostrar claramente o tema, espaço e personagens apresentados” (GONÇALVES, 2017, p. 65-66).

É inegável, portanto, a responsabilidade que recai sobre a tessitura da intriga. Lage (2018) enfatiza que a composição precisa ser coerente, uma vez que a intriga pressupõe uma concordância entre o que é inicialmente discordante. “Por esse motivo, tecer uma intriga é fazer surgir o inteligível, o universal, o necessário e o verossímil do que é disperso, acidental, irregular e episódico” (LAGE, 2018, p.14).

Também é importante destacar que uma narrativa nem sempre é, e nem tem obrigação de ser, uma reprodução fidedigna de um acontecimento – e isso não tem a ver com os estatutos de verdade concernentes à história e ao jornalismo. “Um objeto ou fato representado, assim, não significa a coisa em si, verdadeira e autêntica, mas uma representação imaginária e simbólica”, (GONÇALVES, 2017, p. 64).

Isso também vale para o ato interpretativo, Ricoeur (1989) compara o texto a um indivíduo ou mesmo a um cubo, que podem ser abordados sob diferentes e múltiplas perspectivas. O filósofo também adverte que os diferentes temas de um texto não se encontram no mesmo nível, e que sempre é possível fazer inúmeras ligações entre uma frase ou outra, cabendo a nós, leitores, desvelar todas essas “camadas” do texto.

Outro modo de exprimir o mesmo enigma: como um indivíduo, um texto pode ser abordado por diferentes lados. Como um cubo ou um volume no espaço, um texto apresenta um «relevo». Os seus diferentes temas não se encontram à mesma altitude. (...) É sempre possível ligar a mesma frase de modo diferente a esta ou àquela frase considerada como a pedra angular do texto. No acto de ler está implicada uma modalidade específica de unilateralidade. Esta unilateralidade confirma o carácter conjectural da interpretação (RICOEUR, 1989, p. 202).

É muito importante frisar que estamos tratando de narrativas, ou seja, construir uma narrativa é diferente de reportar um fato. As duas construções podem coexistir, como acontece no jornalismo, mas são independentes. Portanto, a liberdade que um autor possui na composição de uma narrativa de maneira alguma representa uma ameaça à verdade dos fatos.

Queremos com isso dizer que não há de nossa parte intenção alguma de cooperar, em qualquer sentido que seja, com o aprofundamento da crise que a verdade vem atravessando nos últimos tempos, sobretudo no campo da comunicação, onde atualmente há um “aniquilamento da política de verdade” (RÊGO; BARBOSA, 2019, p. 105).

A produção documental midiática e seu desejo de expressar a verdade no presente (fazendo muitas vezes usos do passado) vem sendo colocada em cheque pelas atuais epistemologias narrativas dos eventos e enredos construídos como fantasmagorias do mundo. Observa-se a eclosão do falso com valor de verdade e a exacerbação da crença que toma o lugar dos fatos (RÊGO; BARBOSA, 2019, p. 106).

As autoras supracitadas, ao se debruçarem sobre o problema da crise que a verdade hoje enfrenta, falam em uma memória manipulada e citam exemplos, como a memória positiva que parte da sociedade brasileira tem sobre a ditadura civil-militar (1964-1985). Nesse sentido, ela é construída por meio do falseamento da história, no qual os fatos históricos, documentos, depoimentos e evidências são desconsiderados.

Essa memória manipulada, de acordo com Rêgo e Barbosa (2019), é dotada de uma potência imagética que desconstrói narrativas e faz novas construções discursivas que acabam dissociando memória e história da verdade.

Assim, essa sugestão que fazemos, de superação da vontade de verdade e – acrescentamos – objetividade no ato interpretativo, tem como intuito apenas enaltecer o caráter subjetivo das narrativas, e jamais desconsiderar o valor e o peso da verdade.

Essa subjetividade da narrativa inicia com o autor e se complementa com o leitor, uma vez que a composição da intriga e sua recepção são forjadas pela experiência temporal e cultural de cada um desses sujeitos presentes no ato interpretativo.

Nesse percurso interpretativo, Ricoeur (2010) defende que seja dada autonomia ao leitor, para que ele não venha a se comportar de maneira passiva, sem um aprofundamento em sua leitura. Ricoeur argumenta que o leitor precisa recusar tal passividade, devendo agir diante do texto, “construindo interpretações e reconstruindo a narrativa a partir do ato de leitura” (GONÇALVES, 2017, p. 81).

Por isso, Ricoeur (2010) ressalta que, entre uma narrativa e um curso de acontecimentos, a relação que se estabelece é mais metafórica, imaginária e simbólica do que uma relação objetiva de reprodução, de reduplicação ou de equivalência a algo real. No ato interpretativo, o leitor é levado a fazer relações entre o mundo do texto e o seu mundo. Tal exercício também pode ter sido praticado pelo autor.

Entre uma narrativa e um curso de acontecimentos, não há uma relação de reprodução, de reduplicação, de equivalência, e sim uma relação metafórica: o leitor é dirigido para o tipo de figura que assimila (liken) os acontecimentos narrados a uma forma narrativa que nossa cultura tornou familiar (RICOEUR, 2010c, p. 261).

A questão da objetividade é um dos debates mais caros do campo da comunicação, e podemos verificar algumas semelhanças na forma como a problemática é tratada sob o viés da história, considerando as reflexões de Ricoeur (2010), quando ele aduz que um autor pode até escolher se disfarçar em sua escrita, mas nunca terá a opção de desaparecer completamente da obra que escreveu.

Trazendo para o campo comunicacional, embora pareça ser um tema já superado, as disputas em torno do tema objetividade/imparcialidade vez ou outra batem à porta. As discussões não ficam restritas à academia, sendo tratadas com muita ênfase pelo público receptor, que trava o debate, muitas vezes, por um viés moralista um tanto quanto deturpado. É comum vermos um jornalista ser acusado de estar sendo “parcial” em uma reportagem, quando na realidade o que deve ser colocado no centro da discussão é a conduta ética do comunicador. É como se a parcialidade fosse inimiga da verdade.

A grande questão é: no campo jornalístico, com o passar do tempo o profissional foi abandonando a crença inocente em um jornalismo plenamente imparcial, e hoje isso é praticamente um consenso. Entretanto, a “superação” desse debate não significa que o profissional não deva buscar exercer seu trabalho da maneira mais ética e justa possível.

Nesse caso, a vontade de verdade deve existir em um sentido de um comprometimento com os fatos, ou seja, por trás da construção da notícia existe um sujeito que vai buscar reportar os fatos, sob sua perspectiva, imprimindo seu mundo no texto. Tentar esconder esse sujeito seria um tipo de dissimulação, para Ricoeur (2010).

O cúmulo da dissimulação seria a ficção parecer nunca ter sido escrita. Os procedimentos retóricos por meio dos quais o autor sacrifica sua presença consistem precisamente em dissimular o artifício mediante a verossimilitude de uma história que parece se contar sozinha e deixar a vida falar, e que é chamada de realidade social, comportamento individual ou fluxo de consciência (RICOEUR, 2010c, p. 274).

Continuando nesse tema, Ricoeur (2010) vem afirmar que toda narrativa precisa de um autor, é por isso que seria um ato de dissimulação por parte de determinado autor escrever um texto (ele cita o ficcional, mas acrescentamos o jornalístico) que pareça não ter sido escrito, tudo por conta de um autor que sacrificou sua presença.

É por essa razão que o filósofo francês argumenta que um autor pode, em certa medida, escolher seus disfarces, mas nunca conseguirá se ocultar completamente. Aqui, trazemos outro elemento importante trabalhado por Paul Ricoeur no estudo das narrativas, que é a identidade narrativa.

Moura (2018) explica que a identidade narrativa apresentada pelo teórico francês pode ser entendida inicialmente como a resposta a uma simples pergunta: quem fez determinada ação? A identidade narrativa é, dessa forma, uma categoria da prática e da ética.

Para Ricoeur, a história contada mostra quem é o sujeito da ação, “logo, a identidade do quem é uma identidade narrativa. Se não houvesse a narração, a identidade pessoal estaria sem solução”, (MOURA, 2018, p. 159).

Ricoeur (2010) traça um paralelo entre uma identidade neutra, estática (*idem*), e uma identidade temporal e dinâmica (*ipse*).

O dilema desaparece se a identidade entendida no sentido de um mesmo (*idem*) for substituída pela identidade entendida no sentido de um si-mesmo (*ipse*); a diferença entre *idem* e *ipse* não é outra senão a diferença entre uma identidade substancial ou formal e a identidade narrativa. A ipseidade pode escapar ao dilema do Mesmo e do Outro na medida em que sua identidade repousa numa estrutura temporal conforme o modelo de identidade dinâmica oriundo da composição poética de um texto narrativo (RICOEUR, 2010c, p. 419).

A fim de melhor explicar os conceitos de *idem* e *ipse* difundidos pelo filósofo francês, Conceição e Amitrano (2011) afirmam que, enquanto *idem* representa um sujeito não como pessoa, mas como uma espécie de entidade neutra, *ipse* traduz a presença de si próprio de um indivíduo, sendo assim esta última uma identidade dinâmica e temporal inerente à intriga, que admite mudanças. “A narrativa constrói o caráter durável de um personagem, que se pode chamar de identidade narrativa, construindo o tipo de identidade dinâmica, próprio à intriga que faz a identidade do personagem”, (CONCEIÇÃO; AMITRANO, 2011, p. 68).

A identidade narrativa não é estável e sem falhas, acentua Ricoeur (2010). Da mesma forma que é possível compor diversas intrigas a respeito dos mesmos incidentes, segundo o autor “também é sempre possível tramar sobre a própria vida intrigas diferentes, opostas até” (RICOEUR, 2010c, p. 422).

Seguindo nesse caminho, autores do campo da comunicação arriscam estender tais observações acerca da narrativa histórica para a narrativa jornalística e para a história do jornalismo. É o que faremos nesse trabalho.

4.2 A narrativa jornalística e os caminhos da interpretação

Esse trabalho se desenvolve partindo do princípio de que é possível aplicar os estudos da narrativa ao campo comunicacional. Autores como Lage (2018) avaliam, no entanto, que, para que seja possível abordar o jornalismo pelo prisma das narrativas, é necessário enfrentar e superar ao menos dois obstáculos, que advêm, um do próprio campo jornalístico, e outro do campo dos teóricos da narrativa.

O primeiro deriva do próprio campo profissional, no qual os jornalistas costumam, paradoxalmente, negar a qualidade narrativa de seus relatos e tratá-los como “registros do real” – sem problematizar a noção de real como algo fixo e pré-existente, ou certa percepção sobre a linguagem como mecanismo eticamente neutro e transparente. [...] O segundo constrangimento advém de teóricos da própria narratividade literária, para os quais é difícil conceber o trabalho jornalístico como um labor narrativo, criativo, imaginativo, e suas histórias como legítimas narrativas, configurações poéticas da experiência. (LAGE, 2018, p.10).

Isso remete ao debate já mencionado sobre objetividade e imparcialidade: percebemos, assim, nos dois campos mencionados (jornalístico e teórico), certa resistência a um fazer jornalístico diferente do que o que foi historicamente estabelecido.

Essa resistência também pode ser detectada no campo da pesquisa comunicacional, onde ainda gera estranheza a possibilidade de um estudo ser conduzido por conceitos e teorias diversas dos processos teórico-metodológicos tradicionais.

Complementando esse raciocínio, Moura (2018) defende a abertura de um diálogo entre o campo jornalístico e o pensamento ricoeuriano, isso porque, segundo a autora, o jornalismo está situado em um ambiente social onde vivido e narrado se encontram – na maioria das vezes de forma tensionada.

Muitos são os pesquisadores que trazem elementos do campo jornalístico e os enquadram nos conceitos elaborados por Ricoeur (2010), especialmente no que concerne ao círculo hermenêutico – o qual explanaremos ainda neste capítulo.

Moura (2018) entende que todos os movimentos presentes no ato de narrar, desde a escrita à interpretação, também se fazem presentes no jornalismo. A autora avalia que o fenômeno da relação entre autor e leitor que se revela na narrativa também acontece na comunicação. Assim, fazem parte do processo de construção da notícia não somente os jornalistas, “como os demais agentes do campo social, sobretudo, os consumidores da informação, que a reinterpretem infinitamente” (MOURA, 2018, p. 171).

Dito isso, precisamos lançar um olhar sobre a pesquisa em história do jornalismo, que é o campo ao qual este trabalho pertence. Indo nesta direção, Rêgo e Barbosa (2019) fazem uma leitura crítica sobre o modo de se pesquisar história do jornalismo e/ou da comunicação, que se estabeleceu como tradicional.

De acordo com as autoras citadas acima, pesquisadores do campo comunicacional costumam trabalhar pautados em uma objetividade que é incapaz de pensar o tempo além de uma ótica linear e cronológica, o que, de certa forma, limita a compreensão e os estudos sobre a temática.

Tais apontamentos representam uma proximidade com Ricoeur, no sentido de tentar superar o estruturalismo que domina o estudo das narrativas, defendendo uma nova abordagem nesse campo, por um viés da hermenêutica da consciência histórica.

Narrativas do passado da comunicação se colocam de forma objetiva e muitas vezes atendem a uma intencionalidade funcional, esquecendo que entre os tempos vividos e os que estão por viver, há mais que linearidade e cronologia. Essa linearidade narrativa da história do campo da comunicação nem sempre permite compreender os espaços de experiência (KOSSELLECK, 2014) sobre os quais se constrói um relato, tanto no que concerne às próprias transformações inerentes ao campo comunicacional, quanto aos espaços e contextos vivenciados e narrados (RÊGO; BARBOSA, 2019, p. 98).

Aqui se concentra a crítica de Ricoeur (2010) ao estruturalismo. O autor apresenta a hermenêutica como uma proposta que permite ir além da explicação de um texto, reconstruindo um conjunto de operações pelas quais determinada obra se destaca, sendo passada de um autor para um leitor, que a recebe com a possibilidade inclusive de ser transformado após a leitura.

De acordo com Ricoeur (2010), a hermenêutica se dedica a reconstruir todo o arco das operações, por meio das quais a experiência dá a si mesmo obras, autores e leitores. Seria esse o grande trunfo da proposta desenvolvida pelo filósofo francês. “A hermenêutica procede da objetivação das energias criadoras da vida nas obras que, assim, se intercalam entre o autor e nós” (RICOEUR, 1989, p. 148).

Posto isso, passaremos a falar sobre interpretação, e como ela pode se aplicar em um processo analítico de narrativas presentes no jornalismo.

Em sua obra *Do Texto à Ação* (1989), antes de se aprofundar na questão do ato de interpretar, Paul Ricoeur fala acerca do confronto que foi estabelecido entre a explicação e a interpretação.

Ele cita o filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1989), considerado o precursor desse dualismo. “Em Dilthey, com efeito, estas distinções constituíam uma alternativa na qual um termo devia excluir um outro: ou «explicais», à maneira do sábio naturalista, ou «interpretais», à maneira do historiador” (RICOEUR, 1989, p. 146).

Ricoeur (1989) procura encorajar o leitor para que, ao se deparar com um texto, não se contente simplesmente em buscar explicar a narrativa, tratando o texto como sem mundo e sem autor e ficando apenas em um lugar de expectativa, deixando de transcender a explicação por considerar somente a estrutura textual.

Para o filósofo, é preciso ir além: enfrentar o texto, levantar o suspense desse texto no caminho da interpretação, restituindo-o à comunicação viva.

Podemos, enquanto leitor, permanecer na expectativa do texto, tratá-lo como texto sem mundo e sem autor; explicamo-lo, então, pelas suas relações internas, pela sua estrutura. Ou, então, podemos levantar o suspense do texto, consumir o texto em falas, restituindo-o à comunicação viva; nesse caso, interpretamo-lo. Estas duas possibilidades pertencem ambas à leitura e a leitura é a dialéctica destas duas atitudes (RICOEUR, 1989, p. 149).

Ricoeur, todavia, pretende pôr fim à dualidade entre explicação e interpretação, que outrora refletia um abismo entre as ciências da natureza e as ciências humanas. Conforme Gonçalves (2017), o filósofo francês argumenta em favor de uma complementaridade e reciprocidade entre explicação e interpretação, pois a teoria da interpretação estaria baseada na relação entre compreensão e explicação, “mediada pela interpretação dos jogos de linguagem”, (GONÇALVES, 2017, p. 129).

A compreensão é outro elemento importante presente em todo o percurso do ato interpretativo, partindo do mundo do autor, passando pela construção da narrativa até chegar

na interpretação. É o que constitui o círculo hermenêutico elaborado por Ricoeur (2010), sobre o qual iremos discorrer mais adiante.

Para que a interpretação de uma narrativa se torne possível, Ricoeur (2010) defende a eliminação da distância temporal, o que ele chama de “des-distanciamento”. Seria um exercício onde o leitor buscaria se aproximar do texto a ponto de se identificar com o passado, que, para o filósofo, só pode ser inteligível persistindo no presente.

O des-distanciamento não deve ser apenas temporal, mas também cultural. Em outros termos, “uma luta contra o afastamento relativamente ao próprio sentido, quer dizer, relativamente ao sistema de valores sobre o qual se estabelece o texto” (RICOEUR, 1989, p. 156).

Fazendo esse exercício, o leitor se torna contemporâneo e, porque não dizer, protagonista dos acontecimentos passados narrados pelo texto. Nesse sentido, Ricoeur (1989 e 2010) afirma que a leitura representa o ato concreto no qual se completa o destino do texto. É como se o texto não cumprisse outro objetivo senão o de chegar às mãos do leitor, uma vez que, “isolado da leitura, o mundo do texto permanece uma transcendência na imanência” (RICOEUR, 2010c, p. 269).

Isso significa que, no ato interpretativo, o leitor é convidado para terminar a obra, já que “é o ato de ler que se junta à configuração da narrativa e atualiza sua capacidade de ser acompanhada. Acompanhar uma história é atualizá-la em leitura”, (RICOEUR, 2010a, p. 131).

Cabe destacar que interpretar uma obra não quer dizer necessariamente encontrar respostas para problemas elencados no texto, isso porque uma obra, na realidade, é uma inesgotável fonte de perguntas e respostas. Assim, ao finalizar uma leitura, é possível que o receptor se perceba com mais questionamentos do que tinha antes de se debruçar sobre o texto.

Seguindo essa linha, importante também é entender que cada narrativa tem seu próprio percurso de construção. Fazer essa reflexão é compreender que não há um modelo rígido ou fechado a ser seguido na composição da intriga e na interpretação.

Podemos dizer então que uma narrativa não segue um manual. Há apenas caminhos possíveis e plausíveis, que, obviamente, não podem extrapolar o bom senso, sendo afastada assim qualquer abertura para construções e interpretações distantes da realidade. O leitor não tem autoridade para empreender “modificações ou interpretações grosseiras. Falar em múltiplas interpretações do texto narrativo é pontuar também que o texto estabelece os limites, já que o texto liberta o leitor, mas também o coage”, (GONÇALVES, 2017, p. 82).

Nesse sentido, pretendemos no presente trabalho interpretar as narrativas do jornal *Mulherio* sem qualquer pretensão a uma resposta definitiva ou imutável. Pensar de outra forma

seria contradizer o caminho percorrido até aqui, considerando que a proposta desta pesquisa, ao se amparar em uma hermenêutica da consciência histórica, é justamente apresentar uma análise que se distancia do estruturalismo ainda preponderante nas ciências humanas.

Vale reforçar que uma narrativa não necessariamente deve remeter a um passado acabado. Ela pode ser não apenas retrospectiva, mas também prospectiva, pois nela o autor insere tanto suas experiências quanto suas projeções, expectativas. “Entre os fatos narrados num tempo passado, tomam lugar os projetos, as esperas, as antecipações, através dos quais os protagonistas da narrativa são orientados para seu futuro mortal”, (RICOEUR, 1991, p. 192). É o que Ricoeur (2010) chama de dialética do vir a ser, do ter sido, e do se fazer presente.

Nessa perspectiva, o passado não pode ser analisado sob uma noção de imutável ou acabado. Enxergar o passado apenas por essa perspectiva representa o risco de haver um encolhimento do espaço de experiência.

É necessário então que o leitor lute contra os conceitos ora estabelecidos sobre temporalidade e faça um exercício de mexer nas estruturas da experiência e da expectativa, bem como nos conceitos convencionais de passado, de presente e também de futuro, afinal, “a narrativa não pode prescindir do tempo mensurável, mas também não pode se contentar com ele” (RICOEUR, 2010c, p. 16).

É preciso, por outro lado, resistir ao encolhimento do espaço de experiência. Para tanto, é preciso lutar contra a tendência de só considerar o passado sob o ângulo do acabado, do imutável, do findo. É preciso reabrir o passado, reavivar nele potencialidades irrealizadas, impedidas, massacradas até. Em suma, contra o adágio que diz que o futuro é aberto e contingente e o passado univocamente fechado e necessário, temos de tornar nossas expectativas mais determinadas e nossa experiência mais indeterminada (RICOEUR, 2010c, p. 368).

Pensando por um viés da dialética marxista, ao considerar que um sujeito só pode ser o agente da história na medida em que é transformado por ela, Ricoeur (2010) discorre sobre os dois papéis fundamentais – divergentes, porém complementares – que a leitura assume no ato interpretativo. O primeiro papel é o de interrupção no curso da ação do autor, quando o receptor “assume as rédeas” do texto; e o segundo é o de gerar um novo impulso para a ação do leitor, onde ele vai construir sua interpretação.

Assumir as rédeas no ato interpretativo seria se apropriar do texto. Ricoeur (1989) caracteriza a apropriação como “uma vitória sobre a distância cultural, fusão da interpretação do texto com a interpretação de si mesmo” (RICOEUR, 1989, p. 156).

Entendemos, assim, que a interpretação aproxima, iguala e torna contemporâneo, o que significa, na realidade, tornar próprio o que inicialmente era estranho.

Para Ricoeur (2010), esses dois papéis fundamentais da leitura – interrupção no curso da ação e um novo impulso para a ação – representam ações de enfrentamento e de ligação entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Uma não anula a outra, ao contrário. Trata-se então de um movimento dialético, isso porque apenas uma dessas perspectivas não consegue dar conta de um processo interpretativo.

Assim, de acordo com Moura (2018), tanto as experiências como os sentidos inscritos em determinada narrativa deixam de competir somente a quem vivenciou ou a quem construiu a narrativa, e passam a pertencer a todos aqueles que com ela tiveram contato e por ela foram atravessados.

Portanto, Ricoeur (2010) defende que o autor precisa tanto submeter suas expectativas ao texto, irrealizando a si mesmo, quanto incorporar o texto – consciente ou inconscientemente – à sua visão de mundo.

Quando o leitor submete suas expectativas às que o texto desenvolve, ele irrealiza a si mesmo na mesma proporção da irrealidade do mundo fictício para o qual emigra; a leitura torna-se então um lugar igualmente irreal onde a reflexão faz uma pausa. Em contrapartida, quando o leitor incorpora - consciente ou inconscientemente, pouco importa - os ensinamentos de suas leituras à sua visão de mundo, para aumentar sua legibilidade prévia, a leitura é para ele algo diferente de um lugar onde ele para; ela é um meio que ele atravessa (RICOEUR, 2010c, p. 308).

Em outras palavras, o texto interpretado não deve representar um destino ou um lugar onde o leitor para e ali fica, mas sim um meio o qual ele atravessa no ato da leitura – e também é atravessado por esse meio.

Em contrapartida, Ricoeur (2010) enfatiza que não podemos confundir a autonomia concedida ao leitor com uma liberdade para se fazer interpretações grosseiras e distantes da realidade, como já dito anteriormente. Haveria, portanto, um limite, uma vez que, como aponta o autor: “a leitura está no texto, mas a escritura do texto antecipa as leituras por vir”, (RICOEUR, 2010c, p. 283).

Na leitura do filósofo francês, há mais de uma maneira de construir um texto e sempre é possível advogar em favor de uma ou outra interpretação, confrontar interpretações ou mesmo chegar a um acordo entre elas, visto que não existe uma “regra de ouro” estabelecida. Contudo, para o autor, o texto possui um limite de construções possíveis, que precisa ser levado em conta pelo intérprete.

Em conclusão, é verdade que há sempre mais de uma maneira de construir um texto, não é verdade que todas as interpretações são equivalentes e relevam daquilo a que, em inglês, se chama «rules of thumb». O texto é um campo limitado de construções possíveis. A lógica da validação permite-nos evoluir entre os dois limites do dogmatismo e do cepticismo. É sempre possível advogar por ou contra uma interpretação, confrontar interpretações, arbitrar nelas, visar um acordo, ainda que este acordo continue longe de ser atingido (RICOEUR, 1989, p. 203).

Mesmo afirmando que não existe uma regra estabelecida ou padrão a ser seguido no ato interpretativo, Ricoeur (1989) indica caminhos possíveis e o que devemos buscar ao nos depararmos com um texto.

O filósofo argumenta que a semântica profunda do texto não é o que o autor quis dizer, mas aquilo do que trata o texto, a saber, suas preferências não ostensivas. Ou seja, “aquilo que precisamos de compreender não é alguma coisa escondida atrás do texto, mas alguma coisa exposta diante dele” (RICOEUR, 1989, p. 209).

Isso significa que, o que deve ser compreendido não é o estágio inicial de discurso, mas sim o mundo possível, proposto pelo texto. Para Ricoeur (1989), a compreensão não tem muito a ver com o autor e a sua situação. Do contrário, ela se move para mundos propostos que as referências do texto apresentam. Compreender um texto, então, é acompanhar o seu movimento, que parte do sentido para a referência.

Após contextualizar nosso objeto de estudo, podemos entender, com isso, que a tese de Paul Ricoeur pode ser empregada na análise do jornal *Mulherio*, bem como na interpretação de toda e qualquer narrativa jornalística. Tal atividade ocorre, porque no campo comunicacional notamos exercícios semelhantes, tanto na construção da narrativa quanto na recepção.

Sem possuir um método rígido, fugindo assim do estruturalismo tão presente nas pesquisas em comunicação, a hermenêutica da consciência histórica, aplicada ao nosso campo, nos permite desbravar múltiplos caminhos e revelar inúmeras camadas em um processo que não busca respostas definitivas para um problema.

4.2.1 O círculo hermenêutico

Diante do exposto, o círculo hermenêutico desenvolvido por Paul Ricoeur (2010) se revela como um importante modo analítico-interpretativo a ser considerado na condução do presente trabalho.

Longe de representar um método rigoroso e fechado, o círculo hermenêutico ricoeuriano, segundo Gonçalves (2017), é responsável por traduzir a intensa relação existente entre o narrador, o texto e seus leitores, articulando dessa forma “as operações de compreensão

e interpretação dos textos, como forma de construir a realidade e marcar a pertença ao mundo” (GONÇALVES, 2017, p. 11).

O círculo hermenêutico compreende três fases: *mímesis* I, *mímesis* II e *mímesis* III. A noção de Ricoeur sobre a tríplice *mímesis* começou a ser desenhada por Ricoeur a partir da interpretação da *Poética* de Aristóteles.

Temos na *mímesis* I a fase de prefiguração por parte de um autor, com base na sua experiência e pré-compreensão do mundo; a *mímesis* II é a etapa da configuração do mundo vivido e compreendido pelo autor, através da escrita do texto; e, por fim, vem a *mímesis* III, que é o momento de refiguração por parte do leitor desse texto, que tem diante de si a possibilidade e liberdade para compor sua interpretação e também de produzir uma nova narrativa, dando continuidade a esse círculo.

Em sua tese, Ricoeur (2010) coloca *mímesis* II (configuração) como a posição intermediária entre as outras duas operações (*mímesis* I e *mímesis* III). O filósofo francês defende a ideia de que a inteligibilidade de *mímesis* II parte da sua capacidade de mediação, facilitando a passagem do antes ao depois do texto, transfigurando esse antes em depois, tudo isso graças ao seu poder de configuração. Moura (2018) reforça esse pensamento de Ricoeur, quando afirma que “*mímesis* II tem como dever tornar inteligível, compreensível, elementos e eventos separados” (MOURA, 2018, p. 155).

O poder de configuração mencionado pelo filósofo é dotado de uma estratégia de persuasão ao qual o leitor responde, acompanhando tal configuração e se apoderando da proposta de mundo projetada pelo texto. São três momentos a serem considerados, vejamos: “1) a estratégia fomentada pelo autor e dirigida para o leitor; 2) a inscrição dessa estratégia na configuração literária; 3) a resposta do leitor considerado quer como sujeito que lê, quer como público receptor” (RICOEUR, 2010c, p. 271).

Moura (2018) vai além, ao afirmar que o tempo da configuração é o tempo em que o historiador confere sentido ao vivido e o insere em uma narrativa, fazendo o trabalho de mediar tensões existentes entre silêncios e visibilidades, entre presente do passado e o presente de quem está operando a configuração.

Ricoeur (2010) pondera, entretanto, que a hermenêutica não se limita a colocar *mímesis* II entre *mímesis* I e *mímesis* III. A grande questão passa pelo processo concreto onde a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e a refiguração por meio da recepção da obra. “Seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado a um tempo refigurado pela mediação de um tempo configurado” (RICOEUR, 2010a, p. 95).

Por conseguinte, o filósofo francês confere o devido destaque ao leitor do texto e delibera que o sujeito que lê e atua na interpretação é o grande operador por trás do círculo hermenêutico. “Corolariamente, aparecerá no final da análise que o leitor é o operador por excelência que, por seu fazer - a ação de ler -, assume a unidade do percurso de *mimesis* I a *mimesis* III através de *mimesis* II” (RICOEUR, 2010a, p. 94-95).

Para Ricoeur (2010), é apenas na leitura que o dinamismo de configuração encerra seu percurso e chega ao seu destino. É a leitura que dá vida ao autor, que conforme Ricoeur (1989), é instituído pelo texto, se mantendo no espaço de significação traçado e inscrito pela escrita. “O texto é exactamente o lugar onde o autor sobrevive”, (RICOEUR, 1989, p. 143).

Consequentemente, é para além da leitura, na ação efetiva instruída pelas obras, que a configuração do texto se converte em refiguração.

Podemos então inferir que, sob a ótica do círculo hermenêutico difundido por Ricoeur (2010), a interpretação de uma narrativa nunca chega a uma conclusão, uma resposta definitiva. Isso porque ela deixa um espaço sempre aberto para uma reinterpretação ou mesmo novas interpretações, considerando que um mesmo texto passa pelas mãos de um número infinito de leitores.

E, justamente, por passar por uma infinidade de leitores que cada interpretação representa uma experiência única. Tudo isso acaba intervindo nos próprios sentidos da história. Dessa forma, o círculo hermenêutico abre a possibilidade de uma constante construção de inteligibilidade do mundo prático.

A composição do círculo hermenêutico da narrativa e do tempo em uma tríplice *mimesis*, em que prefiguração, configuração e refiguração se alternam constantemente, provoca uma permanente construção de inteligibilidade do mundo prático e sua contumaz reinterpretação, retroalimentando os sentidos da história (MOURA, 2018, p. 156).

É necessário compreender também que o círculo hermenêutico ricoeuriano diz respeito a um processo que inegavelmente possui um caráter circular, mas que não opera como um círculo vicioso e inflexível, que sempre segue a mesma ordem ou lógica – prefiguração, configuração e refiguração.

Desse modo, Ricoeur (2010) prefere caracterizar o círculo hermenêutico como “uma espiral sem fim que faz a meditação passar várias vezes pelo mesmo ponto, mas numa atitude diferente” (RICOEUR, 2010a, p. 124).

Paul Ricoeur (2010) também enfatiza a importância das referências no ato de interpretação de uma narrativa. Poderíamos entender como referências o repertório ou herança

cultural e os projetos ético-políticos de determinado contexto histórico, que nos possibilitam “compreender o sentido exposto no mundo da obra e até mesmo apreender o sujeito e sua subjetividade” (GONÇALVES, 2017, p. 83).

As referências de uma narrativa não podem ser resumidas a dados extratextuais que são extraídos do mundo real. Gonçalves (2017) defende que o autor pode construir suas próprias referências no decorrer da obra, contando também com a habilidade criativa do leitor, que, com sua bagagem sociocultural advinda da experiência, ou mesmo com sua herança cultural, poderá refigurar tais referências.

Para Ricoeur (2010), a referencialidade se relaciona diretamente com a comunicabilidade, e tal relação representa uma importante propriedade do fenômeno da leitura. Na visão do teórico, é possível adentrar o problema por uma ou outra extremidade (referencialidade e comunicabilidade), de forma que, uma estética da recepção não pode querer abraçar o problema da comunicação sem considerar o da referência, “na medida em que o que é comunicado é, em última instância, para além do sentido da obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte” (RICOEUR, 2010c, p. 307).

Ao falar sobre o horizonte constituído do texto, Ricoeur (2010) tenta fazer uma mediação, propondo uma fusão de horizontes, que não para de se produzir. É por meio da tensão entre um horizonte histórico e o horizonte do presente que o escritor e o leitor acabam por se revelar, cada um, como um ser-afetado-pelo-passado. Essa fusão conflituosa, de acordo com o filósofo, está diretamente relacionada com a dinâmica do texto, em especial com a dialética da sedimentação e da inovação.

Essa noção de fusão entre horizontes conduz ao tema que é a questão última dessa hermenêutica da consciência histórica, ou seja, a tensão entre o horizonte do passado e o do presente. O problema da relação entre passado e presente vê-se assim colocado sob nova luz: o passado nos é revelado pela projeção de um horizonte histórico simultaneamente separado do horizonte do presente e retomado, reassumido nele. A ideia de um horizonte temporal simultaneamente projetado e afastado, distinguido e incluído, termina de dialetizar a ideia de tradicionalidade. O que resta de unilateral na ideia de um ser-afetado-pelo-passado é desse modo superado: é projetando um horizonte histórico que experimentamos, na tensão com o horizonte do presente, a eficácia do passado, da qual nosso ser-afetado é o correlato. (RICOEUR, 2010c, p. 376).

Leal e Sacramento (2019) afirmam que a condição de ser-afetado-pelo-passado remete a ideia de um agir no presente que, a partir de determinada experiência, projeta um olhar sobre os movimentos do tempo. Dito de outra forma, esse ser-afetado-pelo-passado pode se manifestar em qualquer momento ou etapa do círculo hermenêutico, seja por meio do autor, seja por meio do leitor do texto.

Dessa forma, a configuração textual ou a refiguração desse texto funcionam como uma mediação da experiência de um sujeito – autor ou leitor – enquanto ser-afetado pelo passado. O que é transmitido em uma narrativa e o que é assimilado no ato interpretativo é fruto dessa afetação pelo passado.

Ricoeur (2012) reflete que o autor de uma narrativa, a quem ele também chama de testemunha, antes de se expressar através do texto foi atingido e afetado de alguma forma por um acontecimento. “Antes de se expressar, a testemunha viu, ouviu, experimentou (ou acreditou ver, ouvir, experimentar, pouco importa). Em suma, ele foi afetado, talvez marcado, abalado, ferido, em todo caso, atingido, pelo acontecimento” (RICOEUR, 2012, p. 337).

Muitas vezes, contudo, esse ser-afetado-pelo-passado não leva em consideração apenas as experiências pessoais, mas narrativas anteriormente produzidas pelos antepassados. Aqui, recorreremos ao conceito de tradição trabalhado por Ricoeur (2010), que rege a ideia de afetação pelo passado e é dividido em três dimensões, são elas: tradicionalidade, tradições e Tradição.

1) a tradicionalidade designa um estilo formal de encadeamento que garante a continuidade da recepção do passado; nesse sentido, designa a reciprocidade entre a eficiência da história e nosso ser-afetado-pelo-passado; 2) as tradições consistem nos conteúdos transmitidos na qualidade de portadores de sentido; situam todas as heranças recebidas na ordem do simbólico e, virtualmente, numa dimensão linguageira e textual; nesse sentido, as tradições são proposições de sentido; 3) a tradição, enquanto instância de legitimidade, designa a pretensão à verdade (o ter-por-verdadeiro) oferecida à argumentação no espaço público da discussão. (RICOEUR, 2010, p. 387).

Na leitura de Leal e Sacramento (2019), a tradicionalidade seria uma forma de consciência de atravessamento do tempo vinculada à fusão de horizontes. Trata-se de uma transmissão transcendental da história através de gerações.

As tradições seriam então o conteúdo que é repassado através das gerações, uma espécie de repertório ou herança cultural, que vem demonstrar que os sujeitos que compõem o círculo hermenêutico, seja o autor, seja o leitor, sempre vão ocupar inicialmente um lugar de herdeiros do passado. “A noção de tradição, tomada no sentido das tradições, significa que nunca estamos numa posição absoluta de inovadores, mas sempre, primeiro, em situação relativa de herdeiros” (RICOEUR, 2010c, p. 377).

Essa herança cultural, por sua vez, é heterogênea e até contraditória, possuindo mais de uma origem no tempo. E, justamente, por isso que o leitor poderá transcender o perfil de um mero herdeiro, inovando e refigurando tal herança cultural, é o que ilustram Rêgo, Barbosa e Gonçalves (2020), ao colocarem que “nas narrativas construídas além das temporalidades

encenadas e das referências memoráveis a partir das tradições novamente narradas, há brechas possíveis para a ação”, (RÊGO; BARBOSA; GONÇALVES, 2020, p. 15).

As autoras supramencionadas resumem dessa maneira as três dimensões da tradição: “tradição, enquanto autoridade do passado, tradicionalidades, enquanto transmissão intergeracional e tradições, enquanto domínio de um código comum”, (RÊGO; BARBOSA; GONÇALVES, 2020, p. 7).

A tradição, no entanto, também pode atuar na manipulação de uma memória – coletiva ou individual. Rêgo e Barbosa (2019) tomam como parâmetro as narrativas do campo comunicacional difundidas à exaustão nas redes sociais atualmente. Observando esse fenômeno, as autoras avaliam que o aniquilamento da política de verdade, bem como a destruição do pacto social que sustentava a proximidade com o real e com os fatos, acabou por abrir espaço para outros modos de aproximação e de reconstrução das experiências temporais de boa parte da população brasileira.

A partir de acionamentos de “verdade” tradicionais, enquanto “seres-afetados-pelo-passado”, recebemos narrativas que nos chegam pela correia da tradicionalidade intimamente vinculada a um passado naturalizado, acionado pelas tradições, tendo a linguagem e a cognição simples como guia, trazendo a tradição e o peso de uma versão do passado como verdade. (RÊGO e BARBOSA, 2019, p. 105).

Assim, esses novos acionamentos de “verdades” observados atualmente, que na realidade podem ser chamados de memórias manipuladas, segundo Rêgo e Barbosa (2019), são operados regidos sob a égide da tradição.

Esses três aspectos da tradição, segundo Rêgo, Barbosa e Gonçalves (2020), formam o arco hermenêutico de uma construção textual que ganha significado quando lida pelo leitor do presente, que constrói suas interpretações a partir de imagens, lembranças de um passado não adormecido. Tais autoras afirmam que tradição assim definida auxilia no círculo de interpretação das narrativas jornalísticas, a partir das memórias coletivas, sociais e pessoais que são acionadas pelas refiguração das narrativas em tempos diferentes.

Com base nisso, pretendemos analisar o jornal *Mulherio* partindo da perspectiva de que as narrativas selecionadas podem se tratar de uma opinião pessoal, como também podem representar a visão de todo um grupo ou categoria, levando em conta que o periódico em questão reivindicava o feminismo como causa e ideologia.

Essa abertura de possibilidades que a hermenêutica da consciência histórica elaborada por Paul Ricoeur proporciona aos estudos em comunicação, e a essa pesquisa em específico, nos leva a perceber a narrativa jornalística de uma maneira mais livre, “não mais como um texto

finito e restrito a uma notícia, mas como uma operação para a qual a ação do leitor é decisiva”, (LEAL, 2014, p. 10).

A autora do presente trabalho, enquanto investigadora diante de um objeto, se coloca em *mímesis III*, onde vai lançar mão de suas experiências e visões, que serão confrontadas com o mundo do texto em uma dimensão analítica e, sobretudo, reflexiva.

Lembrando que o aporte teórico-metodológico que sustenta nosso trabalho não dispõe de métodos rígidos de análise. Entretanto, consideramos relevante uma orientação proposta por Gonçalves (2017), quando a autora divide a análise em quatro etapas essenciais:

a) processo de descrição das narrativas identificando os aspectos estruturais – o ambiente prefigurado, o tema, as intrigas, os personagens principais, os discordantes, as vozes narrativas e os aspectos do tempo e espaço; b) etapa que propõe uma dimensão analítica dos personagens, onde percebemos a construção das identidades narrativas a partir das ações narradas (que provocam e que sofrem); c) buscamos os sentidos e as questões referenciais construídas na narrativa, percebendo as dinâmicas e vozes sociais presentes no texto; d) refletimos sobre as sínteses elaboradas nos processos interpretativos, realçando os aspectos mais importantes, pensando sobre os modos de existência (a partir das identidades narrativas) e desvelando os projetos de mundo presentes no texto e na nossa reflexão como público em *mímesis* (GONÇALVES, 2017, p. 132-133).

Essas etapas da análise são precedidas pela leitura, que precisa ser feita mais de uma vez. De acordo com Ricoeur (1978), é necessária uma leitura preliminar, onde tem início o processo de compreensão dos significados. Depois também é preciso se fazer uma leitura crítica, que é onde ocorre um processo mais profundo de compreensão e interpretação da narrativa. Finalmente, a partir de uma terceira leitura é possível se apropriar e, assim, explicar os sentidos e referências ali presentes. Importante ressaltar que tais considerações não vão representar um modelo rígido e fechado a ser seguido.

5. ANÁLISE DAS NARRATIVAS DO JORNAL MULHERIO

Neste capítulo, iremos proceder com a análise interpretativa das narrativas jornalísticas do jornal *Mulherio*, a fim de investigar de que maneira o periódico pode ter contribuído para a imprensa feminista brasileira.

O corpus de análise sobre o qual nos debruçamos neste trabalho correspondem as 40 edições do jornal *Mulherio* – optamos por não analisar os dois últimos números em que o periódico passou a se chamar *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*, com o intuito de evitar qualquer mal-entendido por conta da nomenclatura.

Nos limitamos então a selecionar edições publicadas nas duas das três fases do jornal. A primeira fase é compreendida entre março de 1981 e setembro de 1983, quando foram rodados os primeiros 16 números, e a segunda fase vai de 1984 a abril de 1988, período em que foram publicadas mais 24 edições.

Cumpramos ressaltar que a amostragem feita neste trabalho é intencional, o que significa, conforme Laville e Dionne (1999), que as narrativas foram selecionadas de modo a buscar contemplar da maneira mais eficaz possível os objetivos propostos por esta pesquisa.

Nesse mesmo sentido, Gaya (2016) vem afirmar que uma amostra intencional é definida basicamente por uma aplicação de “critérios previamente definidos e por um esforço deliberado para se obter amostras representativas mediante a inclusão de áreas típicas ou grupos supostamente capazes de fornecer as informações necessárias à investigação” (GAYA, 2016, p. 277).

Assim, a amostra intencional deste trabalho é composta por 10 narrativas extraídas do periódico.

Publicação	Número da edição
mai/jun 1981	1
set/out 1981	3
jan/fev 1982	5
mai/jun 1982	7
set/out 1983	15
mai/jun 1984	16
jul/ago 1984	17
out/nov/dez 1985	23
mar/ago 1986	25
dez 1986	27

Tabela 01: Amostra selecionada

Fonte: Elaboração própria

Durante a escolha das narrativas que seriam analisadas foi necessário todo um cuidado e atenção, para que não fossem selecionados materiais com temas repetitivos, isso porque a intenção desta pesquisa é fazer uma análise qualitativa aprofundada. Em outras palavras: se o principal objetivo do trabalho é investigar se o jornal de fato contribuiu para a imprensa feminista, não poderíamos chegar próximos de uma resposta sem explorar devidamente nosso objeto, analisando narrativas dos mais diversos temas.

Com isso, o que veremos adiante são reportagens, artigos e até um editorial, com os temas mais diversos: mulheres negras e indígenas, violência de gênero/feminicídio, política, cultura, saúde da mulher, aborto, sexo, casamento e mercado de trabalho.

Importante reforçar que, nesse processo interpretativo, nos colocamos em uma posição de *mimesis III*, isso significa que a interpretação das narrativas faz parte de um processo dialético, onde mundo do texto e mundo do leitor se atravessam.

Posto isso, iniciamos aqui nossa análise interpretativa. A primeira narrativa analisada foi publicada na edição Nº 1, em 1981. Trata-se de um artigo sobre maternidade escrito pela cientista social Carmen Barroso, que leva o seguinte título: “Paraíso perdido ou reencontrado?”.

A síntese do artigo consiste em uma crítica a uma sociedade patriarcal que defende que toda mulher nasceu para ser mãe, colocando assim a maternidade como a principal missão do sexo feminino.

A pesquisadora inicia falando que historicamente a ideologia dominante pregava a maternidade como um paraíso, fonte inesgotável de alegrias, sendo as mulheres dotadas de um instinto biológico implacável e um “amor materno” incondicional.

Na avaliação de Carmen Barroso, qualquer uma que fugisse dessa regra era considerada um ponto fora da curva. A que tinha filhos mesmo sem querer e não conseguia exercer a maternidade conforme as regras estabelecidas era condenada por fracassar na criação das crianças, já aquela que fazia a opção por não procriar era vista até como uma aberração da natureza.

Contudo, segundo o artigo, naquele momento os tabus estavam sendo quebrados no Brasil, isso porque as mulheres começavam a se empoderar e levantar a voz, reivindicando o direito de ocupar um outro lugar no universo feminino: o lugar das mulheres que não querem se tornar mães.

Carmen Barroso faz uma importante observação no quarto parágrafo, quando diz que as mulheres, ainda crianças já eram ensinadas e condicionadas ao destino praticamente inevitável de se tornarem mães. Ela cita o fato de meninas ganharem logo no início de suas vidas uma boneca, para cuidarem como se fossem suas filhas.

Paraíso perdido ou reencontrado?

Carmen Barros

Até pouco tempo atrás, a ideologia dominante nos fazia crer que a maternidade era fonte inequívoca de alegrias, exclusivamente. É que as mulheres eram naturalmente dotadas das qualidades necessárias ao cuidado das crianças, concebida como sua função suprema na sociedade. Não só isso, mas a idéia do amor materno tinha um caráter único entre os afetos humanos: independente de qualquer escolha ou de qualquer condição externa, incondicional, profunda, constante e interminável. A própria vontade de ter filhas era elevada à categoria de instinto biológico inelutável.

Qualquer mulher que não desejasse ardentemente ter filhos, ou que não colocasse a procriação como a coisa mais importante de sua vida; ou que tivesse alguma dificuldade no relacionamento com crianças em geral; ou que, de alguma forma, se afastasse daquele modelo ideal de paciência, dedicação e atenção constantes, modelo que necessariamente criaria crianças perfeitamente felizes e saudáveis — quaisquer dessas mulheres, ou seja, todas as mulheres — eram condenadas a assumir sozinhas a responsabilidade pelo seu fracasso no desempenho dessa sublime missão. Responsabilidade gravíssima por atingir dimensões ontológicas, pois o que estava em questão era a sua própria natureza, a feminilidade, o “ser feminina”.

Recentemente, os tabus estão sendo quebrados e as máscaras estão caindo. As mulheres começam a assumir a sua voz e a dizer o que sentem.

E o que sentimos é que tudo aquilo que nos foi ensinado, desde a época em que ainda não sabíamos falar e já nos colocavam uma boneca no colo, ensinando-nos a ninar-la, constitui apenas uma face da moeda. No Brasil, hoje, a maternidade pode ser, sim, fonte de enorme deleite; as crianças costumam ser, sim, criaturas deliciosas; e a convivência com elas, sim, nos pode dar grande prazer.

Porém, elas também são por vezes extremamente desagradáveis e cansativas; e

são fonte de dúvidas, incertezas e angústias. A singularidade da relação mãe-filho, dentro da família nuclear criada nos estágios mais recentes da ordem patriarcal, gera nas crianças necessidades de afeto tão vastas que são impossíveis de ser satisfeitas por qualquer ser humano, ainda que se especialize na profissão de mãe em tempo integral e dedicação exclusiva.

E o que é pior: como a ideologia procura negar a profunda contradição entre, de um lado, a exaltação misticizadora da função maternal e, de outro, as precárias condições oferecidas pela sociedade para o desenvolvimento saudável das crianças e a exercício da maternidade, as mulheres acabam por assumir uma carga emocional muito pesada ao se sentirem culpadas por tudo o que não conseguem fazer por seus filhos numa sociedade tão inadequada para a satisfação das necessidades humanas.

Muitas mulheres têm de assumir simultaneamente a responsabilidade do sustento material dos seus filhos. As pesquisas mostram que desde 1950 tem aumentado a cada dia o número de famílias chefiadas por mulheres, que constituem uma parcela considerável dos estratos mais pobres da população. Condenadas à pobreza e ao subemprego por condições estruturais, essas mulheres arcam não só com uma dupla jornada de trabalho, mas também com uma dupla carga de culpa, ao ignorarem os fatores objetivos responsáveis por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto no garantir condições razoáveis de vida.

O reconhecimento da ambivalência em relação à maternidade — tal como ela é institucionalizada dentro do capitalismo e do patriarcado — é um primeiro passo no questionamento da maternidade compulsória, destino inexorável de toda mulher, supostamente determinado pelo simples fato da existência de um útero dentro do seu ventre.

Quando se questiona a maternidade compulsória, quando se reivindica o direito inalienável da mulher ao controle do seu próprio corpo, o que se postula, evidentemente, não é a não-maternidade igualmente compulsória. Isto é tão óbvio que parece

desnecessário repetir. Mas é que esse questionamento é freqüentemente distorcido, e as feministas passam a ser vistas como mulheres que não querem ter filhas.

Algumas efetivamente não querem, e esse é um desejo tão legítimo como qualquer outro. Mas a grande maioria de nós não queremos nos privar do convívio com as crianças, e é justamente para possibilitar uma vida humana mais rica em todos os seus aspectos, inclusive na criação de crianças, que rejeitamos a noção de maternidade tal como definida no patriarcalismo, quando “exonera o homem da paternidade, cria uma perigosa divisão entre a vida pública e a vida privada e, na mais fundamental das contradições, aliena o mulher de seu corpo ao nele encarcerá-la” (A. Rich).

Apesar das mudanças ocorridas ao longo da história nas relações sociais de produção e na família, o cuidado com as crianças permaneceu uma tarefa quase exclusivamente de mulheres, embora nem sempre das mães biológicas. Essa divisão sexual de trabalho, na qual as mulheres são mais envolvidas em relações afetivas, acaba por produzir uma divisão de trabalho herdada.

Atualmente, esta divisão rígida de papéis sexuais começa a gerar insatisfações e resistência. Os conflitos se exacerbaram tanto para a mulher que trabalha fora como para a mãe de tempo integral. Para as crianças é igualmente difícil uma situação onde o amor é um “recurso escasso controlado por uma única pessoa”. Para os homens submetidos ao trabalho alienado, a falta de convivência com as crianças começa a ser percebida como a privação de uma das poucas experiências pessoais profundas, permitidas por esta sociedade.

Além dessas contradições dentro da família, a divisão sexual do trabalho familiar entra em conflito com as tendências da economia que têm trazido uma progressiva incorporação da mulher ao trabalho assalariado.

Tudo leva a crer que é historicamente possível a criação de novo sistema de cuidado das crianças. Isto, no entanto, depende da organização consciente e da mobilização das mulheres e dos homens que reconhecem ser de seu interesse mudar essa divisão que está na raiz das desigualdades sexuais.

8

Mulher

Figura 03: Mulherio Nº 1, mai/jun de 1981, p. 08

Fonte: FCC

Ou seja, antes mesmo de aprenderem a falar ou de assimilar uma linguagem verbal elas recebem, de uma maneira lúdica e que julgamos até inocente, toda uma herança cultural que dita como deve pensar e como deve se comportar uma mulher. Percebemos que aqui se manifesta o conceito de tradição, que, na concepção de Ricoeur (2010), se divide em três dimensões: Tradição (autoridade do passado), tradicionalidade (transmissão intergeracional) e tradições (domínio de um código em comum).

A boneca utilizada para “treinar” uma criança e ensiná-la desde cedo a agir como mãe seria assim uma herança na ordem do simbólico (tradições) transmitida através das gerações (tradicionalidade) respaldada na tradição enquanto autoridade do passado.

Observamos que, ao trazer esse exemplo da boneca, a autora age e escreve como um ser-afetado-pelo-passado. Em outras palavras, a configuração de sua narrativa em mimesis II

só foi possível graças a uma prefiguração do mundo por ela experienciado em mimesis I, tudo isso até a narrativa concluir seu percurso, sendo publicada nas páginas do jornal e se tornando acessível ao leitor, em mimesis III.

Esse condicionamento, segundo a cientista social, é apenas um aspecto de toda uma estrutura, que sustenta a ideia de que não se pode dissociar mulher de maternidade.

Texto 01: As mulheres começam a assumir a sua voz e a dizer o que sentem. E o que sentimos é que tudo aquilo que nos foi ensinado, desde a época em que ainda não sabíamos falar e já nos colocavam uma boneca no colo, ensinando-nos a niná-la, constitui apenas uma face da moeda. No Brasil, hoje, a maternidade pode ser, sim, fonte de enorme deleite; as crianças costumam ser, sim, criaturas deliciosas; e a convivência com elas, sim, nos pode dar grande prazer. Porém, elas também são por vezes extremamente desagradáveis e cansativas; e são fonte de dúvidas, incertezas e angústias. [...] a ideologia procura negar a profunda contradição entre, de um lado, a exaltação mistificadora da função maternal e, de outro, as precárias condições oferecidas pela sociedade para o desenvolvimento saudável das crianças e o exercício da maternidade, as mulheres acabam por assumir uma carga emocional muito pesada ao se sentirem culpadas por tudo o que não conseguem fazer por seus filhos numa sociedade tão inadequada para a satisfação das necessidades humanas. [...] Quando se questiona a maternidade compulsória, quando se reivindica o direito inalienável da mulher ao controle do seu próprio corpo, o que se postula, evidentemente, não é a não-maternidade igualmente compulsória. Isto é tão óbvio que parece desnecessário repetir. Mas é que esse questionamento é frequentemente distorcido, e as feministas passam a ser vistas como mulheres que não querem ter filhos. Algumas efetivamente não querem, e esse é um desejo tão legítimo como qualquer outro. Mas a grande maioria de nós não queremos nos privar do convívio com as crianças, e é justamente por possibilitar uma vida humana mais rica em todos os seus aspectos, inclusive na criação de crianças, que rejeitamos a noção de maternidade tal como definida no patriarcalismo. [...] Apesar das mudanças ocorridas ao longo da história nas relações sociais de produção e na família, o cuidado com as crianças permaneceu uma tarefa quase exclusivamente de mulheres, embora nem sempre das mães biológicas. [...] Tudo leva a crer que é historicamente possível a criação de novo sistema de cuidado das crianças. Isto, no entanto, depende da organização consciente e da mobilização das mulheres e dos homens que reconhecem ser de seu interesse mudar essa divisão que está na raiz das desigualdades sexuais (MULHERIO, maio/junho de 1981, p. 08).

A autora também tem o cuidado de não fazer generalizações, ao colocar que ser mãe pode sim proporcionar grandes alegrias e uma profunda satisfação a uma mulher. Ela ressalta como incríveis são as crianças, mas pondera que por vezes os pequenos podem ser desagradáveis e cansativos. Tudo isso compõe uma teia que apenas reforça como é problemático impor a uma mulher a obrigação de procriar, diante de tantas questões a serem levadas em conta.

Carmen Barroso também critica a hipocrisia/contradição da ideologia dominante: ao mesmo tempo em que exaltam e defendem a função maternal, não oferecem as condições

mínimas para a mulher exercer sua maternidade de maneira digna e saudável (para ela e para a criança).

Essa contradição é inerente tanto à esfera privada quanto à esfera pública. Na esfera privada, os homens defensores da família e dos bons costumes, que praticamente obrigam suas companheiras a procriar – muitas vezes fazendo-as abandonar emprego para cuidar da casa – são os mesmos que sobrecarregam, e, muitas vezes, abandonam essas mulheres.

Já na esfera pública, temos um Estado que não proporciona qualquer condição ou estrutura para as mulheres, sobretudo as menos favorecidas, exercerem a maternidade. A mulher não tem acesso a políticas públicas básicas, como saúde, educação, creches e demais políticas de assistência social. Por outro lado, o Estado que se ausenta quando deve garantir direitos é o mesmo que se faz presente para criminalizar e punir o aborto.

Nessa mesma esfera pública está a própria sociedade, pronta para condenar a qualquer momento o menor “deslize”. As mesmas pessoas que exigem dedicação e zelo por parte de uma mãe também repudiam uma mulher por amamentar em público.

Continuando o artigo, Carmen Barroso vai reforçar que, ao questionar a maternidade compulsória, o feminismo apenas reivindica o direito essencial de a mulher poder exercer controle sobre o próprio corpo, ou seja, a liberdade de escolha para quem quiser ser mãe e também para quem não quiser ser.

A autora, portanto, trata de afastar o estigma que pesa sobre as feministas, que são vistas como mulheres que não gostam de crianças e não querem ser mães.

Outro aspecto importante levantado pela pesquisadora diz respeito à divisão de trabalho na criação e educação dos filhos. Carmen Barroso enfatiza que, no decorrer da história não houve muitas mudanças nessa divisão, continuando assim sendo uma tarefa praticamente exclusiva de mulheres.

Passa quase despercebido quando ela diz, nesse parágrafo, que nem sempre essas mulheres incumbidas de cuidar das crianças são as mães biológicas. Essa é uma clara referência às mulheres periféricas, que muitas vezes deixam filhos em casas para cuidar de outras crianças, filhas das patroas.

Ao final do artigo, Carmen Barroso faz projeções otimistas. Ela acreditava que era possível construir um novo sistema, porém, seriam necessárias uma organização consciente e uma mobilização de mulheres e também de homens dispostos que tivessem interesse em uma mudança profunda e radical na desigualdade sexual que dava sustentação à ideia de maternidade compulsória.

Esse mundo projetado ao final do texto de Carmen Barroso se mostrou possível com o passar do tempo. Hoje, quarenta anos depois que tal artigo foi publicado, temos de admitir que houve avanços e a mulher agora pode decidir não procriar sem ser tratada como uma aberração, mas isso não quer dizer que a sociedade tenha se transformado completamente. Ainda há muito o que se conquistar quando se fala em direitos, como veremos adiante.

A próxima narrativa que iremos analisar é um artigo escrito por Lélia Gonzalez, intelectual considerada uma pioneira nos estudos sobre negritude. O artigo de duas páginas foi publicado na edição Nº 3 no ano de 1981, e trata de uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que trazem dados alarmantes acerca da condição da mulher negra no Brasil.

Lélia inicia o artigo mencionando uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que havia ocorrido recentemente em Salvador (BA). A pesquisadora comemora o fato de, pela primeira vez, a SBPC ter colocado na programação uma mesa redonda para discutir a questão da mulher negra. Podemos perceber então que essa pauta ainda engatinhava no Brasil naquele período (1981).

Em seguida, Gonzalez faz uma análise profunda sobre a condição do povo negro, a quem ela caracteriza como o setor mais oprimido e explorado da população brasileira. Ela faz uma crítica – que se estende inclusive a setores progressistas da sociedade – a um movimento já existente naquela época, de colocar os negros como responsáveis pela opressão que sofriam, como se tudo fosse uma questão de se colocar em um lugar de vítima.

Aqui podemos notar que um fenômeno que ocorria na década de 1980 persiste no Brasil, atualmente com tons bem mais violentos: hoje praticamente virou uma regra entre as pessoas preconceituosas chamar de vitimistas aqueles que denunciam casos de discriminação. Em um tom pejorativo, utilizam a expressão “mi mi mi” para tripudiar de suas vítimas.



Neste artigo, a antropóloga Lélia Gonzalez, do Rio, militante ativa dos movimentos negro e feminista, faz uma análise abrangente da situação da negra no trabalho e na família, mostrando a dupla opressão que ela sofre, por ser mulher e por ser negra. E revela dados alarmantes, como este: nas ocupações de nível superior, os mulheres ganham, em média, 35% a menos que seus colegas homens, mas os negros ganham 48% a menos que as brancas.

mulheres; e entre as pardas, 17% têm chefes mulheres. Além disso, as chefes de família pretas ganham 34% e as pardas 44% do que ganham as brancas na mesma situação.

Em termos de taxa de atividade, as diferenças também são expressivas, quando se trata de brancos e negros. As cifras indicam que o trabalho do menor é de grande importância para as famílias negras, assim como o fato de que a mulher negra tem uma taxa de atividade maior que a mulher branca.

É importante lembrar que a questão da homogenia racial também contribui para a reprodução das desigualdades. A tendência dominante na sociedade brasileira é de casamentos intraraciais, isto é, entre pessoas da mesma raça. Veja os dados: 85% das esposas dos homens brancos são brancas, 12% são pardas e apenas 2% são pretas. No caso de homens negros, 55% de suas esposas são negras, 17% são brancas e 28% são pardas. E, no caso de chefes de família pardos, 70% de suas mulheres são pardas, 26% são brancas e 4% são negras. Quando se articula rendimento mensal com anos de escolaridade do chefe, constata-se que a homogenia racial é muito mais acentuada entre os brancos (34 dos chefes brancos que ganham até um salário mínimo e têm menos de um ano de instrução, e cerca de 83% dos que ganham mais de cinco salários mínimos e têm mais de 11 anos de instrução casam-se com mulheres brancas). É interessante notar que muitos negros se casam com mulheres brancas, à medida que aumenta seu nível de rendimento e seu nível educacional (37% dos negros que têm de 8 a 10 anos de estudo e 43% dos que estudaram 11 anos ou mais, têm esposas brancas). Já os homens brancos agem de maneira diferente: apenas 9% dos que têm de 8 a 10 anos de estudo e 5% dos que têm mais de 11 anos de estudo casam-se com negras.

Como se vê, esse papo de democracia racial, atingida mediante a miscigenação, não passa de um mito muito bem bolado. Quanto à situação da mulher negra, só fica demonstrado o que dissemos no início. Todavia, graças a ela, os valores que apontam para a nossa ancestralidade e a nossa identidade foram mantidos. Mas isso é papo para o próximo artigo.

Lélia Gonzalez

uma vez que as desigualdades salariais entre homens e mulheres são menores do que as observadas entre brancas e negras, já nas ocupações de nível médio, o fato de ser mulher implica maior desigualdade, embora o fator racial acentue a discriminação.

No caso das ocupações manuais, persistem as desigualdades entre negras e brancas. Quase a metade da força de trabalho feminina e mais da metade das mulheres negras estão empregadas no setor de serviço ou são trabalhadoras autônomas ou trabalhadoras familiares não remuneradas na agropecuária. No setor de serviços, encontramos o "lugar natural" da mulher negra que trabalha nas cidades: o emprego doméstico. Os efeitos máximos do sexismo são encontrados nas atividades agropecuárias, onde as mulheres ganham, em média, 14% do que ganham os homens. Quase sempre elas trabalham na agricultura ajudando o marido, sem receber qualquer remuneração.

Outro aspecto importante é o do registro em carteira — um instrumento de defesa dos direitos do trabalhador. Cerca de 62% dos trabalhadores homens possuem carteira assinada, em comparação

a apenas 52% das mulheres. Mas veja a diferença: só 40% das trabalhadoras negras contaram com essa garantia trabalhista, em comparação a 60% das brancas.

Família, casamento e desigualdade racial

Um primeiro dado a nos chamar atenção é aquele que indica que cerca de 56% das famílias brasileiras brancas possuem um rendimento familiar de três salários mínimos, contra 41% das famílias pretas e 17% das pardas. O diferencial de rendimentos, nesse caso, é de cerca de 20% entre famílias brancas e negras (pretas e pardas). Entre as famílias cujo rendimento médio atinge mais de três salários mínimos, as negras, apesar do maior número de pessoas ocupadas, também ganham menos do que as famílias brancas.

É da maior importância ressaltar o fenômeno estudado por Carmen Harrozo a respeito da mulher chefe de família. De acordo com sua análise, tal fenômeno atrela-se com a pobreza, sobretudo nas áreas urbanas. Entre as famílias brancas, 13% são chefiadas por mulheres, entre as famílias pretas, 20% são chefiadas por

Mulherio

Figura 04: Mulherio Nº 3, set/out de 1981, p. 09
Fonte: FCC

Na sequência, Lélia Gonzalez busca apresentar respostas para um problema que aparentemente era colocado à época: o fato de o movimento de mulheres ser mais organizado e avançado que o movimento negro. A pesquisadora é bem didática ao lembrar que o movimento feminista tem suas raízes vinculadas a uma classe média branca, o que, obviamente, implica muito mais sucesso em termos de organização e mobilização.

É interessante observar que o Movimento Negro Unificado (MNU) — um dos principais pilares da luta da população negra no Brasil — foi criado em 1978, ou seja, em 1981 ele tinha apenas três anos de existência, enquanto o feminismo já vivia sua segunda onda, se preparando para uma terceira.

Texto 02: Não faz muito tempo, ouvimos, de pessoas respeitabilíssimas, a afirmação de que o movimento de mulheres é melhor organizado e mais avançado que o movimento negro. Até que a gente não discorda, já que se trata de uma verdade. No entanto, o movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores

possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc. E isto sem deixar de considerar as dificuldades enfrentadas pelo movimento de mulheres, dados os diferentes níveis de oposição e resistência que visam, no mínimo, neutralizá-lo. No entanto, o *Mulherio* tem ido à luta e conquistado espaços que, hoje, são definitivamente seus. Que se pense, a partir daí, nos obstáculos a serem superados pelo movimento negro e, sobretudo, por um movimento de mulheres negras (que já existe), já que os efeitos da desigualdade racial são muitos mais contundentes que os da desigualdade sexual. Em consequência, ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica em ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está (MULHERIO, setembro/outubro de 1981, p. 08).

No trecho acima destacado Lélia Gonzalez enaltece o *Mulherio* como uma iniciativa legítima que, naquela ocasião, ia à luta e conquistava seu espaço no movimento feminista. Aqui encontramos um bom indicador que pode ajudar a confirmar nossa hipótese, de que o periódico deixou uma grande contribuição para a imprensa feminista brasileira, haja vista o reconhecimento por parte de uma das maiores representantes do movimento negro que o Brasil já teve.

Dando continuidade ao artigo, Gonzalez esmiuça a Pesquisa de Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE referente ao ano de 1976, e faz uma análise abrangente da situação da mulher negra no Brasil sob dois aspectos: família e mercado de trabalho. No primeiro aspecto, os dados indicaram que apenas 2% das esposas de homens brancos eram negras. Foi revelado também que boa parte dos homens negros de maior poder aquisitivo eram casados com mulheres brancas.

Quanto ao fator mercado de trabalho, os números mostraram que, nas ocupações de nível superior, as mulheres ganhavam em média 35% a menos que os homens. Esse, contudo, não era o pior indicador: nesse universo de mulheres de nível superior, as negras ganhavam 48% a menos que as brancas, ou seja, nesse caso em específico a desigualdade maior não se dava entre homens e mulheres, mas sim entre mulheres brancas e mulheres negras.

Lélia Gonzalez finaliza o artigo rechaçando o mito da democracia racial, defendido até hoje no Brasil e que foi combatido por ela no decorrer de toda a sua trajetória de luta no movimento negro.

Podemos compreender como a síntese do artigo de Lélia Gonzalez a seguinte informação: mulheres negras sofriam dupla opressão (de gênero e raça). Atualizando o texto em leitura, em um processo de refiguração a partir do mundo do leitor, afirmamos que essa dupla opressão persiste no tempo presente.

Essa síntese não se trata de uma mera opinião ou vontade de verdade por parte da autora: o mundo do texto configurado por Lélia Gonzalez (em mimesis II) é constituído por dados

concretos e por uma profunda análise, e ninguém melhor para escrever sobre a condição da mulher negra no Brasil do que uma das maiores referências do movimento negro que o país já teve, com uma contribuição inquestionável, tanto na luta, quanto na pesquisa.

Ao contestar essa ideia de democracia racial, Lélia Gonzalez acaba levando o leitor, em terceira *mimesis*, a refletir em seus dias atuais, onde a questão continua sendo debatida. Os defensores dessa democracia racial seguem negando a existência do racismo, sob o argumento de que o Brasil é um país miscigenado e, portanto, não haveriam “raças definidas”. Esquecem de considerar, intencionalmente ou não, que essa dita miscigenação se deu majoritariamente por meio da exploração sexual das mulheres escravizadas, que foram sistematicamente estupradas pelos senhores da casa-grande.

Nesse sentido, mundo do texto e mundo do leitor se cruzam por meio do círculo hermenêutico, transcendendo um lapso temporal de mais de 40 anos.

Podemos observar que o *Mulherio* já em suas primeiras edições mostrou a que veio, se propondo a dar visibilidade à pauta de negritude, abrindo horizontes e fazendo a luta se ampliar. Entender a importância de debater a questão da mulher negra, segundo Bell Hooks (2018), é transformador. Para a autora, nada revolucionou mais o feminismo “do que a exigência de que pensadoras feministas reconhecessem a realidade de raça e racismo” (HOOKS, 2018, p. 89).

A próxima narrativa é um artigo sem assinatura da edição Nº 5, publicada em janeiro/fevereiro de 1982 que fala sobre violência de gênero, mais precisamente o assassinato de mulheres. Embora no texto o termo feminicídio não apareça, tomamos a liberdade de utilizar essa palavra, colocando em prática aquilo que Ricoeur (2010) chama de “terminar a obra”, atualizando-a em leitura.

O texto em questão dá destaque para dois casos simbólicos que marcaram a luta de combate ao feminicídio no Brasil: os assassinatos da socialite Ângela Diniz em 1976 e da cantora Eliane de Grammont em 1981. A primeira foi morta no Rio de Janeiro pelo companheiro, o empresário Raul Fernando do Amaral Street, mais conhecido como Doca Street. A segunda foi assassinada em São Paulo pelo ex-marido, o então consagrado cantor Lindomar Castilho.

Antes de iniciar o artigo, o jornal publicou a cópia de um panfleto que foi distribuído por feministas na ocasião de um show que seria realizado por Lindomar Castilho em Goiânia (GO) em novembro de 1981, oito meses depois de ele ter assassinado a ex-esposa. “Eliane Gramont não vai cantar hoje. Ela está morta”, diz o panfleto, que traz uma foto de Eliane com a filha no colo ao lado do cantor e então esposo, que viria a ser seu assassino.

O show de Lindomar Castilho foi suspenso graças à intervenção organizada de um grupo de mulheres que estavam dispostas a fazer o possível para que aquele evento não acontecesse. A mobilização contou com apoio da imprensa, de acordo com o artigo do *Mulherio*.

Tal episódio, segundo o *Mulherio*, foi bastante simbólico para a época. O jornal afirma que os últimos meses de 1981 trouxeram eventos bastante significativos para a luta contra o feminicídio. Além desse ato de repúdio contra o cantor famoso, no final desse ano houve o segundo julgamento de Docca Street, que teve sua primeira condenação – proferida em 1979 – anulada após pressão popular.

Vinlândia

Eliane Grammont ASSASSINATOS

não vai cantar hoje. Ela está morta

Com a distribuição de milhares de folhetos com esse título e esta foto, e com muito barulho pela imprensa, as feministas de Goiânia obrigaram Lindomar Castilho a ir cantar em outra freqüência. Lindomar, que assassinou sua ex-mulher Eliane de Grammont em abril do ano passado, ia-se apresentar em novembro num show num grande estádio da cidade, o Ginásio Rio Vermelho. Mas resolveu cancelar a apresentação ao saber que a maioria das mulheres que compareceram ao ginásio estavam dispostas a vaiá-lo e até apedrejá-lo caso subisse no palco. O episódio é significativo. Nos últimos meses do ano passado, novos ventos parecem ter soprado na luta contra a violência sofrida pelas mulheres. Os grupos feministas ampliaram seu espaço na condenação. A tese de que "honra" de um homem pode ser lavada com sangue, e os julgamentos de homens assassinos de suas mulheres começaram a tomar um rumo diferente.

O caso que mais mobilizou a opinião pública foi, sem dúvida, o segundo julgamento de Docca Street, agora condenado a 16 anos de prisão (ver na página ao lado uma análise de Heleno Fragoso, advogado da família de Angela Diniz, sobre a sentença condenatória). No Rio, vários grupos feministas se uniram para formar o Núcleo de Mobilização Angela Diniz, que fez abaixo-assinados denunciando a impunidade do crime, uma manifestação pública na véspera do julgamento, na Cinelândia, e uma vigília em Cabo Frio, onde encontrou grande solidariedade da população.

Tanta agitação conseguiu provocar uma mudança na forma de tratamento dado pela grande imprensa aos

grupos feministas. Da omissão ou do deboche, vários jornais e canais de televisão passaram ao respeito e a seriedade ao falar do feminismo.

Depois de Docca foi a vez do julgamento do comendador Vaidir Roma de Goiânia, que em dezembro de 1980 matara com oito facadas sua companheira Maria Helena Calado, mãe de dois filhos seus. As feministas da cidade também se uniram e, apesar das ameaças de desconhecidos, fizeram manifestos, atos públicos e abaixo-assinados. A mobilização assustou o advogado de defesa de Roma, Moisés Santana Neto, que no julgamento parecia mais preocupado em acusar o movimento feminista do que em defender seu cliente.

Sua argumentação foi inútil: a 13 de novembro, mesmo dia do show frustrado de Lindomar, Vaidir Roma foi condenado a 16 anos de prisão. E o trabalho das feministas ganhou até o apelo formal dos vereadores peemedelistas de Goiânia. Um deles, Idelfonso Avelar, apresentou requerimento su-

getindo a criação de um trabalho integrado entre os distritos policiais e a Secretaria de Serviços Sociais para apoiar judicialmente "as mulheres humiladas contra a opressão em seus lares".

A situação parece estar começando a mudar também na tradicional Minas Gerais — justamente onde a tese da legítima defesa da honra ganhou fôlego há sete anos, com a absolvição do empresário Roberto Lobato, assassino de sua mulher Lobato. Ainda em novembro, o comerciante José Maia Vicente foi condenado a quatro anos de cadeia pelo assassinato de sua esposa Zuleika Nastasshy Maia e de José Divino de Andrade, que a acompanhava na hora do homicídio, em janeiro de 1981.

Este ano, pelo menos três julgamentos prometem ser bastante rumorosos: Lindomar Castilho, em São Paulo, e Eduardo de Sousa Rocha e Márcio Stanciolli, em Belo Horizonte, resta viver — e trabalhar — para que honra não se lave mais com sangue.

A CONDENAÇÃO DE "DOCCA"

Heleno C. Fragoso

A condenação de Docca Street pelo Juri de Cabo Frio constitui acontecimento notável. A sentença proferida, por apertada maioria, no primeiro julgamento, que representou virtualmente a absolvição do acusado, foi escandalosa e juridicamente aberrante. Entendeu o Juri que o seu atuari em legítima defesa da própria honra ou da

masculinidade ferida por uma suposta promessa de comportamento sexual irregular futuro que Angela Diniz lhe teria feito. Disto não havia prova alguma. Legítima defesa é defesa, ou seja, reação defensiva ante agressão atual ou iminente, repelida com o emprego moderado dos meios necessários. Na hipótese faltavam todos os elementos de uma legítima defesa, a começar pela inexistência de qualquer direito agredido.

Percebendo a fragilidade de sua

Figura 05: Mulherio Nº 5, jan/fev de 1982, p. 06

Fonte: FCC

O empresário havia sido “beneficiado” com uma sentença de somente dois anos de reclusão pelo assassinato de Ângela Diniz, pena que foi cumprida em liberdade. Finalmente,

em 1981, ele fora submetido a novo julgamento, recebendo uma condenação de 15 anos de prisão.

Texto 03: Com a distribuição de milhares de folhetos com esse título e essa foto, e com muito barulho pela imprensa, as feministas de Goiânia obrigaram Lindomar Castilho a ir cantar em outra freguesia. Lindomar, que assassinou sua ex-mulher Eliane de Grammont em abril do ano passado, ia se apresentar em novembro num show num grande estádio da cidade, o Ginásio Rio Vermelho. Mas resolveu cancelar a apresentação ao saber que a maioria das mulheres que compareceram ao ginásio estavam dispostas a vaiá-lo e até apedrejá-lo caso subisse no palco. O episódio é significativo. Nos últimos meses do ano passado, novos ventos parecem ter soprado na luta contra a violência sofrida pelas mulheres. Os grupos feministas ampliaram seu espaço na condenação à tese de que “honra” de um homem pode ser lavada com sangue, e os julgamentos de homens assassinos de mulheres começaram a tomar um rumo diferente. O caso que mais mobilizou a opinião pública foi, sem dúvida, o segundo julgamento de Doca Street, agora condenado a 15 anos de prisão (ver na página ao lado uma análise de Heleno Frago, advogado da família de Angela Diniz, sobre a sentença condenatória). No Rio, vários grupos feministas se uniram para formar o Núcleo de Mobilização Angela Diniz, que fez abaixo-assinados denunciando a impunidade do crime, uma manifestação pública na véspera do julgamento, na Cinelândia, e uma vigília em Cabo Frio, onde encontrou grande solidariedade da população. Tanta agitação conseguiu provocar uma mudança na forma de tratamento dado pela grande imprensa aos grupos feministas. Da omissão ou do deboche, vários jornais e canais de televisão passaram ao respeito e à seriedade ao falar do feminismo (MULHERIO, janeiro/fevereiro de 1982, p. 06).

Podemos deprender a partir desse artigo que ali, no início dos anos 1980, começava a ser rechaçada a noção de que um homem poderia matar uma mulher em “defesa da honra”. Esse movimento foi ganhando corpo e hoje é essa ideia é repugnante aos olhos de uma sociedade que conseguiu evoluir, ainda que em passos lentos.

Mesmo a sociedade atual repudiando esse conceito de “defesa da honra”, tal argumento ainda não foi completamente enterrado, apenas ganhou novas feições. Muitos assassinos, representados por seus advogados, não lançam mão dessa expressão, mas seguem por uma linha de desqualificar as vítimas com difamações – geralmente citando ou até inventando casos de traição – como se qualquer comportamento ou ação isolada de uma mulher justificasse um crime de feminicídio.

Outro destaque vale para a questão da cobertura midiática. Conforme o artigo, um feito importante dos grupos feministas na época foi ter conseguido provocar uma mudança na forma do tratamento dado pela imprensa ao movimento. “Da omissão ou do deboche, vários jornais e canais de televisão passaram ao respeito e à seriedade ao falar do feminismo”.

Isso remete a discussão feita no início deste trabalho, quando falamos que naquele período a luta das mulheres era desprezada até mesmo pela imprensa alternativa, que inclusive

reproduzia muitos discursos machistas. Além disso, as redações desses alternativos era majoritariamente masculina. Tudo isso cooperou para que as mulheres buscassem construir seus próprios espaços no jornalismo, fortalecendo assim a imprensa feminista⁹.

Ao final desse artigo sobre feminicídio, o *Mulherio* traz em anexo uma análise feita pelo advogado e professor Heleno Cláudio Fragoso, que representava a família de Ângela Diniz. O jurista inicia o texto liquidando a tese apresentada pela defesa de Doca Street em seu primeiro julgamento, ressaltando que, juridicamente, não havia como se falar em legítima defesa da honra, uma vez que defesa significava uma reação defensiva diante de uma agressão, e naquele caso não havia tido qualquer agressão por parte da vítima do feminicídio.

Texto 04: Doca matou Angela, desprevenida e indefesa, com a precisão de um caçador. E matou-a porque para ele era intolerável que ela decidisse, contra sua vontade, o fim da relação amorosa. Ele era o macho, e o macho é quem decide, controla e domina a relação amorosa. O gesto assassino é pura expressão de machismo, ou seja, de uma determinada concepção ideológica da função masculina na estrutura social: a função de dominação e comando da mulher, inteiramente submetida. A alegação de que a honra masculina está no sexo da mulher também é machista. É pueril imaginar que o comportamento de Angela, fosse ele qual fosse, poderia representar ofensa à honra ou à "masculinidade" de Doca. O que está por trás desse raciocínio é o sentimento de posse e propriedade da mulher pelo homem. Os meios de comunicação exerceram importante influência pois unanimemente criticaram e condenaram o primeiro julgamento. Os diversos movimentos feministas também trouxeram a sua contribuição procurando esclarecer e interpretar o significado do crime. Nossa esperança é a de que esta condenação justa possa prevenir aos homens que praticam violências contra suas mulheres o que lhes pode suceder se as matarem. [...] A condenação de Doca Street foi um fato importante, embora continue ele a passear a sua impunidade. Não cremos, todavia, que essa condenação possa ter efeito significativo sobre os assassinatos de mulheres cometidos por seus maridos ou companheiros. Uma mudança substancial dessa situação depende de uma mudança da posição da mulher na sociedade, com a igualdade entre os sexos, e depende também de alteração no sistema de violência sobre o qual repousa grande parte da sociedade (MULHERIO, janeiro/fevereiro de 1982, p. 07).

Em sua análise, o advogado Heleno Fragoso também exalta o papel importante que tiveram a imprensa e o movimento de mulheres no caso Ângela Diniz, por terem feito uma grande pressão frente ao primeiro julgamento de Doca Street, de modo a conquistarem a opinião pública, o que acabou contribuindo para a revisão da pena aplicada ao assassino.

O jurista, que era notadamente um defensor dos direitos humanos, faz uma avaliação precisa do caso, afirmando que o assassinato da socialite não se tratava de outra coisa, se não a mais pura expressão do machismo de um homem que achava ter direitos de dominação sobre uma mulher.

⁹Ver capítulo 02.

Mesmo celebrando o resultado do novo julgamento, o advogado, contudo, não demonstrou muitas esperanças em alguma transformação substancial, quando diz que o assassinato de mulheres só deixaria de ser uma realidade mediante uma mudança na posição da mulher perante a sociedade, ou seja, a mulher deixando de ser um objeto, submissa à dominação masculina. Vemos que as projeções de Heleno Cardoso se concretizaram, uma vez que a situação das mulheres não melhorou com o passar dos anos.

O mundo do texto configurado pelo advogado em mimesis II traz avaliações/impressões sobre acontecimentos passados (assassinato de Ângela Diniz) e projeções, proposições de mundos possíveis (transformações sociais). No tempo presente da configuração textual ele conseguiu fazer ligações com as outras duas temporalidades.

Diante disso, impossível apreciar essa segunda narrativa e não fazer reflexões. Isso mostra que Ricoeur (1989) estava certo ao dizer que, em uma narrativa, o que deve ser compreendido não é seu estágio inicial de discurso, e sim o mundo possível que é proposto pelo texto, que parte do sentido para a referência.

Dando seguimento, a próxima narrativa a ser analisada foi publicada na edição Nº 7 em 1982. Trata-se de um artigo assinado por Adélia Borges, primeira editora do *Mulherio*, que faz uma crítica ao suplemento “Mulher”, da *Folha de S. Paulo*, que havia sido lançado recentemente. “Enfim, algo para as mulheres de Atenas” é o título do texto – uma referência à canção imortalizada da voz de Chico Buarque de Hollanda.

Lançada em 1976, a composição de Chico Buarque e Augusto Boal fala de aspectos da sociedade ateniense do período clássico, também citando elementos da mitologia grega, para criticar a submissão e a subserviência feminina. A canção durante muito tempo foi alvo de polêmicas, pois era interpretada como um “manual de boas maneiras” para as mulheres. A frase “mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas” era assim interpretada como um conselho a ser seguido pelo público feminino. O próprio Chico Buarque já fez questão de esclarecer que a intenção da música, no entanto, era justamente o contrário do que vinha sendo interpretado.

SUPLEMENTO DA "FOLHA"

Enfim, algo para as mulheres de Atenas

Cheira a bolor o "novo" suplemento semanal da Folha de S. Paulo, "Mulher", lançado em abril. Entretanto o jornal que mais se destacava no país por um, ainda que pequena, digna cobertura dos eventos e assuntos relacionados a mulher, ali agora com uma imitação piorada do "Suplemento Feminino" do Estado. Ou seja: algo que continua vendo a mulher como um ser relegado às quatro paredes de casa, com uma ou outra variedade de assuntos mais "sério" ou "moderninho", e basicamente voltado para aumentar nosso consumo nesse tempo de vacas magras.

Em matéria publicada na Folha anunciando o lançamento de "Mulher", a editora Sheila Lobato diz que se pretende ser "um veículo dinâmico, sério para a mulher prática". Tudo muito prático mesmo. É só ver o quadro que nos ensina a racionalizar os serviços domésticos, publicado na página 3 do n.º 1. Entre os conselhos do que devemos fazer todos os dias, está: "fazer o café da manhã" (que novidade!), "passar aspirador de pó nas salas e nos corredores" (e eu que não tenho aspirador nem estofados) e só uma sala, o que faço?, "preparar o almoço", mas veja bem, "só depois que o almoço estiver pronto" e que deverá pôr a mesa "com prato, talheres comuns, de sobremesa e para as crianças, copo, porta-copos, descartados, guardanapos, toalhadas, manteiga, jarra de sobremesa" e por aí vai. Pobres de nós! Folhas como essa não dá para fazer o que fazemos há milênios, e todos os dias — fumar! lavar, pentear, cozinhar.

No mesmo número, a matéria de capa fala de uma "mulher de verdade" — e disso eu não discordei nem um pouco — Regina Duarte, mas de um jeito que deturpa os pensamentos da atriz. Na página 4, por exemplo, a "chamada" (um texto que funciona como chamada) reproduz uma afirmação de Regina: "O engajamento político limita a visão do artista. O artista não deve ser político". Surpresa! Regina Duarte, a mesma das campanhas do Fernando Henrique, a mulher solidária com os movimentos sociais dizendo isso? Realmente, sendo a mãe de toda id para ver que não era bem assim. Regina diz que luta "por um sistema que devolva ao povo brasileiro condições de liberdade e vida melhor", e que é política, sim, só que não quer se filiar hoje a um partido.

Fora isso, o suplemento traz outras matérias práticas mas, como aquela que ensina a "fazer muito com pouco gastando pouco" — "R\$ 12.580,00 (o equivalente a um salário mínimo) por um conjunto que las à tarde e resiste até a noite" ou aquela que mostra como um espelho decorou seu apartamento (quantas leitoras terão poder aquisitivo para copolar!) e as habituais matérias de beleza, culinária etc. etc., tudo recheado com várias dicas de novos produtos, ou



Inspire-me
nas dicas
do jornal

seja, os velhos anúncios classificados distorcidos de matérias jornalísticas. Entre as poucas coisas que se salvam, está a coluna da ótima Marta Stuppig — enfim, uma mulher salado na imprensa sobre vida sexual e escrita a partir do nosso ponto de vista.

Por tudo isso, o "dinâmico" suplemento embora mesmo coisa como o livro "O conhecimento prático da família brasileira — Enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática", editado em 1983 no Rio. E só ler para conferir.

Finalmente, uma dívida existencial. Na carta de apresentação de "Mulher", no número 1, a editora Sheila Lobato diz que o suplemento quer "agradar a gregas e troianas". E eu, meu Deus, quem sou?

Adélia Borges

8 DE MARÇO

Pequenos dão banho

"Por falar em feministas, elas lá estão sendo catalogadas. A Associação Brasileira de Cultura e Divulgação está preparando um livro chamado A Mulher no Brasil. Será o who's who do feminismo brasileiro. As feministas lá são numerosas, mas o livro não deverá ter muitas páginas. Para que a repetição não seja muito evidente, os dados biográficos de cada uma deverão ser sucintos. E, além disso, não existe feminista que justifique o acréscimo de uma foto ou que torça necessária a divulgação do número de seu telefone". (Jornal da Tarde, SP, 10/3/82)

"Preverência. Intra de vontade e garra — são são as características das mulheres que trabalham em Odebrecht, empresa do DOR (Diário da Manhã, Goiânia, 7/3/82)

Entre o rônico, desprezo do comentarista "chic" de Artes e Espetáculos, Teófilo Martins, e o entusiasmo apaixonado da redatora Ayras Beatriz, em matéria de página dupla na editoria de Economia do Jornal goiano, há várias tonalidades observadas pela imprensa brasileira ao publicarem matérias sobre ou a propósito do 8 de março.

Analisando-se textos de alguns jornais brasileiros, do Rio e de São Paulo e de centros menores, dá para fazer uma panorâmica dos caminhos e descaminhos das coberturas. Há uma grande diferença entre uns e outros, com saldo positivo a favor das pequenas capitais.

A grande imprensa do eixo Rio-São Paulo tem um tipo universalizante, o que implica uma pauta mais diversificada, daí a tendência das matérias serem um resumo dos eventos, principalmente quando se trata de datas comemorativas. Mas o "resumo"

também toma partido, acentuando caráter político de algumas manifestações ou reforçando a ideia infu de preconceitos que quase todo fo próprio (e as participantes sabem que é coisa era outra). É este o caso dos jornais O Estado de S. Paulo, Jornal de Tarde, Folha de São Paulo (com maior número de matérias e habitual artigo de Inede Cardoso sob a rubrica Feminismo), O Globo e o Jornal de Brasil.

Já os jornais de centros menores apresentam uma cobertura local mais aprofundada, pouco se reportando às grandes metrópoles. É o caso de O Povo, de Fortaleza, da Folha de Goiás, e do Diário de Manhã, de Goiânia.

Nas matérias "a propósito" da mulher, publicadas em março de dia 8, os jornais menores também dão um banho nos maiores, ainda mais se perarmos na desproporção de recursos. A exceção é a Folha de S. Paulo que editou um número inteiro do suplemento dominical Fêlhetes sobre questões feministas, em parte expeditível pela presença, na redação do jornal, de mulheres ativas em movimentos feministas.

Agora, as boas e estimulantes surpresas: a matéria "Quem se importa com elas", de Gilce Coutinho, uma página inteira de A Gazeta de Vitória, 17/3, sobre as 38 mulheres assassinadas pelas suas bozetas, em 1981, no Espírito Santo; a matéria de página dupla enfocando o trabalho feminino, na editoria de Economia do Diário de Manhã de Goiânia (17/3).

A classificação dessa editoria é um dado importante, pois a maioria das vezes mulher é assunto para o 2º caderno da parte mais "leve" do jornal.

Dulcília Buitoni

Figura 06: Mulherio Nº 5, jan/fev de 1982, p. 06

Fonte: FCC

Assim, o título do artigo de Adélia Borges já adianta ao leitor o que virá, ou seja, o novo produto da *Folha de S. Paulo* era algo que serviria somente àquelas "mulheres de Atenas". Nas primeiras linhas do texto, a jornalista é categórica ao escrever que o "novo" — colocado entre aspas pela própria autora — suplemento cheira a bolor. Ela brinca com as palavras ao fazer esse paradoxo, dizendo que uma coisa que aparenta ser uma inovação na realidade é algo totalmente ultrapassado.

Adélia Borges ressalta que, na grande imprensa brasileira, a *Folha* era o jornal que naquela época mais vinha se destacando por fazer uma digna — embora pequena — cobertura de assuntos relacionados à causa das mulheres, dando assim alguns passos atrás com a estreia do suplemento, que, nas palavras da autora, era uma "imitação" piorada do "Suplemento Feminino" do jornal *O Estado de S. Paulo* (Estadão).

Na avaliação do *Mulherio*, o suplemento recém-lançado representava o que de mais atrasado poderia se haver, com um conteúdo que seguia defendendo uma ideia de mulher subserviente e relegada às quatro paredes do lar.

Texto 05: Cheira a bolor o “novo” suplemento semanal da Folha de S. Paulo, “Mulher”, lançado em abril. Justamente o jornal que mais se destacava no país por uma, ainda que pequena, digna cobertura dos eventos e assuntos relacionados à mulher, sai agora com uma imitação piorada do “Suplemento Feminino” do Estadão. Ou seja: algo que continua vendo a mulher como um ser relegado às quatro paredes de casa, com uma ou outra veleidade de assunto mais “sério” ou “moderninho”, e basicamente voltado para aumentar nosso consumo nesse tempo de vacas magras. Em matéria publicada na Folha anunciando o lançamento de “Mulher”, a editora Sheila Lobato diz que ele pretende ser “um veículo dinâmico, feito para a mulher prática”. [...] No mesmo número, a matéria de capa fala de uma “mulher de verdade” – e disso eu não discordo nem um pouco – Regina Duarte, mas de um jeito que deturpa os pensamentos da atriz. Na página 4, por exemplo, a “chamada” (um texto que funciona como chamariz) reproduz uma afirmação de Regina: “O engajamento político limita a visão do artista. O artista não deve ser político.” Surpresa! Regina Duarte, a mesma das campanhas do Fernando Henrique, a mulher solidária com os movimentos sociais dizendo isso? Realmente, lendo a matéria toda dá para ver que não era bem assim: Regina diz que luta “por um sistema que devolva ao povo brasileiro condições de liberdade e vida melhor”, o que é política, sim; só que não quer se filiar hoje a um partido. [...] Por tudo isso, o “dinâmico” suplemento lembra mesmo coisas como o livro “O conselheiro prático da família brasileira – Enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática”, editado em 1883 no Rio. É só ler para conferir. Finalmente, uma dúvida existencial. Na carta de apresentação de “Mulher”, no número 1, a editora Sheila Lobato diz que o suplemento quer “agradar a gregas e troianas”. E eu, meu Deus, quem sou? (MULHERIO, maio/junho de 1982, p. 19).

Outro ponto interessante do artigo é que ele também destaca a menção no suplemento a uma figura bastante conhecida: a atriz Regina Duarte, a quem a *Folha de S. Paulo* define como uma “mulher de verdade”.

Faremos aqui um pequeno exercício com base no círculo hermenêutico de Ricoeur (2010). Primeiro, colocamos a jornalista Adélia Borges em *mímesis III* quando ela analisa a matéria sobre Regina Duarte. Em seguida, nos colocamos também em terceira *mímesis* e interpretamos a análise feita pela editora do *Mulherio*. Essa movimentação só é possível porque, como dito no capítulo anterior, o círculo hermenêutico tem um caráter circular, mas não opera como um círculo vicioso e inflexível que segue sempre a mesma ordem (prefiguração, configuração e refiguração).

Vejamos o que diz Adélia Borges sobre a Regina Duarte da época. Entre outras coisas, a jornalista enaltece a atriz como uma “mulher solidária com os movimentos sociais”, e a elogia por defender “um sistema que devolva ao povo brasileiro condições de liberdade e vida melhor”. A editora inclusive critica a matéria por ter retirado de contexto algumas falas da artista.

Pelo que se pode ler, Regina Duarte era uma mulher benquista aos olhos não somente de Adélia Borges, mas, arriscamos dizer, aos olhos das mulheres que faziam o *Mulherio*.

Trazendo para o tempo presente, na refiguração desta narrativa, temos algumas considerações a fazer sobre a Regina Duarte de 2022. Com o passar dos anos, a atriz assumiu uma postura conservadora, que culminou com o apoio à eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República em 2018, chegando inclusive a ocupar um cargo nessa gestão. Indo mais além, e se distanciando completamente daquela Regina de 1982, durante entrevista ao jornalista Pedro Bial em 2019 a artista afirmou: “nunca fui feminista”.¹⁰

Aqui vemos um exemplo daquilo que Ricoeur (2010) chama de fusão de horizontes, uma tensão entre horizonte do passado e horizonte do presente, que dão sustentação à hermenêutica da consciência histórica. As duas visões distintas sobre a atriz Regina Duarte – a visão da jornalista Adélia Borges e a visão da autora do presente trabalho – são forjadas pelo tempo.

Em seu artigo, Adélia Borges critica praticamente todo o conteúdo do suplemento da *Folha*, com exceção apenas da coluna de Marta Suplicy: “enfim uma mulher falando na imprensa sobre vida sexual e afetiva a partir do nosso ponto de vista”. As demais publicações, na opinião da jornalista são absurdas: um quadro organizativo para tarefas domésticas, dicas beleza por um alto custo, tudo isso acompanhado de diversos anúncios publicitários disfarçados de matérias jornalísticas.

A jornalista arremata fazendo uma assertiva comparação do suplemento “Mulher” a um livro publicado em 1883 (quase um século antes da publicação do artigo), intitulado “O conselheiro prático da família brasileira – Enciclopédia dos conhecimentos indispensáveis na vida prática”. Ao final, Adélia Borges observa que, um texto de apresentação do suplemento diz que o objetivo é agradar “gregas e troianas”.

Diante disso, a editora do *Mulherio* conclui seu artigo com uma pergunta: “e eu, meu Deus, quem sou?”, deixando bem claro que não se enquadra no público-alvo do suplemento da *Folha*, ou seja, as “mulheres de Atenas”.

Ao interpretarmos essa narrativa se torna praticamente impossível não traçar um paralelo com os dias atuais – a fusão de horizontes conceituada por Ricoeur (2010) se manifestando mais uma vez. O suplemento “Mulher”, da *Folha de S. Paulo*, analisado por Adélia Borges, poderia facilmente dar lugar ao polêmico “Bela, recatada e do lar”¹¹, perfil de Marcela Temer, esposa de Michel Temer, publicado pela *Veja* no ano de 2016.

¹⁰<https://telepadi.folha.uol.com.br/nos-40-anos-de-malu-mulher-descobrimos-que-regina-duarte-nao-entendeu-nada/>

¹¹<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

Marcela Temer, que se tornou primeira-dama após o golpe¹² contra a presidenta Dilma Rousseff, é descrita pela *Veja* como uma mulher submissa, educada, comportada, que cuida do lar e da beleza, sendo assim claramente uma “mulher de Atenas”. Dessa forma, o texto muito se aproxima do material publicado pela *Folha* há quase 40 anos. Por outro lado, enquanto esse conteúdo poderia ter sido veiculado na década de 1980, a crítica de Adélia Borges poderia se aplicar ao falso moralismo que impera até hoje.

Por meio dessa fusão de horizontes podemos perceber que, tanto a jornalista que configurou essa narrativa em mimesis II, quanto a autora do presente trabalho em terceira mimesis, agem como um ser-afetado-pelo-passado. O passado nos foi revelado por meio da projeção de um horizonte histórico no artigo do jornal *Mulherio*. Tal horizonte foi projetado separado do presente, mas acabou se reassumindo nele e se atualizando no ato de refiguração através da leitura.

Partimos agora para a quinta narrativa a ser analisada, publicada na edição Nº 15, em 1983. Trata-se do depoimento de uma mulher que recorreu ao aborto por mais de uma vez. No texto, intitulado “Entre a Vida e a Morte”, ela configura sua narrativa compartilhando memórias, que não são nem totalmente tristes, nem totalmente felizes, mas complexas, diante de um acontecimento impactante que marca para sempre a vida de uma mulher.

Olhando para o mundo do texto, é como se ele fosse dividido em três atos. No primeiro, as lembranças difusas de uma relação, que culminou com a gravidez; no segundo, o dia do aborto; e no terceiro, os sentimentos e sensações depois de abortar. Resumidamente: um antes, durante e depois do aborto.

Nessa primeira parte do texto a autora traz suas memórias sobre uma relação – que não se sabe se era algo casual, uma grande paixão ou uma história de amor. Tal detalhe não tem muita importância, uma vez que esta mulher demonstra ser intensa sob quaisquer circunstâncias.

Ao lermos seu relato percebemos um turbilhão de pensamentos e sentimentos atravessando esta mulher. O prazer após o ato sexual, o enjoo dias depois, o fim da relação e uma mágoa em certa medida. Finalmente, a descoberta da gravidez e ela recorda de ter se perguntado: “e seu eu tiver esse filho?”.

¹² Fazemos aqui a opção de utilizar a palavra “golpe” por acreditar que, chamar de impeachment a destituição de uma presidente legitimamente eleita, torna todo o processo legítimo.

Entre a Vida e a Morte

Aqui, o depoimento corajoso de uma mulher que, como tantas, se submeteu ao aborto não sabe quantas vezes e foi buscar no coração duras memórias. As regras do jogo, a imagem do homem (prazer, entrega). A vida: de quem?

Eu não sei por onde começar. Se ficarem sete ou sete vezes, eu já nem sei. E nem quero saber. Fique fria. Afinal, você deu porque quis. Você quis? Por que deu? E se deu, por que deu? Dado, não é roubado. E aí, por que o castigo? Não sei. Ou sei... Sei lá... Só sei que eu fico meliosa, às vezes de dentro. O que é isso, companheira, não foi este o trato. O fato, o jogo. Que jogo? As regras, de quem? Sim, porque as minhas desregularam. Descaíram. Ou danças eu, talvez. Mas uma vez. A última vez. Nunca mais, até a próxima.

Sim, senhor. Não senhor. Estou bem, obrigada, quer dizer, estou um pouco enjoada, foi alguma coisa que comi. E, sim, vai ver que é resaca, eu ontem bebi. Já já passa... mas não passa.

Vai e vem. A imagem dele vai e vem. Quando terá sido? Naquela noite? Foi tão carinhoso, tão gostoso, nem parecia a última vez. Parecia a primeira. A primeira vez em que chegamos e nos entregamos. Bah, vai ver foi a penúltima, aquela vez terrível em que eu fiquei tão fria, tão morta. Eu já apresentei a sua nova paixão.

Mas eu saio de cabeça erguida. Não peço nada. Não digo nada. Daqui a muitos anos, quando a gente se encontrar pela rua, por acaso, eu beicista, magríssima, eleanse, ele um tanto sofrido e ávido, eu contarei. Por que aqui? Porque engravidou de você. Mas eu não quis te incomodar. Eu não quis que você sequer pudesse imaginar que eu quisesse jogar com essa gravidez para te reaver. E ele então vai perceber que puta mulher ele perdeu.

E sei eu tiver este filho? 1989. Crismamos na rua, não, e eu com a criança na mão. Ele olha para o rosto do menino... a sua cara... Não preciso dizer nada, ele já entendeu... Meu Deus, outro enjô! Preciso por um parafuso nisso. Onde arranjo tanto dinheiro?



— Entre. Na sala, um monte de espera. Entre 15 e 20 mulheres. A maioria sozinha. Uma ou outra com alguma amiga, um casal. Todo mundo fala baixo, ou não fala. Como se não pudessem ser ouvidas.

Olha uma, depois outra, só não quero é me olhar. Não por enquanto.

Lá em baixo, o doutor sai de uma sala e vai para outra, atendendo umas quatro mulheres ao mesmo tempo. Linha de produção. Mas é o que tem.

A mesa. A maldita mesa. É deitar, arreganhar as pernas, que logo são amarradas. Agora as mãos, como se estivesse numa cruz. Só que os crucificados parecem mais pacíficos — cruzam as pernas ou deixam-nas penduradas. Agora, contar até dez... Meu Deus, é logo mesmo? Não pensar, contar um, dois, três, quatro... cinco.

Uma luz no alto, grande, quente e fria ao mesmo tempo, irradia paz. Sacroscruas de branco se movem eves e vorredentes. Agora não, entre mulheres, penetramos os matris da Natureza. Eu quase dizia "mãe natureza", mas esta é a palavra proibida. Um fecho de luz morna e branca me penetra. Ouço um zumbido e um chitino... depois, nada.



De repente, devagar, dou por mim, eu detada, minha irmã sentada ao lado, pálida.

— Você estava tão branca, pensei que ia morrer...

Sorriso fraco. As cores da sala estão alteradas, luminosas. Surge o médico.

— Como é, fez boa viagem?

Dizem que ele não usa anestesia, testa outras drogas. Eu já tinha ouvido falar. Dizem também que trabalha na poética, assinava laudos de autópsia nos piores tempos da repressão. Soube disso há poucos dias, mas tive de voltar, porque o aborto da semana passada não parou de sangrar. Alguém tinha de consentar, por que não quem provocou o estrago?

Volto para casa, viajando cores, aos relances. Meu corpo, cansado, quer alívio e descanso. Alívio, cansaco. Acabou.



Se fosse licito, se fosse decente, se não fosse clandestino... Se fosse um médico, se não fosse uma droga estranha, se eu tivesse sabido evitar... Se não tivesse o clima pesado cercando a decisão difícil, meu corpo certamente teria vivido o conflito mudo.

Mas pelo menos não veria acrescentado a tudo isso o clima solitário de tempo argentino, o ar furtivo de ambiente maldito, clandestino, fora da lei... E quem não tem sequer um médico de terceira categoria a quem recorrer? E as que são castigadas pela frieza dos residentes que resolvem praticar a curetagem a frio? E quem fica remoendo a culpa diante das exortações da Igreja e da impassibilidade dos companheiros de memória curta?

A angústia da decisão — ou a falta de saída — já dói o bastante. A violência infligida ao corpo, a interrupção de um processo que mobiliza mil células, mil tecidos, mil hormônios, mil calores, mil acunhegos também, já é o bastante. Que, além disso, não nos aliviem do nosso próprio corpo. O corpo é meu. A vida, palpitante, presente, viva real e concreta, neste momento, sou eu. Quem sabe de mim, sou eu.

Aquele abraço.

Figura 07: Mulherio Nº 15, set/out de 1983, p. 05

Fonte: FCC

A segunda parte do texto mostra qual foi sua escolha. Uma clínica clandestina de aborto. Naquele dia ela lembra de ter encontrado com pelo menos 20 mulheres, a maioria delas sozinhas. No local, um ritmo que mais se assemelha a uma fábrica, que visa uma produção mais alta possível, distante completamente de qualquer noção de atenção à saúde ou de humanização no atendimento, de forma a trazer um mínimo de conforto e alento para mulheres em situação tão vulnerável.

A autora definitivamente não se importa em expor todo o processo pelo qual passou, revelando pequenos detalhes como a mesa em que se deitou, abriu as pernas e teve as mãos amarradas, para logo depois ser submetida ao procedimento.

Esta mulher narra todo o episódio com uma certa crueza, que poderia até fazer o leitor pensar, em terceira *mimesis*, que aquele episódio não a afetou. Contudo, o texto como um todo diz o contrário, revelando uma mulher e seus conflitos diante de uma situação que poderia ser bem mais fácil, se o aborto fosse descriminalizado.

Texto 06: Na sala, um monte de espera. Entre 15 e 20 mulheres. A maioria sozinha. Uma ou outra com alguma amiga, um casal. Todo mundo fala baixo, ou não fala. Como se não pudessem ser ouvidas. Olho uma, depois outra, só não quero é me olhar. Não por enquanto. Lá embaixo, o doutor sai de uma sala e vai para outra, atendendo umas quatro mulheres ao mesmo tempo. Linha de produção. Mas é o que tem. A mesa. A maldita mesa. É deitar, arreganhar as

pernas, que logo são amarradas. Agora as mãos, como se estivesse numa cruz. [...] Agora nós, entre mulheres, penetraremos os mistérios da Natureza. Eu quase dizia "mãe natureza", mas esta é a palavra proibida. Um facho clandestino de luz morna e branca me penetra. Ouço um zumbido e um cântico... depois, nada. [...] Dizem que ele não usa anestesia, testa outras drogas. [...] tive de voltar, porque o aborto da semana passada não parou de sangrar. Alguém tinha de consertar, por que não quem provocou o estrago? [...] Se fosse lícito, se fosse decente, se não fosse clandestino... Se fosse um médico, se não fosse uma droga estranha, se eu tivesse sabido evitar... se não tivesse o clima pesado cercado a decisão difícil, meu corpo certamente teria vivido o conflito mudo. [...] E quem não tem sequer um médico de terceira categoria a quem recorrer? E as que são castigadas pela frieza dos residentes que resolvem praticar a curetagem a frio? E quem fica remoendo a culpa diante das exortações da Igreja e da impassividade dos companheiros de memória curta? A angústia da decisão - ou a falta de saída - já dói o bastante. A violência afligida ao corpo, a interrupção de um processo que mobiliza mil células, mil tecidos, mil hormônios, mil calores, mil aconchegos também, já é o bastante. Que, além disso, não nos alienem do nosso próprio corpo. O corpo é meu. A vida, palpitante, presente, viva real e concreta, nesse momento, sou eu. Quem sabe de mim, sou eu. Aquele abraço (MULHERIO, setembro/outubro de 1983, p. 05).

Na terceira parte do texto a mulher lembra como foi acordar na clínica clandestina após ser submetida ao aborto. A autora conta que estava na companhia da irmã, que demonstrava bastante preocupação, chegando a pensar que ela não fosse resistir.

E, de fato, havia razão para se preocupar. Logo na sequência a mulher revela que teve um sangramento dias depois e precisou retornar à clínica para ser atendida pelo "médico", de procedência duvidosa, que supostamente não utilizava anestesia e usava as mulheres de cobaias para experimentar novas drogas.

Ela finaliza o texto com uma série de questionamentos, sobre mundos possíveis que poderiam ter evitado aquilo pelo qual passou. A autora se pergunta como teria sido se o aborto fosse legalizado e se não precisasse ter passado por um procedimento tão doloroso e arriscado.

A autora não deixa de demonstrar solidariedade às mulheres em situações diferentes das dela: aquelas que sequer têm condições de frequentar uma clínica clandestina, as sofrem diante da indiferença de seus companheiros, e as que ficam se remoendo em culpa graças ao poder exercido pela igreja na sociedade.

Esta mulher, por fim, ressalta que o aborto ilegal consegue causar feridas na alma e no corpo, uma vez que a decisão de se submeter a esse procedimento já é angustiante, e tal angústia se acentua quando se decide colocar seu corpo sobre uma mesa fria de uma clínica clandestina.

Podemos ver em seu depoimento a perfeita descrição de um testemunho de um ser-afetado-pelo-passado, que foi "marcado, abalado, ferido, em todo caso, atingido, pelo acontecimento" (RICOEUR, 2012, p. 337).

Esse importante relato nos leva a fazer algumas considerações em terceira *mimesis*. A primeira delas é que o aborto, definitivamente, não é algo com o qual uma mulher se alegra. Aborto não é sobre querer “tirar uma vida”, como prega a ala conservadora da sociedade brasileira.

Quando uma mulher decide abortar, ela não está deliberadamente querendo “matar um inocente”, ela simplesmente está exercendo seu direito de escolha sobre o próprio corpo.

Relatos como esse publicado pelo *Mulherio* apenas mostram que a mulher na realidade é uma grande vítima, que tem alma e corpo violentados devido à criminalização de um procedimento que deveria ser tratado como questão de saúde pública.

Outra reflexão que fazemos é que, quando se trata de aborto, ser contra ou ser a favor não é o cerne da questão. Isso não passa de divergências entre opiniões pessoais, que inclusive devem ser respeitadas, desde que não tentem coibir o direito da outra pessoa.

Em outras palavras, ser contra ou ser a favor não vai fazer com que as mulheres deixem de abortar, por isso a legalização se faz tão necessária. Dizer que a descriminalização do aborto vai contribuir para um aumento nesses procedimentos ou é má-fé, ou é inocência. As mulheres sempre abortaram e vão continuar abortando, com ou sem proibição. No ano de 1980, mesma década em que o relato foi publicado, a taxa de mortalidade por causas relacionadas ao aborto no Brasil foi de 5,58 em um universo de 1.000.000 mulheres, com idades entre 10 e 54 anos¹³. O número parece pequeno, se ignorarmos que em 1980 a população brasileira era de 119 milhões, e, desse universo, 50,23% eram mulheres, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa também pode vir a ser considerada insignificante do ponto de vista de alguém que não entenda cada uma dessas vidas perdidas como importantes.

A situação não melhorou com o tempo, conforme os dados mais recentes. De janeiro a junho de 2020, o Sistema único de Saúde (SUS) realizou 80,9 mil procedimentos após abortos malsucedidos – provocados ou espontâneos – em todo o país¹⁴. Nesse mesmo período, foram feitas 1.024 interrupções de gravidez amparadas na lei – o aborto legal no Brasil é permitido somente em três situações: gravidez causada por estupro; risco à vida da gestante; e anencefalia do feto. Os números evidenciam que a quantidade de mulheres que são submetidas ao aborto legal chega a ser 79 vezes menor que aquelas que sofrem um aborto espontâneo ou procuram interromper a gravidez voluntariamente (ou muitas vezes por pressão do parceiro).

¹³ LIMA, B. G. de C. Mortalidade por causas relacionadas ao aborto no Brasil: declínio e desigualdades espaciais. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 7, p. 168-172, 1999.

¹⁴ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/20/sus-fez-809-mil-procedimentos-apos-abortos-malsucedidos-e-1024-interrupcoes-de-gravidez-previstas-em-lei-no-1o-semester-de-2020.ghtml>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

Em outras palavras, ser contra ou ser a favor não vai fazer com que as mulheres deixem de abortar, por isso a legalização se faz tão necessária. A grande diferença é que a legalização vai garantir que essas mulheres deixem de morrer em clínicas clandestinas espalhadas pelo país.

Uma informação importante: o depoimento dessa mulher foi publicado na edição Nº 15 (setembro/outubro de 1983), que encerra a primeira fase da história do *Mulherio*. Depois desse número, o impresso fica sete meses fora de circulação, devido ao rompimento com a Fundação Carlos Chagas. O jornal só volta em maio de 1984, com a edição Nº 16, sendo seu editorial a próxima narrativa a ser analisada.

“Vamos que vamos! Ou: voltamos que voltamos!” é o título do editorial assinado por Adélia Borges, editora do *Mulherio*. No primeiro parágrafo, a autora ressalta que o periódico voltava igual, mas ao mesmo tempo diferente. A diferença, como veremos adiante, não se resumia apenas ao fim da parceria com a FCC, mas estava relacionada aos próprios objetivos do jornal, após reflexões sobre transformações no seio do movimento feminista que também exigiam, naquele momento, mudanças na forma de abordar a luta das mulheres no impresso.

Nessas primeiras linhas a jornalista se dedica a fazer um apanhado dos dois anos e sete meses em que *Mulherio* circulou funcionando como um ponto de informação, reflexão e debate sobre a questão da mulher no Brasil.

Adélia Borges faz questão de ressaltar a autonomia do *Mulherio*, que, segundo ela, “nunca foi porta-voz de nenhuma tendência do movimento político ou do movimento feminista”. Para a editora, tal autonomia permitiu que o periódico tratasse com abertura e sem dogmatismos os mais diversos temas.



Depois de sete meses fora de circulação, oi não aqui trã vez! **Mulherio** está de volta, com esperanças novas, com desejo de uma vida longa e saudável. Está de volta igual e diferente.

Em busca de um espelho real
Mas por que voltar? Durante dois anos e sete meses — de maio de 83 a outubro de 83 — **Mulherio** foi publicado, atingindo, através de assessorias, mulheres e homens de todos os Estados do País. Fato raro na imprensa alternativa, — de dois em dois meses, lá estava o jornal chegando a seus leitores. Principalmente, agora, que encontramos em **Mulherio** um ponto de informação, reflexão e debate sobre a mulher brasileira. Ou um contraponto aos outros órgãos da imprensa, que em geral tratam a mulher de um modo exotocêntrico: as

revistas masculinas mostram a gente nua; as revistas femininas, de azeitado; os jornais diários, no mais das vezes, nos reduzem à total invisibilidade (a menos que sejamos "estrelas"). E a mulher real, onde é que está? Aquela que usa avental e também fica nua? Aquela que está buscando conciliar o avental com a cama, a vida em casa com as exigências da profissionalização, tudo isso junto com a dura luta de sobrevivência que todos nós, mulheres e homens, e mais as mulheres que os homens, estamos enfrentando neste Brasil de hoje de inflação a 240%, e ainda por cima sem as díxas já?

Essa mulher real, mulher em transformação, em movimento, estava em **Mulherio**. Um jornal que, é bom lembrar, nunca foi porta-voz de nenhuma tendência do movimento político ou do movimento feminista. E que, com autonomia

garantida, pôde trazer com abertura e sem dogmatismos os vários temas. Essa experiência de dois anos e sete meses foi interrompida em outubro de 83, porque já nascera com um tempo de vida limitado, como um dos vários projetos de pesquisa desenvolvidos pela Fundação Carlos Chagas aqui em São Paulo. Quando a Fundação retirou seu apoio financeiro, o jornal parou de circular.

Ela volta agora principalmente porque, ao anunciarmos nos dois últimos números o fim próximo, recebemos uma calorosa manifestação de solidariedade de centenas de leitores de todo o País, de cidades grandes e de cidades pequenas, de gente "importante" e de gente anônima, de mulheres e de homens também.

Foi isso que nos motivou a continuar tentando. Sem recursos próprios, buscando apoio em agências internacionais

que financiam projetos ligados à promoção da mulher. E recebemos esse apoio — pequeno em dinheiro, mas suficiente para dar a arrancada inicial nesta nova fase do **Mulherio**.

Constituímo-nos num grupo independente para editar o jornal. É o Núcleo de Comunicações Mulherio, uma associação civil sem fins lucrativos que pretende, aos poucos, ir entrando também em outras áreas da comunicação. Entramos em casa nova, compartilhada com mais três outros grupos: a recém-nascida Aurora Filmes, uma produtora de cinema e de vídeo de mulheres; a Raiz Produções Cinematográficas, de Assunção e João Batista de Andrade; e a sede paulista do IDAC — Instituto de Ação Cultural.

A equipe que está diretamente fazendo o **Mulherio** é basicamente a mesma da primeira fase, ampliada. Agora, somos Adélia Borges, Cecília Simonetti, Flávia Rosenberg, Inês Castilho, Lílian Figueiredo, Mariene Rodrigues e Vera Soares, junto com muitas outras pessoas que, apesar de não pertencerem diretamente à equipe, estão dando uma valiosa contribuição em trabalho. Pessoas que discutiram a pauta e o projeto do jornal, como Albertina de Oliveira Costa, Micheline Laguardo, Tanya Volpe, Edna Roland, Miriam Christy, Leicla Sa Motta, Eliane Robert Moraes, Cynthia Sarri, Zuleia Cobra Ribeiro, Vera Lucia Razy, Nair Benedetti, Wanda Benckner, Ana Figueiredo, Rosiska de Oliveira, Gláucia Amaral e tantas outras.

Incorporar a "questão do homem"

Nós queremos continuar fazendo o jornal igual era antes, na mesma busca de reflexão à imagem real das mulheres na mesma independência frente a grupos. E também diferente. Pretendemos ampliar bastante nosso público, e para isso ampliar a pauta dos assuntos tratados. Pretendemos tratar de nosso cotidiano, e entrar em áreas que, na imprensa, são gêneros masculinos, como a economia, a política, o esporte, a polícia, trazendo para aí a visão específica das mulheres.

E pretendemos incorporar no jornal o ponto de vista masculino, pois entendemos que não se pode falar em "questão da mulher" sem falar em "questão do homem". Ou seja: queremos dar sempre que possível, o contraponto do homem às experiências femininas. Com o movimento feminista, as mulheres mudaram muito nos últimos anos, causando desconfortos e perplexidades em si mesmas e principalmente entre elas e os homens. **Mulherio** quer discutir essas relações. Não quer jogar lenha na fogueira da "guerra dos sexos" mas voltar-se para a procura do encontro e do entendimento — sem que, para isso, precisemos retroceder ao tempo em que não havia guerra, apenas um grande desentendimento disfarçado de paz. Tempo de dois mundos muito distintos — o masculino e o feminino, um jogando o desafiante papel de ser sempre forte, outro jogando o frustrante papel de ser sempre fraco (e quanto fortaleça há, por exemplo, no jogo cruel da mãe sempre vítima que abre mão de si mesma pelo marido e pelos filhos, mas cobra deles, a vida inteira, essa estéril renúncia...)

E a crise do feminismo?
Toda essa linha editorial tem a ver com a tão falada crise do feminismo. Uma crise que começou a ser detectada pela imprensa no ano passado, quando a pioneira Betty Friedan lançou o livro *A Segunda Etapa*, propondo, de certa forma, uma volta à família — uma mudança enorme para quem, em 1963, contrasta as bases do feminismo americano com *A Mística Feminista*, um retrato doloroso do encarceramento da dona de casa.

Este ano, um novo lançamento editorial surgiu com grande impacto: a australiana Germaine Greer, que em 1970 escreveu o best-seller *A Mulher Fama-*

Figura 08: Mulherio Nº 16, mai/jun 1984, p. 02

Fonte: FCC

Quanto ao fim da parceria com a FCC, a jornalista explica que o projeto editorial já tinha nascido com tempo de vida limitado e era apenas um dos inúmeros projetos desenvolvidos por pesquisadoras da instituição. Contudo, foi inviável continuar editando o jornal após a fundação retirar o apoio financeiro.

De acordo com o texto, o retorno só foi possível com um pequeno apoio de agências internacionais que financiavam projetos ligados à promoção da mulher. Assim, Adélia Borges faz questão de destacar, foi iniciada a mais nova fase do *Mulherio*.

A ênfase à autonomia é demarcada mais uma vez no sétimo parágrafo, quando a jornalista informa que foi constituído um "grupo independente para editar o jornal". Ela estava se referindo ao Núcleo de Comunicações Mulherio. Naquele momento não houve muitas mudanças na redação do impresso, uma das poucas foi a oficialização de Inês Castilho na edição ao lado de Adélia Borges — que iria deixar o posto tempos depois.

Depois de falar da mudança estrutural, Adélia Borges começa a tratar das mudanças no perfil editorial. O *Mulherio* continuaria sendo aquele mesmo jornal que buscava refletir a imagem real das mulheres, com a mesma postura independente em relação aos diversos grupos. A diferença era que, naquela nova fase o jornal pretendia ampliar seu público, expandindo, dessa forma, a pauta dos assuntos tratados.

Texto 07: Pretendemos tratar de nosso cotidiano, e entrar em áreas que, na imprensa, são guetos masculinos, como a economia, a política, o esporte, a polícia, trazendo para aí a visão específica das mulheres. E pretendemos incorporar no jornal o ponto de vista masculino, pois entendemos que não se pode falar em “questão da mulher” sem falar em “questão do homem”. Ou seja: queremos dar, sempre que possível, o contraponto do homem às experiências femininas. Com o movimento feminista, as mulheres mudaram muito nos últimos anos, causando desencontros e perplexidades em si mesmas e principalmente entre elas e os homens. Mulherio quer discutir essas relações. Não quer jogar lenha na fogueira da “guerra dos sexos” mas voltar-se para a procura do encontro e do entendimento. [...] Toda essa linha editorial tem a ver com a tão falada crise do feminismo. Uma crise que começou a ser detectada pela imprensa no ano passado, quando a pioneira Betty Friedan lançou o livro *A Segunda Etapa*, propondo, de certa forma, uma volta à família – uma mudança enorme para quem, em 1963, construíra as bases do feminismo americano com *A Mística Feminina*, um retrato doloroso do enclausuramento da dona de casa. [...] Mas essa crise não está só nos livros. Está também no cotidiano dos grupos feministas. [...] Eu acho que isso acontece porque a crise está, na verdade, dentro de nós, no cotidiano das mulheres que poderíamos chamar genericamente de “liberadas”. E que nos flagramos agora com um certo mal-estar, desencanto, cansaço com alguns rumos que a “liberação” trouxe às nossas vidas. Uma coisa é certa. Por maiores que sejam os conflitos, nenhuma de nós parece acreditar que a saída é retornar simplesmente aos scripts de nossas mães e avós. Esses scripts são “seguros”, sim, têm a “tranquilidade” das coisas já conhecidas, já passadas de geração a geração – mas, sabemos bem, não são os nossos. [...] Mas, para entender os porquês da sensação de mal-estar e desencanto, vale a pena refletir também sobre a nossa subjetividade, sobre o modo com que as mulheres “foram à luta”. Um texto publicado na revista feminista belga *Cahiers du Grif* diz que o movimento feminista reforçou a polarização entre o feminino e o masculino [...] (MULHERIO, maio/junho de 1984, p. 02).

Adélia Borges revela que o objetivo a partir daquele momento era adentrar outras áreas, como economia, política e esportes, consideradas até então “guetos masculinos”. A jornalista afirma que a intenção era de, literalmente, “incorporar o ponto de vista masculino”, pois, o entendimento do *Mulherio* era o de que não se poderia falar da questão da mulher ignorando a questão do homem. Aqui se inicia uma espécie de autocrítica por parte do jornal, que podemos entender como uma autocrítica do próprio movimento feminista do Brasil naquele período.

A editora reflete que nos últimos anos as mulheres que militavam na causa feminista haviam mudado bastante, o que, conseqüentemente, causou mais desentendimentos com os

homens. Para Adélia Borges, era essencial, então, que o *Mulherio* se propusesse a discutir essas relações, sem acirrar qualquer tipo de “guerra dos sexos”, mas buscando um entendimento entre o universo feminino e o masculino.

Como podemos observar, a autora deixa bem evidente que se tratava de um fenômeno não restrito ao *Mulherio*, ou mesmo à imprensa feminista, mas ao feminismo em si, que – como ela vai admitir nas próximas linhas – estava passando por uma crise.

Tal crise, conforme a autora, começou a ser identificada pela imprensa no ano anterior (1983), com o lançamento do livro *A Segunda Etapa*, da pioneira Betty Friedan¹⁵, obra que, em resumo, faz uma crítica ao comportamento das feministas da geração mais atual à época.

Adélia Borges pondera, entretanto, que a crise não se tratava apenas de uma análise da experiente Betty Friedan, mas era uma realidade no cotidiano dos grupos feministas Brasil afora. Aquele período conflituoso era motivado por desencanto, mal-estar e cansaço, na visão da jornalista. Todavia, ela enfatiza que esse desconforto não poderia fazer as mulheres regredirem.

Por essa razão, a autora defende que o movimento faça uma reflexão profunda, respeitando e colocando em primeiro lugar a subjetividade das mulheres, para entender as razões que levaram a esse cansaço e desencanto.

Diante disso, a editora do *Mulherio* adianta que aquele seria o caminho que o jornal iria trilhar, por meio de seus artigos, reportagens, entrevistas e demais produções. Tudo isso pensando nos milhões de brasileiras que sequer – naquela altura – haviam tido contato com a luta feminista.

Texto 08: Explorar essas e outras pistas é o que *Mulherio* pretende fazer daqui para a frente, em artigos, reportagens e entrevistas. Pois nós achamos que toda essa crise é um sintoma de crescimento. [...] A situação atual só nos apresenta novas perguntas, e é em cima delas que vamos trabalhar. Explicitar as perguntas, para que possamos refletir mais sobre as respostas possíveis. E continuar na caminhada. Pois “problemas de mulheres” é o que não falta no Brasil de hoje [...] Continuar na caminhada pensando nos milhões de brasileiras que ainda não se colocam as dúvidas que estamos aqui apresentando, mas apenas começam a imaginar a possibilidade de verem em si mesmas algum valor, “apesar de” serem mulheres. Apenas começam a se verem como pessoas, diferentes, nem melhores nem piores que os homens. (MULHERIO, maio/junho de 1984, p. 02).

Ao analisarmos essa narrativa, em um ato de refiguração do mundo do texto, conseguimos fazer algumas observações de grande relevância para este trabalho. A primeira

¹⁵ Betty Friedan (1921-2006) foi uma ativista e intelectual feminista estadunidense, pioneira do movimento pelos direitos das mulheres nas décadas de 1960 e 1970 e considerada uma das feministas mais influentes do século XX. Autora do emblemático livro “A Mística Feminina” (1963).

delas é em relação a história do *Mulherio*, e nada como extrair informações direto da fonte. Através desse editorial, nos aprofundamos no período de transição do jornal: do rompimento com a Fundação Carlos Chagas, passando por um hiato, até a retomada, com muito esforço, determinação e organização.

O mundo do texto também revela claramente uma autocrítica e o início de uma mudança no perfil editorial do impresso, que foi motivada pela conjuntura marcada pelo momento difícil que o movimento feminista enfrentava. Todas essas questões expostas pelo texto só foram possíveis de serem configuradas pela jornalista (em *mímesis* II) graças a um exercício anterior de prefiguração (*mímesis* I), com base na experiência e pré-compreensão do mundo da autora.

Por fim, ao agirmos diante dessa narrativa em terceira *mímesis* como sugere Ricoeur (2010), ao defender uma relação entre mundo do texto e mundo do leitor, chegamos à reflexão, com certa satisfação, de que a crise a qual o feminismo enfrentou no Brasil naquele período de 1980 não foi capaz de enfraquecer o movimento, tampouco fez com que as mulheres regredissem. Obviamente, nesses quase 40 anos as feministas têm sido alvo constante do descrédito, da chacota e da própria misoginia, contudo, nada disso tem impedido a luta e as consequentes conquistas do feminismo.

Estas observações só foram possíveis de serem feitas porque a autora deste trabalho, se colocando em *mímesis* III e seguindo as orientações de Ricoeur (1989), enfrentou o texto, levantou o suspense desse texto no ato interpretativo e o restituiu à comunicação viva.

Seguiremos tratando sobre as dificuldades que o feminismo enfrenta desde o seu surgimento, no tocante às críticas de cunho machista reproduzidas até os dias atuais. A narrativa que agora analisaremos é um artigo da professora e pesquisadora Eliane Robert Moraes, publicado na edição Nº 17 em 1984. “Feminista é mulher?” é o título do texto, que já antecipa ao leitor o que virá: uma crítica ao estereótipo que contrapõe feminismo a feminilidade.

A autora inicia seu texto resumindo esse “fenômeno”. Trata-se de uma definição pela exclusão, ou seja, as feministas são excluídas da categoria “mulher”, sendo colocadas em uma espécie de “limbo de identidade sexual”, como afirma a pesquisadora.

Logo no terceiro parágrafo, Eliane Moraes traz para a discussão um emblemático exemplo – a não ser seguido: os jornalistas/colaboradores do *Pasquim*, jornal alternativo mais duradouro do período da ditadura-civil militar e um dos mais relevantes.

A relembra a inesquecível, para não dizer desastrosa, entrevista com Betty Friedan, onde a patota (como era conhecida a equipe do *Pasquim*), sem qualquer pudor, ofendeu a entrevistada e publicou os piores absurdos sobre a ativista e sobre as feministas de modo geral. “Feminista

é feia. Feminista é frustrada na cama” são alguns dos impropérios estampados nas páginas do semanário carioca.

Na análise de Eliane Moraes, o que o *Pasquim* quis dizer simplesmente foi: “feminista não é mulher”.



Figura 09: Mulherio Nº 17, jul/ago 1984, p. 17

Fonte: FCC

Em todo o texto, a pesquisadora atua no sentido de desvendar a origem desse estereótipo e ao mesmo tempo busca combatê-lo.

A primeira contribuição que a autora traz para seu texto é uma declaração da psicanalista Piera Aulagnier, quando ela diz que feminilidade é uma coisa de homens. Essa afirmação é muito pertinente, pois nos leva a refletir como realmente mulheres se preocupam menos com essa questão de feminilidade do que homens. É como se o universo masculino tivesse criado essa ideia de feminilidade justamente para excluir as feministas.

Texto 09: Sem dúvida os rapazes do *Pasquim* têm uma importância histórica nessa história. A antológica entrevista com Betty Friedan no início dos anos 70 dava os contornos com os quais começava a se esboçar uma imagem das feministas no Brasil: “Feminista é feia. Feminista é frustrada na cama. Mulher só discute política quando não tem com o que rebolar. O melhor movimento das mulheres é o dos quadris.” [...] Isso me lembra uma afirmação da

psicanalista Piera Aulagnier: Feminilidade é coisa de homens...” [...] Neste trailler de indagações, não custa a gente se perguntar também sobre a razão pela qual tantas mulheres que assumem sua vida de forma bastante independente se recusam a reconhecer-se como feministas. Cabeças feitas pela turminha do Pasquim? Pode até ser que sim, mas não necessariamente. [...] Talvez seja saudável assumirmos – pelo menos a nível hipotético – que o feminismo também pode ter alguma culpa no cartório quanto à construção dessa imagem. Não haveria algo no interior mesmo da proposta feminista que recusaria a feminilidade? [...] Alguns aspectos me tocam particularmente. Um deles é a constituição da idéia da verdadeira mulher, que muitas vezes é pano de fundo das denúncias e análises feministas. A verdadeira mulher estaria em permanente luta contra a “mística feminina”. É uma entidade abstrata e onipotente, espécie de mãe fálica freudiana, lembrando-nos a todo instante os nossos deslizes de “mulherzinhas”. Essa figura de alguma forma habita o feminismo, fantasma deste e, quem sabe, musa inspiradora dos rapazes do Pasquim... O que me parece mais grave nisso tudo é que à idéia de uma verdadeira mulher se contrapõe uma outra: a da falsa mulher. Atestador da feminilidade, do mesmo jeito que aqueles a quem contesta, o feminismo estaria aí dizendo quem é e quem não é. [...] Como todos os mistérios, a feminilidade aponta para várias direções, dos estereótipos à poesia. E, nesse jogo, estamos de olhos vendados. (MULHERIO, julho/agosto de 1984, p. 17).

Ela também manifesta um incômodo com mulheres notáveis que assumiram sua independência e pregavam a liberdade, mas eram incapazes de se autodeclararem feministas. Como exemplo, ele citou a cantora Elis Regina e a escritora Adélia Prado. “Cabeças feitas pela turminha do Pasquim? Pode até ser que sim, mas não necessariamente”, coloca Eliane Moraes.

Como é possível perceber, o *Pasquim* é citado mais de uma vez no texto, o que acaba por revelar a inquietação da autora para com o jornal, que pode ser perfeitamente compreendida, considerando que estamos falando do alternativo mais lido e influente da época, que reproduzia discursos machistas sem a menor cerimônia.

Aqui cabem algumas linhas para falar sobre o *Pasquim* e seu perfil machista. Como já explicitado no capítulo dois, o jornal era publicamente contra a repressão do regime militar, contra o conservadorismo, e apoiava, até certo ponto, a causa das ditas minorias, todavia, seu conteúdo era marcado pelo desrespeito às mulheres, sem qualquer esforço para disfarçar.

O machismo do semanário se manifestava em textos, ilustrações e fotos. Constantemente, mulheres estampavam nuas as capas do impresso. A situação se tornou insustentável até que as mulheres organizadas daquela época, que também lutavam contra a ditadura, decidiram seguir o próprio rumo e construir os próprios espaços de comunicação, fortalecendo assim a imprensa feminista.

Voltando para o artigo do *Mulherio*, logo após falar de mulheres conhecidas que não reivindicavam o feminismo, a autora inicia uma autocrítica e lança a indagação para o leitor: as feministas não teriam alguma parcela de “culpa” nessa oposição que se criou entre feminismo e feminilidade?

Na avaliação de Eliane Moraes, não foi só o movimento “antifeminista” que criou um modelo ideal de mulher. Para a autora, o próprio feminismo faz isso quando estabelece como uma feminista deve agir e quais lutas deve comprar.

Ao final, a autora coloca que o mais grave nisso tudo é que, ao se estabelecer a noção de uma “verdadeira mulher”, automaticamente se cria uma outra categoria, a de “falsa mulher”. Esse ato de dizer quem é e quem não é na opinião da pesquisadora, era reproduzido também pelo feminismo, em um mesmo processo de exclusão.

Observamos que, no mundo do texto configurado, a autora buscou (em *mímesis* II) fazer uma reflexão profunda a respeito de um tema que segue em discussão até hoje. Eliane Moraes não se atém a rebater os “antifeministas”, mas traz a crítica para dentro do próprio movimento feminista.

Os questionamentos finais da pesquisadora, quanto a uma possível responsabilidade do feminismo na construção de estereótipos, são colocados sem qualquer pretensão a uma resposta imediata e objetiva. Ou seja, na configuração da narrativa a autora almejou fazer um diálogo reflexivo com o leitor, que por sua vez, no ato de refiguração, também não visa qualquer objetividade em termos de respostas definitivas.

A reflexão proposta pelo texto é tão profunda e necessária que consegue atravessar quatro décadas, alcançando e instigando o leitor em terceira *mímesis*.

A próxima narrativa é a primeira e única analisada neste trabalho escrita por um homem. Se trata de um artigo do antropólogo Roberto DaMatta, publicado na edição Nº 23, em 1985, que traz uma pertinente análise de uma figura bastante popular à época: a Viúva Porcina, personagem interpretado por Regina Duarte na telenovela Roque Santeiro, produção da rede *Globo* que estava sendo exibida na ocasião da publicação no *Mulherio*.

“Ambígua, escrachada, liberada? De direita segundo alguns, a viúva Porcina já faz parte do nosso imaginário”, inicia DaMatta no texto intitulado “Porcina em quatro laudas”.

O autor inicia o texto fazendo uma brincadeira, dizendo que é possível entender emblemática Viúva Porcina em apenas quatro laudas, que, para ele, seriam suficientes para apresentar e definir a personagem, uma vez que personagens eram apenas simplificações e, por vezes, caricaturas da realidade.

Logo nas primeiras linhas Roberto DaMatta lança mão de seu olhar antropológico, quando afirma que, no Brasil, eventos, emoções, coisas e relações são classificadas basicamente sob dois parâmetros: casa e rua. Com isso, ele quer dizer que na cabeça dos brasileiros à época – e porque não dizer até hoje? – existiam mulheres do lar e da rua. Para ilustrar melhor esse fenômeno ele vai, no decorrer do texto, trazer os exemplos dos personagens de Roque Santeiro.

Ambigua, escrachada, liberada? De direita segundo alguns, a viúva Porcina já faz parte de nosso imaginário.

PORCINA

Roberto da Matta



Dizem que há mulheres pra quatrocentos talheres, mas eu creio que se pode entender Porcina em quatro laudas. É que os personagens de cinema, novela e teatro são simplificações ou até mesmo caricaturas da realidade.

EM



Dai a redução de 400 para 4, o que corresponde no vídeo ao aumento da novela de 40 para 4 mil capítulos, dentro das coordenadas de produção escravizada pelo IBOPE e pela lamentável "ostacção de vendas" que as agências de publicidade determinam. Isso para dizer que Porcina não é nenhuma Dona Flor ou Capitu. Sua possibilidade de ficar é tão grande quanto a de um best-seller. Mas talvez por causa disso,

QUATRO



Porcina provoca tanta discussão quanto os cometas. Realmente, tenho dito que, no Brasil, somos marcados pelas diferenças de riqueza (de classe) mas temos outros critérios ou dimensões que também determinam nossa conduta. Digo que o espaço da casa e da rua são básicos para a classificação de eventos, emoções, coisas, relações e pessoas no caso do Brasil.

LAUDAS



Um milionário com uma casa, como Sinhozinho Malta tem mais poder e prestígio do que Roque Santeiro que pode até ser mais rico que ele, mas na cidade é muito mais uma figura de rua, da noite e da ambiguidade como estrangeiro que efetivamente é. Do mesmo modo, Sinhozinho Malta não chora em público, mas no calor e na intimidade de sua casa. Pela mesma lógica, afirmo que existem mulheres da casa e da rua (e da vida) na cabeça dos brasileiros. Em casa estão as Mocinhas que depois de maduras se transformam em Pombinhas. Na rua

estão as "meninas" da boate e as mulheres que "tendo um passado" e um "segredo", transformam-se em Malitões e viram donas de hotéis e de casa de jogo. Entre esses dois modelos de comportamento feminino — entre a virgem e a puta, a Nossa Senhora e a Messalina — estão as moças que a história faz se debaterem entre um modelo tradicional de mulher e sua formas mais modernas: mais individualizadas e mais igualitárias.

Na tradicional Asa Branca, as mulheres ou são inferiores ou são superiores; ou são pecadoras ou santas. Do mesmo modo, os homens são todos ou machões ou emasculados (corro é o caso de Florindo Abelha, homem da casa típico e, por isso mesmo, abotalhado). Mas na Asa Branca moderna, começa a existir lugar para a mulher que é igual aos homens. Assim, não é ao acaso que Mocinha sempre se defronta com Porcina. E que uma é a virgem e a outra, a grande puta que sabe usar sua sensualidade em seu próprio benefício. Porcina é a mulher da rua (e da vida). Mocinha a da casa (e da morte) local que contém as virgens emuladas e puras que esperam de prontidão pelo novo morto. Onde matronas e viragos que se comprazem em pagar-histórias e doces, controlam mortalmente o sexo e o desejo. São, pois, as mulheres da casa, do casamento, da castidade e da morte essas beatas que vivem entre a casa paterna e a casa de Deus onde se acasalam simbolicamente com o Padre. Porcina, parece-me, é tudo isso e o céu também.

O início da narrativa mostrava um típica mulher da rua, dona de tudo que era seu, embora sua relação com Sinhozinho Malta fosse bem definida. Mesmo com uma infame crueldade (o trato com seus criados, sobretudo no que diz respeito à sua criada Mina, velha e fiel companheira do pai), serva ideal dentro do sistema de servidão brasileiro, ela reagiu de modo independente do seu "patrão". Porcina é igual a Sinhozinho, atualizando um padrão de conduta próprio das mulheres do mundo que, no fundo, ninguém deseja. É, de fato, para confirmar isso, Sinhozinho tem com ela um noivado igualmente cínico e intermável, próprio de quem não deseja o casamento. Porcina é capaz de realizar inversões típicas desta posição quando faz com que seu "patrão" lata como cachorro para poder ter com ela relações sexuais.

Aqui Porcina revela quem é quem tem realmente poder, pois se Sinhozinho Malta manda "lá fora",

dentro de sua casa e na sua alcova, quem comanda são seus poderes sensuais. E isso nos remete a uma "tradição carnavalesca" posto que se vislumbram dois mundos bem marcados. Na realidade de um universo oficial, Sinhozinho é o mandado, mas na penumbra de uma dimensão que atua da cintura pra baixo, Porcina é campeã.

Ela é também mulher que tem aspirações mais modernas e deseja ser independente e livre para encontrar um grande e eterno amor que certamente redimirá a narrativa e sua biografia de personagem. Configure-se, então, na pessoa do Roque Santeiro o grande amor que, dentro de nossa mitologia individualista, permitirá a Porcina realizar o sonho global de uma extração entre o desejo individual e a vontade coletiva. Mas é quase certo que ambos pagarão primeiro pelo que devem a coletividade. E somente depois é que poderão gozar desta ventura de uma paixão que se descobre e se entrelaça por debaixo dos comerciais e de uma mitologia que a zona sul do Rio de Janeiro abraça sem limites.

Solução revolucionária? Claro que não. Seria muito mais revolucionário com Porcina destruindo o Roque Santeiro e a igreja, os pais e as beatas, as virgens e as casas. Mas é quase certo que Roque terminará como um duplo moito. Primeiro como o santinho do pau seco que tralou sua comunidade. E agora, muito mais "apitzado", como o santo da boa moral e da verdadeira ideologia, do amor individualista muito mais puro porque mais sofrido e maduro. Como manda o nosso figurino Ocidental.

Mas, duss eu, sena mais revolucionário se Porcina terminasse mupune com Sinhozinho Malta. Os dois bandidos carnavalescamente juntos, bandidos de alta classe que, no Brasil, jamais são punidos e podem, por isso mesmo, fazer de tudo. Seria, afirmo, realizando um tour de force carnavalesco-ribelesano que a novela teria a possibilidade de se redimir da censura do IBOPE e da publicidade. Mas como a Globo chega na casa e não na rua (onde não há TV), o que veremos daqui pra frente, será — salvo engano crasso — a domesticação violenta de Porcina que passará a ser uma mulher da ideologia e, conseqüentemente da casa. Com isso, teremos a solução de Porcina e, certamente, o fim da novela.

Roberto da Matta é professor de Antropologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de "O Brasil e a Ideologia da Boa Moral" e "A Ideologia da Boa Moral". Seu último livro se intitula "Estratagem e será publicado pela Rocco.

Figura 10: Mulherio Nº 23, out/nov/dez 1985, p. 03

Fonte: FCC

Segundo o antropólogo, um exemplo de mulher "do lar" seria a Dona Mocinha, noiva do lendário Roque Santeiro que decidiu se fechar para a vida após a suposta morte do amado, enquanto Porcina, por sua vez, seria a mulher da rua: "Porcina é a mulher da rua (e da vida). Mocinha a da casa (e da morte)".

Essa comparação não retrata a opinião do autor, mas reflete a visão de boa parte da sociedade, tão estudada por ele enquanto antropólogo — portanto, com propriedade para fazer tais observações.

Roberto DaMatta configura sua narrativa em *mimesis* II levando em conta toda a sua bagagem cultural, isto é, um mundo por ele prefigurado em *mimesis* I, a prefiguração do seu campo prático de pesquisador.

A relação de Porcina com o icônico Sinhozinho Malta também é explorada no artigo. Para o autor, trata-se de um relacionamento composto por inúmeras camadas, pois, ao tempo

em que a personagem de Regina Duarte é uma mulher empoderada e que, pelo menos dentro de casa, “domina” seu companheiro, por outro lado ela acaba sendo enganada ou se deixando enganar pelo coronel, que mantém uma eterna relação de noivado sem apresentar qualquer indício de querer oficializar um casamento.

Texto 10: [...] os personagens de cinema, novela e teatro são simplificações ou até mesmo caricaturas da realidade. [...] talvez por causa disso, Porcina provoque tanta discussão quanto os cometas. Realmente, tenho dito que, no Brasil, somos marcados pelas diferenças de riqueza (de classe) mas temos outros critérios ou dimensões que também determinam nossa conduta. Digo que o espaço da casa e da rua são básicos para a classificação de eventos, emoções, coisas, relações e pessoas no caso do Brasil. [...] afirmo que existem mulheres da casa e da rua (e da vida) na cabeça dos brasileiros. [...] Assim, não é ao acaso que Mocinha sempre se defronta com Porcina. É que uma é a virgem e a outra, a grande puta que sabe usar sua sensualidade em seu próprio benefício. Porcina é a mulher da rua (e da vida). Mocinha a da casa (e da morte) local que contém as virgens enrustidas e puras que esperam de prontidão pelo noivo morto. [...] Na realidade de um universo oficial, Sinhozinho é o mandão, mas na penumbra de uma dimensão que atua da cintura pra baixo, Porcina é campeã. Ela é também mulher que tem aspirações mais modernas e deseja ser independente e livre para encontrar um grande e eterno amor que certamente redimirá a narrativa e sua biografia de personagem. (MULHERIO, outubro/novembro/dezembro de 1985, p. 03).

Na sequência, Roberto DaMatta fala de um paradoxo presente na personagem central de sua análise, que consiste no fato de a Viúva Porcina, que reivindica independência e liberdade, desejar, ao final, encontrar um grande amor.

O antropólogo argumenta que esse não seria o final ideal para uma personagem do porte de Viúva Porcina. Para ele, seria até revolucionário ver a personagem, ao final da novela, se libertando de todos os símbolos aos quais esteve atrelada e afetada mesmo que indiretamente: Roque Santeiro, Sinhozinho Malta, a perseguição das beatas e da igreja).

Entretanto, na avaliação do autor, esse desfecho não seria aceito pelo público majoritariamente conservador, uma vez que, segundo ele, “a Globo chega na casa e não na rua (onde não há TV)”.

Texto 11: Configura-se, então, na pessoa de Roque Santeiro o grande amor que, dentro de nossa mitologia individualista, permitirá a Porcina realizar o sonho global de uma orquestração entre o desejo individual e a vontade coletiva. [...] Solução revolucionária? Claro que não. Seria muito mais revolucionário com Porcina destruindo o Roque Santeiro e a igreja, os padres e as beatas, as virgens e as casas. [...] Mas como a Globo chega na casa e não na rua (onde não há TV), o que veremos daqui pra frente, será – salvo engano crasso – a domesticação violenta de Porcina que passará a ser uma mulher da ideologia e, conseqüentemente da casa. Com isso, teremos a solução de Porcina e, certamente, o fim da novela... (MULHERIO, outubro/novembro/dezembro de 1985, p. 03).

Roberto DaMatta conclui seu artigo com uma previsão para o desfecho do folhetim, apostando que, ao final da novela *Viúva Porcina* ficaria com Roque Santeiro, sendo submetida a uma “domesticação violenta” e passando a ser uma mulher conforme a ideologia dominante, portanto, uma mulher “de casa”.

A opinião de Roberto DaMatta, contudo, não é compartilhada pela autora deste trabalho. Considerando que, no ato interpretativo, guiado pelo círculo hermenêutico, não pretendemos chegar a uma única resposta, conseguimos concordar com alguns pontos levantados pelo antropólogo, e discordar de outros.

Estamos de acordo quando o autor quando ele, por compreender profundamente a sociedade brasileira, afirma que havia dois tipos de mulheres no imaginário do brasileiro: as da rua e as do lar. Todavia, há discordância quando o pesquisador considera o fato de a personagem *Viúva Porcina* estar de alguma forma sendo “domesticada” ao admitir o desejo de encontrar um grande amor.

Nesse sentido, o mundo do texto acaba revelando um erro bastante comum – que inclusive já foi discutido na análise da narrativa anterior: a estereotipação, a necessidade de colocar mulheres em caixinhas, enquadrando-as em padrões e condenando qualquer uma que escapar dos modelos estabelecidos. Uma atitude, que, como já vimos, não se restringe somente à ideologia dominante, mas também pode ser reproduzida dentro do próprio movimento feminista.

O grande ponto de discordância é: não pode uma mulher empoderada e independente desejar viver um grande amor? Porque essa escolha faz dela uma mulher “domesticada”? Não estamos aqui tratando a *Viúva Porcina* como feminista, até porque esse não é o cerne da questão.

Podemos depreender então, através da narrativa configurada por Roberto DaMatta enquanto ser-afetado-pelo-passado, que a questão da mulher é muito mais complexa do que se pode presumir, isso se levarmos em conta que a figura analisada pelo antropólogo é uma personagem de novela, ou seja, uma simplificação e caricatura da realidade, segundo suas próprias palavras.

A penúltima narrativa a ser analisada retrata um episódio importante da segunda metade da década de 1980 no Brasil: a mobilização dos movimentos sociais e políticos por uma nova Constituição após o fim da ditadura civil-militar. O texto que iremos analisar agora é um Manifesto para a Constituinte do grupo Brasil Mulher, de Salvador (BA).

O documento foi publicado na edição N° 25 do *Mulherio*, em 1986, no ano seguinte à convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A Constituinte foi convocada pelo então presidente José Sarney em junho de 1985. Tinha sido um compromisso de campanha firmado

por Tancredo Neves, ele que foi o primeiro presidente da República eleito – por voto indireto – após o fim do regime militar, mas que acabou falecendo antes de assumir o cargo, deixando o posto para Sarney, seu vice.

A mobilização pela Constituinte já acontecia há alguns anos e se intensificou com a concretização de sua convocatória. *Mulherio* foi um dos jornais que aderiram a campanha, ajudando na mobilização. Em muitas de suas edições foram publicados conteúdos relacionados ao tema. Voltemos então ao manifesto do grupo Brasil Mulher.

POLÍTICA

As necessidades das mulheres em cada canto da casa, do bairro, da cidade, do país: o grupo Brasil Mulher de Salvador, Bahia, lança aqui seu manifesto para a Constituinte.

NA TERRA DOS CORONÉIS

A Bahia é, seguramente, uma terra onde realça o contraste. Convivem aqui, historicamente, nem sempre de forma dócil, o que pode existir de mais genuíno da moral patriarcal com um movimento gerador de uma nova mentalidade que pouco a pouco vem ganhando corpo.

Aqui, onde ainda coronéis são donas de mulheres como de votos, gado, terra, o feminismo aportou, como em todo o país. Deixou semente, refúgio, vibrou com um novo fôlego – inicialmente circunscrito a pequenos grupos, então isolados e malqueridos, e hoje, enfim, circulando desenvolto nas instituições mais diversas, com garra guerreira, graça e leveza.

Não é que não existam mais mulheres e homens “como antigamente”. Como em outros tempos, ocupamos, nós, mulheres, espaços inferiorizados na escala da cidadania, na urbis/ no campo, em casa, na rua, na vida.

Mas é indiscutível e evidente a mudança, hoje abrangente e, a nosso ver, irreversível. Aconchegam-se todas diante do que há dez anos atrás (para o Brasil) e há cerca de cinco (para a Bahia) cheirava ou fedora de longe a dispersão, divergência incoercível entre mulheres. É prova disto a presença firme e marcante de palavras de ordem especiais convivendo nos diversos partidos políticos, sindicatos e associações: contra a violência sobre as mulheres, pelos investi-

mentos públicos na criação de condições para o exercício da maternidade, pelo direito à contracepção e, em muitos casos ao aborto (e à vida simultaneamente), pela igualdade de tratamento conjugal e outras tantas. É também sintoma do êxito da nossa luta a presença do feminismo a nível de organismos de Estado. Os Conselhos que proliferam nas diversas instâncias do poder têm contribuído, decisivamente, para essa mudança.

Nesse momento de Constituinte em que se alarga o debate, é hora de discutir as necessidades das mulheres em cada canto da casa, do bairro, da cidade ou do país, para precisar cuidadosamente o nosso lugar na nova lei.

Prá início de conversa interessante, na Constituição, a definição de princípios, meios (para aplicá-los efetivamente) e fins claros. A superação radical da atual dissonância existente entre a lei (vide o princípio da igualdade de todos) e a vida se cumprirá na medida em que se tornem explícitos mecanismos tais que inviabilizem qualquer infração. Isso nos interessa primordialmente. É importante preencher todas as lacunas que existem e possibilitam que a legislação ordinária – os Códigos – entre em desarmonia com a Constituição.

A nosso oitavo importa, desde já, perceber detalhes, atentamente. Seremos espertas o bastante para averiguar minuciosamente a discriminação

da qual falamos, como quem observa, com um espêculo, o próprio corpo e percebe o conjunto. Assim, o nosso movimento em direção às conquistas na nova Constituição, deve ser desbrilhar, limpar por limpar, a nossa discriminação em todos os níveis na sociedade, e, ao mesmo tempo, dar-lhe forma/formula – como quem, manipulando a argila conhecida, consegue criar o instrumento para o gozo comum.

A realidade que nos interessa citar tem a ver com praticamente todas as

áreas que serão temática constitucional, na medida em que o patriarcalismo está em todo o universo das instituições que o ser humano conseguiu criar. Assim, determinados princípios gerais têm que ser mantidos, outros inseridos, bem especificados de modo que a lei maior, que é a Constituição, possa ser a forma a ser completada na elaboração dos códigos – e chamada legislação ordinária – para que possa imprimir, sem contradições nestes los, dispositivos que garantam à população feminina o direito à cidadania plena, sem hipocrisia, jogando na lata do lixo o paternalismo, a ambiguidade com que são tratadas as mulheres na legislação brasileira.

Neste sentido, o movimento de mulheres, através das centenas de grupos, os mais diversos, que o compõe, já formulou e amadureceu na vivência do seu dia a dia alguns princípios fundamentais para serem inseridos no novo sistema legislativo como um todo. Aqui, sem preterir esgotar o tema, procuramos listar alguns desses princípios e sugestões:

1. Norma expressa, integrando o texto constitucional, dispondo sobre a vinculação do legislador ordinário ao princípio da igualdade jurídica entre o homem e a mulher, cobrindo-se, assim, o abuso de dispositivos que, embora inconstitucionais, subsistem em nosso direito.
2. Eliminação do papel de chefe da sociedade conjugal, prevista no Código Civil Brasileiro, e hoje exercido soberanamente pelo homem, que em decorrência disso é o representante legal da família, o encarregado de administrar os bens do casal e até bens particulares da mulher, possui o direito de fixar o domicílio da família, e é o encarregado de prover o sustento e manutenção da família.
3. Inserção de norma referente ao direito à reprodução (concepção e contracepção), extensivo a mulher de qualquer classe social, bem como garantia de condições pelo Estado para o exercício da maternidade para toda trabalhadora.
4. Abolição do crime de adultério da legislação penal.
5. Extinção do direito do marido ao casamento em função do desforramento da mulher.
6. Eliminação da concepção discriminatória expressa na noção de “desonestidade”, usada na legislação e aplicável somente às mulheres.
6. Tratamento igualitário entre mulheres e homens trabalhadores, atendendo para a especificidade da vida feminina, sem o que não se atingirá essa igualdade.

No tocante ao trabalho noturno e horas extras – apenas para exemplificar – que estes sejam restritos ao caso excepcional, de extrema necessidade de serviços para ambos os sexos.

Grupo Brasil Mulher
Mulherio 17

Figura 10: Mulherio Nº 25, março de 1986, p. 17

Fonte: FCC

O texto inicia em tom otimista, trazendo um breve resumo da conjuntura na Bahia. O manifesto diz que, embora o estado continue sendo uma terra de coronéis onde ainda impera a moral patriarcal, o feminismo conseguiu por lá se estabelecer.

De acordo com o grupo Brasil Mulher, o fortalecimento do feminismo na Bahia não reverberou apenas diante do sistema a ser combatido, mas no próprio meio dos movimentos sociais e nos partidos políticos, que incorporaram às suas pautas a causa das mulheres.

O texto vai mais além, revelando que as mulheres na Bahia aos poucos vinham conseguindo ocupar também os organismos de Estado. Diante de tudo isso, o grupo decidiu elaborar o manifesto, sintetizando princípios fundamentais que, na visão daquelas mulheres, precisavam ser inseridos na nova Constituição Federal.

Texto 12: Aqui, onde ainda coronéis são donos de mulheres como de votos, gado, terra, o feminismo aportou, como em todo o país. Deixou semente, refluíu, voltou com um novo fôlego - inicialmente circunscrito a pequenos grupos, então isolados e mal-queridos, e hoje, enfim, circulando desenvolto nas instituições mais diversas, com garra guerreira, graça e leveza. Não é que não existam mais mulheres e homens "como antigamente". Como em outros tempos, ocupamos, nós, mulherio, espaços inferiorizados na escala da cidadania, na urbis/no campo, em casa, na rua, na vida. Mas é indiscutível e evidente a mudança, hoje abrangente e, a nosso ver, irreversível. Aconchegam-se todas diante do que há dez anos atrás (para o Brasil) e há cerca de cinco (para a Bahia) cheirava ou fedía de longe a dispersão, divergência inconciliável entre mulheres. É prova disto a presença firme e marcante de palavras de ordem especiais convivendo nos diversos partidos políticos, sindicatos e associações: contra a violência sobre as mulheres, pelos investimentos públicos na criação de condições para o exercício da maternidade, pelo direito à contracepção e, em muitos casos ao aborto (e à vida simultaneamente), pela igualdade de tratamento conjugal e outras tantas. É também sintoma do êxito da nossa luta a presença do feminismo a nível de organismos de Estado. (MULHERIO, março de 1986, p. 17).

No ato de configuração desta narrativa o coletivo Brasil Mulher, situado em *mímesis* II – tendo partido antes de uma prefiguração em *mímesis* I – agiu naquele tempo presente como um ser-afetado-pelo-passado, ao fazer uma avaliação dos frutos que o feminismo vinha colhendo no estado da Bahia e traçando perspectivas positivas para o futuro, projetando assim um olhar sobre os movimentos do tempo, segundo Leal e Sacramento (2019).

A configuração da narrativa funciona assim como uma mediação da experiência de um sujeito (o grupo que escreveu o manifesto). A refiguração da narrativa também representa a mediação da experiência, nesse caso, do leitor, em terceira *mímesis*. Ambos, autor e leitor, agem como ser-afetado-pelo-passado.

Na continuação do manifesto, o grupo feminista ressalta que o momento de discussão sobre a Constituinte se fazia mais que oportuno para as mulheres lutarem para ter seus direitos garantidos nova Constituição.

O coletivo enfatiza ainda que o movimento organizado de mulheres Brasil fora já havia amadurecido e sintetizado princípios básicos e fundamentais que precisavam ser incorporados

no texto a ser aprovado. Nesse manifesto, o Brasil Mulher elencou seis desses princípios, reforçando que o tema não se limitava a esses pontos destacados.

Texto 13: Nesse momento de Constituinte em que se alarga o debate, é hora de discutir as necessidades das mulheres em cada canto da casa, do bairro, da cidade ou do país, para precisar cuidadosamente o nosso lugar na nova lei. Pra início de conversa interessa-nos, na Constituição, a definição de princípios, meios (para aplicá-los efetivamente) e fins claros. A superação radical da atual dissonância existente entre a lei (vide o princípio da igualdade de todos) e a vida se cumprirá na medida em que se tornem explícitos mecanismos tais que inviabilizem qualquer infração. Isso nos interessa primordialmente. [...] Neste sentido, o movimento de mulheres, através das centenas de grupos, os mais diversos, que o compõem, já formulou e amadureceu na vivência do seu dia a dia alguns princípios fundamentais para serem inseridos no novo sistema legislativo como um todo. Aqui, sem pretender esgotar o tema, procuramos listar alguns desses princípios e sugestões:

- 1 . Norma expressa, integrando o texto constitucional, dispondo sobre a vinculação do legislador ordinário ao princípio da igualdade jurídica entre o homem e a mulher, coibindo-se, assim, o abuso de dispositivos que, embora inconstitucionais, subsistem em nosso direito.
2. Eliminação do papel de chefia da sociedade conjugal, prevista no Código Civil Brasileiro, e hoje exercido soberanamente pelo homem, que em decorrência disso é o representante legal da família, o encarregado de administrar os bens do casal e até bens particulares da mulher, possui o direito de fixar o domicílio da família, e é o encarregado de prover o sustento e manutenção da família.
3. Inserção de norma referente ao direito à reprodução (concepção e contracepção), extensivo a mulher de qualquer classe social, bem como garantia de condições pelo Estado para o exercício da maternidade para toda trabalhadora.
4. Abolição do crime de adultério da legislação penal.
5. Extinção do direito do marido anular o casamento em função do defloramento da mulher.
6. Eliminação da concepção discriminatória expressa na noção de "desonestidade", usada na legislação e aplicável somente às mulheres.
7. Tratamento igualitário entre mulheres e homens trabalhadores, atentando para a especificidade da vida feminina, sem o que não se atingirá essa igualdade. No tocante ao trabalho noturno e horas extras – apenas para exemplificar – que estes sejam restritos a casos excepcionais, de extrema necessidade de serviços para ambos os sexos. (MULHERIO, março de 1986, p. 17).

Vejamos os principais pontos das reivindicações do manifesto. A primeira diz respeito ao princípio da igualdade jurídica entre o homem e a mulher, o que foi contemplado no Artigo 5º, Inciso I da Constituição promulgada em 1988¹⁶, que diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

¹⁶http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 18 de junho de 2022.

A eliminação do papel de chefia da sociedade conjugal prevista no Código Civil Brasileiro¹⁷ também se concretizou. O texto foi alterado e hoje o Artigo 1.567 diz o seguinte: “A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal”.

A terceira reivindicação, a instituição de uma norma referente ao direito à reprodução (concepção e contracepção), não foi contemplado com muita clareza nos dispositivos jurídicos, a menos quando a Constituição estabelece o direito universal à saúde e à proteção à maternidade.

Quanto à abolição do crime de adultério do Código Penal¹⁸, isso só veio acontecer em 2005, quase 19 anos após a publicação do manifesto feminista. A Lei 11.106/2005 tirou do Código Penal a pena de quinze dias a seis meses de detenção para a prática, até então considerada criminosa.

Em relação à extinção do direito de o marido anular o casamento em função do defloramento da mulher, tal reivindicação só se concretizou em 2002, com a promulgação do Novo Código Civil, mesmo a Constituição já tendo, em 1988, colocado homem e mulher em pé de igualdade.

Sobre a eliminação da concepção de "desonestidade", que era aplicável somente às mulheres, houve mudanças no Código Civil que passou a atribuir, tanto ao homem quanto a mulher, o dever da fidelidade (no caso do casamento), e da lealdade (da união estável).

Por fim, no tocante a reivindicação por tratamento igualitário entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, a Constituição Federal estabeleceu, no Artigo 7º, Inciso XX, o direito à proteção do mercado de trabalho da mulher.

Como dito anteriormente, a narrativa aqui analisada não possui um caráter apenas retrospectivo, lançando também um olhar para o futuro.

O mundo do texto configurado nessa narrativa nos revela vários olhares sobre os movimentos do tempo. De início, o grupo Brasil Mulher faz avaliações sobre a atuação do movimento feminista no estado da Bahia e suas conquistas. Até que, na segunda parte do texto, o manifesto ganha corpo e ao final delimita princípios básicos dos quais as mulheres não poderiam abrir mão.

Por se tratar de um manifesto, com reivindicações, naturalmente o mundo do texto não traz respostas, mas sim perguntas, questões que ficam em aberto para o leitor responder ou não.

¹⁷http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acessado em: 18 de junho de 2022.

¹⁸http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acessado em: 18 de junho de 2022.

Passados 34 anos, a autora deste trabalho (em *mimesis* III) atualiza o texto em leitura, como propõe Ricoeur (2010).

Entretanto, atualizar o sentido do texto a partir da resposta às demandas apresentadas pelo grupo Brasil Mulher em 1986 não significa que, na prática, no mundo real (no caso o mundo do leitor), às reivindicações destas mulheres estejam sendo atendidas. Isso porque o manifesto se deu em prol de uma mudança na Constituição Federal, contudo, as modificações no dispositivo jurídico que rege o país não geraram uma transformação no pensamento e no comportamento de boa parte da sociedade brasileira. Obviamente foi uma grande conquista ter os nossos direitos garantidos, porém, como já tem sido dito no decorrer desse trabalho, estamos longe de alcançarmos um mundo ideal, onde possamos ser, de fato, livres e plenamente felizes.

A última narrativa que iremos analisar foi escrita pela historiadora e antropóloga Norma Telles, e publicada na edição Nº 27 em 1986. Trata-se de um ensaio intitulado “A índia e o olho do branco”, que traz um novo olhar sobre a mulher indígena, a mulher que, quando não é ignorada e silenciada, tem sua imagem distorcida pela ideologia dominante, principalmente nos livros didáticos.

A índia e o olho do branco

Beleza e dignidade, importância na vida da tribo, os espaços de poder e rebeldia das índias. Nada disso é retratado na maioria dos livros didáticos. Imagens estereotipadas se repetem a cada nova edição.

Norma Telles

Procura-se em vão, nos livros didáticos, alguma descrição consistente da vida da mulher indígena. Os manuais ainda são baseados na ideia da mulher submissa, uma sombra por trás do patriarca ou outro homem e sem o menor interesse em si. A história e a cultura aparecem como obra dos homens. De homens brancos, conquistadores heróicos.

Os numerosos grupos indígenas, por sua vez, são apresentados, quando o são, de maneira genérica através da abstração “índio”. Não se recorre aos trabalhos antropológicos para caracterizar modos de vida que não eram uniformes e que, embora diversos do nosso, não lhe eram de modo algum inferiores ou menos interessantes. A história das nações indígenas e a história da mulher são silenciadas e só aparecem através dos grupos dominantes, os brancos colonizadores, ou o homem.

Sendo assim, não admira que não se apresentem as várias vivências das mulheres nos grupos indígenas. Quando a índia é citada, o é de passagem mas num contexto que vale a pena examinar. Ela é mencionada através do homem branco como agente passivo e anônimo da miscigenação, como objeto de uma sexualidade desenfreada e paradisiaca, pois sem nenhuma responsabilidade ou correspondência por parte do branco. São famosas as imprecisões e os sermões dos jesuítas contra o que chamam de dissolução de costumes e partir do intercâmbio e vida comum entre índias e colonos.

Em alguns manuais mais antigos podia-se ver uma gravura de índia, seios de forma cobertos por um colar, uma tanga e expressão de criança inocente estampada na face. Despreocupada ela vagueia por campos ou florestas. Esta imagem da índia infantil, sensual e desocupada é antiga. Pero Vaz de Caminha. Os manuais perpetuam uma imagem de sensualidade que era a dos primeiros cronistas. Foi Gabriel dos Santos quem disse: “Não há pecado de luxúria que não cometam”.

Nem lírico nem inocente

A figura exótica da índia, e tam-



Índias Kayapós avulso mãe e neto - na aldeia Gorotze, 1957, pelos olhos de José Medeiros.

sual, pelmeira, perversa, embrocado pelo uso constante durante os últimos quatro séculos. Na verdade o que isto faz é reforçar os tabus sexistas e racistas. Na representação o comportamento ameaçador e promíscuo é incorporado, pelo homem branco, aos dominados e oprimidos, à mulher.

Eram muitas as nações indígenas no Brasil, e muitas e diversas as posições ocupadas pelas mulheres dentro delas. Mas, de modo geral, pode-se dizer que através da divisão de trabalho entre os sexos, e das funções atribuídas a grupos de idade, ela era em toda parte considerada provedora, educadora, enfim, um agente cultural com status próprio. Há tempos Baldis afirmava que os dois sexos eram valorizados entre estes grupos devido à sua capacidade de trabalho¹. Um livro recente mostra que embora não detenhem a autoridade instituída as mulheres Suruí possuem poder informal e uma margem de manobra e rebeldia contra as instituições². Hoje, as mulheres indígenas estão conscientes de sua situação, examinam-na e se engajam na luta por seus direitos³.

Seria desejável que os autores de manuais revissem seus pressupostos e estereótipos. Tanto o da mulher dentro da família patriarcal, profundamente abalado por estudos históricos⁴, quanto o da índia sensual. Este último tópico, se tratado adequadamente, poderia ser enriquecedor, descrevendo modos de vida onde a mulher é considerada de modo diferente do que entre nós. Poderia nos fazer perceber que a desigualdade não é uma condição obrigatória das sociedades mas sim um produto histórico e cultural passível de mudança.

José Medeiros, o poeta da luz, nasceu em 1921 no Pau. Respondeu às questões da revista O Cruzeiro de 1946 a 1962, omisso, especial atenção à documentação no rio por ele feito e aos parâmetros políticos e sociais da vida brasileira. Desde 1960 é diretor de fotografia de cinema, de filmes como “A Falácia”, de Leon Hirszman, “A Rainha Dalva”, de Antonio Carlos Fontoura, “Chica da Silva”, de Carlos Dacosta e “Memórias do Cárcere”, de Nelson Pereira dos Santos.

1. **Ensaio de Etnologia**, Baldis, 1960.

2. **Não Pater, Os Suruí de Rondônia**, B. Minayo, Vozes, 1985.

3. **A Identidade de Mulher Índia**, Elaine Pogue, apresentada na Conferência Nacional Índias e Crianças de Mulher, outubro 1985.

4. **A Família Brasileira, E. Mesquita**, Brasília, Conselho e Poder em São Paulo, Século XIX, M. Odila S. Dias.

Norma Telles é antropóloga, professora da FUCSP, autora do livro Cartografia Brasileira, editado pela Livros.

Figura 11: Mulherio Nº 25, março de 1986, p. 17

Fonte: FCC

“Beleza e dignidade, importância na vida da tribo, os espaços de poder e rebeldia das índias. Nada disso é retratado na maioria dos livros didáticos. Imagens estereotipadas se repetem a cada nova edição”, diz o subtítulo do ensaio, sintetizando a crítica que virá adiante. O texto é acompanhado de um registro do fotógrafo piauiense José Medeiros, o “poeta da luz”, que retratou três gerações de uma mesma família de mulheres indígenas.

De acordo com Norma Telles, os livros didáticos não apresentavam uma descrição real e consistente das mulheres indígenas, que eram retratadas como submissas, meras sombras por trás de um homem.

Texto 14: Procura-se em vão, nos livros didáticos, alguma descrição consistente da vida da mulher indígena. Os manuais ainda são baseados na idéia da mulher submissa, uma sombra por trás do patriarca ou outro homem e sem o menor interesse em si. A história e a cultura aparecem como obra dos homens. De homens brancos, conquistadores heróicos. Os numerosos grupos indígenas, por sua vez, são apresentados, quando o são, de maneira genérica através da abstração “índio”. [...] Quando a índia é citada, o é de passagem, mas num contexto que vale a pena examinar. [...] Os manuais perpetuam uma imagem de sensualidade que era a dos primeiros cronistas. Foi Gabriel dos Santos quem disse: “Não há pecado de luxúria que não cometam”. A figura exótica da índia, e também da escrava negra, dá o toque de erotismo nas paragens desconhecidas. Assim, as florestas verdejantes e a terra recém-conhecida prometem ao conquistador a melhor vida sexual de sua existência com mulheres que são a priori consideradas inferiores. [...] o que isto faz é reforçar os tabus sexistas e racistas. [...] Eram muitas as nações indígenas no Brasil, e muitas e diversas as posições ocupadas pelas mulheres dentro delas. Mas, de modo geral, pode-se dizer que através da divisão de trabalho entre os sexos, e das funções atribuídas a grupos de idade, ela era em toda parte considerada provedora, educadora, enfim, um agente cultural com status próprio. [...] Hoje, as mulheres indígenas estão conscientes de sua situação, examinam-a e se engajam na luta por seus direitos. Seria desejável que os autores de manuais revissem seus pressupostos e estereótipos. Tanto o da mulher dentro da família patriarcal, profundamente abalado por estudos históricos, quanto o da índia sensual. (MULHERIO, dezembro de 1986, p. 06).

A autora afirma que a história real das nações indígenas é silenciada, e dentro desse contexto a mulher indígena ainda é menos privilegiada. Quando ela é lembrada, sempre aparece atrelada a figura do homem, seja um indígena, seja um homem branco colonizador. Sua imagem é hipersexualizada e vendida até como atrativo.

A discriminação contra essas mulheres partia de próprios grupos ditos cristãos, como os jesuítas, segundo Norma Telles. “São famosas as imprecações e os sermões dos jesuítas contra o que chamam de dissolução de costumes a partir do intercâmbio e vida comum entre indígenas e colonos”.

De acordo com a pesquisadora, a objetificação das indígenas é a mesma objetificação das mulheres negras escravizadas. Vale lembrar a análise de Lélia Gonzalez sobre uma dupla opressão (de gênero e raça).

Essa dupla opressão é ressaltada quando a autora cita dois perfis de mulheres, ambas objetos de domínio do homem branco: a indígena “selvagem” e sensual, e a esposa branca que fica trancada em casa.

Mas a historiadora não se restringe a criticar a abordagem sobre as indígenas e vai além: seu texto revela o mundo real dessas mulheres. Assim, Norma Telles vem informar que dentro de suas comunidades as mulheres indígenas desempenhavam os mais diversos papéis, de provedoras a educadoras, “um agente cultural com status próprio”, segundo a autora.

Assim, cai por terra qualquer narrativa que tente invisibilizar ou reduzir a mulher indígena a um papel coadjuvante dentro de sua comunidade.

Ao final do ensaio, Norma Telles se mostra esperançosa com o que via naquele momento: mulheres indígenas tomando consciência de sua condição e se engajando na luta por direitos. Diante disso, ela pede que os autores de livros revissem suas ideias e abandonassem todos os estereótipos não apenas em relação às mulheres, mas aos povos indígenas de modo geral.

Podemos compreender no ato interpretativo desse ensaio que a autora, Norma Telles, partiu de suas experiências e seu conhecimento (prefiguração em *mimesis* I) para configurar uma narrativa (*mimesis* II) que conseguiu trazer uma profunda reflexão sobre a condição das mulheres indígenas naquele contexto.

Enquanto ser-afetado-pelo-passado, a autora detalhou como as indígenas historicamente vinham sendo retratadas, mas não ficou somente nesse passado e fez projeções de mundos possíveis, ao falar das expectativas quanto ao começo da mobilização dessas mulheres.

Esse mundo possível, de fato, se concretizou. Embora a perseguição aos povos indígenas não tenha dado uma trégua sequer em todos esses anos, temos visto mulheres protagonizando essa luta. Um dos grandes exemplos é Sônia Guajajara, que em 2018 foi a primeira indígena a disputar, como vice, as eleições presidenciais, e agora, em 2022, figurou na tradicional lista das 100 pessoas mais influentes do mundo da revista *Time*.

Essa possibilidade de fazer atualizações de narrativas há tanto tempo publicadas não representa uma fragilidade do texto original, muito pelo contrário: a capacidade que um texto possui, de ser permanentemente atualizado por meio de novas interpretações o torna imortal, sempre aberto para novas leituras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui encerramos uma longa viagem, de uma pesquisa que percorreu vários mundos até chegar nestas considerações finais. Este trabalho começa bem antes de sua escrita, e é resultado de uma jornada de estudos em várias áreas das ciências humanas (comunicação, filosofia e ciências sociais).

Para escrever esta dissertação (configuração textual em *mímesis* II), foi preciso ir além dos textos publicados pelo jornal *Mulherio*. Antes, em um exercício de prefiguração (*mímesis* I), precisamos nos aprofundar sobre outros universos (não divergentes, mas complementares), como o universo do feminismo, da imprensa feminista e da filosofia que possibilitou a análise do nosso objeto.

Os diversos conteúdos aos quais tivemos acesso contribuíram para além da escrita do trabalho. Obras e suas proposições de mundo, que também foram interpretadas através do mesmo exercício de interpretação das narrativas do *Mulherio*.

Por meio de autoras como Angela Davis (2016, 2018), Bell Hooks (2018, 2019) e Lélia Gonzalez (1988) foi possível um mergulho na história e em diferentes ideias e perspectivas da luta feminista. Através de Santo Agostinho (1996) e Aristóteles (1996), tivemos acesso a profundas reflexões sobre o tempo, que se revelou imprescindível no percurso do estudo das narrativas.

Finalmente, após percorrer todo esse caminho e nos defrontarmos com as 10 narrativas do *Mulherio*, selecionadas por meio de amostragem intencional, pudemos observar um esforço incontestável do jornal em difundir os mais diversos temas de interesse da mulher. Importante ressaltar que analisamos textos, artigos de opinião, que eram interpretações do mundo no qual foram configurados, temporal e contextualmente.

Na primeira narrativa analisada, um artigo sobre maternidade, o mundo proposto pelo texto é uma sociedade onde a maternidade deixe de ser compulsória e atrelada obrigatoriamente a toda figura feminina. Na sequência, a segunda narrativa analisada foi um artigo de Lélia Gonzalez sobre a condição da mulher negra no Brasil, traz importantes dados e uma profunda análise da pesquisadora, que resume o problema ao afirmar que a negra em nosso país sofria uma dupla opressão.

A terceira narrativa analisada tratava de dois casos de feminicídio que chocaram o país nas décadas de 1970 e 1980, respectivamente. Diante do texto foi possível fazer muitas reflexões, fazendo uma fusão entre o horizonte do passado, quando aconteceram os dois crimes mencionados, e o horizonte do presente, onde o assassinato de mulheres hoje é uma

qualificadora do crime de homicídio (feminicídio). A principal conclusão é que, mesmo com avanços consideráveis em termos de legislação e em relação ao próprio pensamento na sociedade, a “defesa da honra”, que no passado justificava o assassinato de uma mulher, embora rechaçada, continua implícita no comportamento e na forma como as vítimas de feminicídio são, por vezes, desrespeitadas.

Na narrativa seguinte, uma crítica a um suplemento inaugurado à época pela *Folha de S. Paulo*, que enaltecia as “mulheres de Atenas” e funcionava como um manual de boas maneiras para essas mulheres. Mais uma vez, através de uma fusão de horizontes, pudemos entender como a grande imprensa, no final das contas defende um modelo ideal de mulher, que, definitivamente, não é uma mulher feminista, mas sim uma mulher de Atenas: bela, recatada e do lar.

A quinta narrativa é um impactante relato de uma mulher que se submeteu a um procedimento de aborto. Trata-se do depoimento de um ser-afetado-pelo-passado, que foi marcado, atingido pelo acontecimento. A partir do cruzamento do mundo do texto com o mundo do leitor, também foi possível compreender que a questão do aborto – ainda considerado crime no Brasil – continua sendo tratada como tabu, fazendo com que o poder público, sob pressão de uma ideologia dominante conservadora, não avance no sentido de descriminalizar a prática no país.

Por conseguinte, a sexta narrativa analisada foi o editorial que marcou o retorno do *Mulherio*, que ficou fora de circulação por sete meses após o fim da parceria com a Fundação Carlos Chagas. O mundo revelado por esse texto em específico também contribuiu para a investigação sobre a história do jornal, uma vez que trouxe informações importantes sobre estrutura, perfil editorial, entre outras coisas.

Em seguida, analisamos um artigo que tratava de questionar os estereótipos que recaíam sobre as feministas, em especial o mais famoso deles: o de que feminista não possui feminilidade. Pudemos ver nitidamente através dessa narrativa como o *Mulherio* não se furtava de fazer autocríticas quando necessário, quando o texto revela que muitos estereótipos eram criados e/ou reforçados pelo próprio feminismo, a partir do momento em que o movimento ditava quem era feminista e quem não era.

Dando seguimento, analisamos um artigo do antropólogo Roberto DaMatta sobre a Viúva Porcina, personagem da telenovela Roque Santeiro. Embora o texto trouxesse uma análise coerente sobre a sociedade da época, o autor acabou por incorrer na estereotipação, ao afirmar que a personagem em questão, por se mostrar uma mulher independente, estaria se submetendo a uma domesticação caso decidisse viver um grande amor.

Em seguida, analisamos um manifesto para a Assembleia Nacional Constituinte, escrito por um coletivo feminista. Novamente, buscamos “atualizar” o texto em leitura, olhando cada uma das reivindicações do texto e averiguando se todas elas se concretizaram a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Observamos que todas elas foram atendidas, algumas não de imediato, mas refletimos que se trata apenas de leis, que não necessariamente refletem uma transformação radical na sociedade.

A última narrativa analisada foi um artigo sobre a questão da mulher indígena: os estereótipos e preconceitos que rondam a figura feminina em uma comunidade indígena. Percebemos no texto um olhar sensível para um grupo tão secundarizado quando falamos dos povos indígenas. Analisando essa narrativa escrita há mais de três décadas, a partir de um mundo atual onde há comunidades indígenas em risco de extinção, refletimos que a maneira como essas mulheres são tratadas pela ideologia dominante está longe de ser mudada, muito embora, no decorrer desses anos, muitas indígenas tenham se levantado e ganhado destaque na luta, a ponto de em 2018 o Brasil ter ficado diante da primeira mulher indígena a disputar uma eleição presidencial.

Assim, se concretiza o objetivo geral deste trabalho, que era analisar as narrativas do jornal, bem como os objetivos específicos, a saber: investigar o surgimento e criação do *Mulherio*; observar o contexto histórico e sociocultural no qual o jornal estava inserido; e identificar quem eram as pessoas que escreviam para o jornal e averiguar se o periódico contribuiu e como se deu essa contribuição para a imprensa brasileira e mais precisamente para a imprensa feminista na década de 1980

Diante disso, podemos afirmar, com base em toda a investigação feita e também na análise das narrativas, que o jornal *Mulherio* contribuiu sobremaneira para a imprensa feminista e para o próprio movimento feminista no Brasil no período em que esteve em circulação. A abertura para os diversos feminismos é o reflexo de uma mudança de paradigmas no movimento feminista, quando se chegou à compreensão de que não seria mais possível ignorar e muito menos secundarizar pautas como raça e classe, apenas citando alguns exemplos.

O *Mulherio*, no entanto, foi além da pauta feminista, e conseguiu abordar temas importantes para a época, principalmente no que diz respeito à redemocratização do país. Um grande exemplo é o manifesto pela Constituinte analisado neste trabalho.

As hipóteses também se confirmam. A primeira delas era que o *Mulherio* conseguiu pautar os mais diversos temas com um pouco mais de liberdade por ter surgido em um contexto histórico em que o país caminhava rumo à redemocratização. Isso pode ser visto claramente nas

narrativas analisadas, muitas delas tratando de questões polêmicas, uma inclusive trazendo um manifesto para a Constituinte.

A segunda hipótese era que a durabilidade e estrutura do jornal poderia se justificar por ele ter sido criado e editado por muito tempo dentro da estrutura da Fundação Carlos Chagas, com o apoio financeiro da Fundação Ford. A terceira, que o rompimento com a FCC teria inaugurado um novo momento para o impresso, que passaria a contar com maior liberdade no seu conteúdo editorial.

Essas duas hipóteses podem ser comprovadas no editorial ora analisado, que fala do hiato do *Mulherio* após o fim da parceria com a FCC, o que inviabilizou a publicação por questões financeiras. Nesse mesmo editorial, é explicado que o jornal, dali em diante, buscaria meios alternativos de subsistência e assim poderia atuar com mais autonomia.

Todas as narrativas analisadas, configuradas décadas atrás, continuam fazendo sentido em 2022. Elas foram atualizadas pela autora deste trabalho inicialmente em *mímesis* III, no ato de prefiguração, e posteriormente em *mímesis* II, configurando uma nova narrativa a partir da análise que constitui essa pesquisa.

O círculo hermenêutico elaborado por Ricoeur (2010) se mostrou, assim, imprescindível para esse trabalho de análise e interpretação das narrativas, que se deu de uma maneira livre e autônoma, considerando que a hermenêutica da consciência histórica implica em uma superação do estruturalismo que domina o estudo das narrativas, e pressupõem um novo olhar, uma nova abordagem neste campo.

A autonomia com a qual a análise das narrativas foi desenvolvida compõe a proposta ricoeuriana, e é concedida ao leitor para que, no ato interpretativo, fique liberado para agir diante do texto. Para o filósofo francês, o leitor é o grande operador por trás do círculo hermenêutico, e isso pudemos observar durante o processo de análise das narrativas do *Mulherio*, que só puderam ser atualizadas por meio do ato de refiguração.

Isso não diminui, obviamente, a importância dos autores, muito pelo contrário: uma história não pode se contar sozinha e um autor pode até tentar se disfarçar, mas nunca conseguirá se ocultar completamente no seu texto.

Assim, foi lançando mão dessa autonomia que procedemos com a interpretação das narrativas do jornal *Mulherio*, sem deixar, no entanto, de respeitar os limites de cada narrativa, a fim de evitar qualquer interpretação grosseira e distante daquilo que o mundo do texto propõe.

Nesse mesmo sentido, cada narrativa teve seu próprio percurso de construção e de interpretação. Isso devido às diferentes referências que cada texto apresenta em sua

configuração, que se cruzaram com as referências da autora desta dissertação no ato interpretativo, em terceira *mímesis*.

Dessa forma, não há que se falar em um modelo fechado e rígido na composição da intriga e na interpretação, pois, vale lembrar, o círculo hermenêutico não é vicioso.

Com isso, ao final do trabalho, não chegamos a uma interpretação definitiva e imutável nas narrativas selecionadas. Elas podem divergir ao serem analisadas por leitores diferentes, e também ao serem analisadas pelo mesmo leitor, só que em tempos diferentes. Isso quer dizer que, se essa pesquisa tivesse sido desenvolvida anos atrás, as interpretações seriam outras, porque a intérprete era outra pessoa em outro tempo. Isso também vale para o futuro: caso as mesmas narrativas sejam analisadas anos à frente, certamente a interpretação não será igual, pois a leitora também não será mais a mesma pessoa.

Essa é a síntese do círculo hermenêutico, que consiste em um espiral infinito, uma espiral que faz a meditação passar inúmeras vezes pelo mesmo ponto, mas cada vez em uma atitude diferente.

Também é importante ressaltar que essa pesquisa só foi possível de ser realizada graças ao cuidado da Fundação Carlos Chagas em manter um acervo digitalizado com todas as edições do *Mulherio*. Daí a importância de iniciativas que busquem conservar documentos, a fim de que eles sigam acessíveis e disponíveis para gerações futuras, pois é o documento que conserva o discurso e o torna disponível para a memória individual e coletiva.

7. REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, S. **Confissões**. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- BALLESTRIN, L. M. de A. Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*. 2017, v. 25, n. 3, pp. 1035-1054. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>>. Acesso em: 12 out 2021.
- BUITONI, D. H. S. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1986.
- CADERNOS DA COMUNICAÇÃO. **Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005, Série Memória, v. 13.
- CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 965-986, 2014.
- CARDOSO, E. P. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 132, 2004.
- CONCEIÇÃO, E.; AMITRANO, G. C. A relação entre a identidade narrativa de Paul Ricoeur e a identidade política de Hannah Arendt. **Revista Estudos Filosóficos UFSJ**, São João del Rei, n. 6, p. 65-74, 2011.
- CRESCÊNCIO, C. L. **Quem ri por último, ri melhor: Humor gráfico feminista (Cone Sul 1975-1988)**. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2016. 316 p.
- DA SILVA, J. P. A; DO CARMO, V. M; RAMOS, G. B. J. R. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021.
- DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE SOUSA, R. S. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**, 2017.
- DEBÉRTOLIS, Karen Silva. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.
- FERREIRA, G. de S. **Não há igualdade sem diferença, nem diferença sem igualdade**, 2015.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. **O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista**. IX Encontro da ABCP – Gênero, Democracia e Políticas Públicas. Brasília, DF, 04-07 de agosto de 2014.

GENETTE, G. **Discurso da Narrativa**. 3ª ed. Lisboa: Vega, 1995.

GOLDBERG, A. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

GONÇALVES, T. C. A. F. A. **Litericultura: as narrativas de um presente do passado na imprensa literária do início do século XX**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano, 1988. **In: GONZALEZ, L. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GUIMARÃES, T. M. F. **O machismo do Pasquim através da nudez e objetificação da mulher na década de 70**. 68 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2017.

HEMMINGS, C. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 215-241, 2009.

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LAGE, L. R. Contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur para uma teoria da narratividade jornalística. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 15, p. 09-19, 2018.

LEAL, B. S. **Quando uma notícia é parte da história: as mídias informativas e a identidade narrativa**. E-compós, Brasília, v.17, n. 3, set. /dez. 2014.

LEAL, B. S.; SACRAMENTO, I. **A tradição como problema nos estudos de comunicação: reflexões a partir de Williams e Ricoeur**. GALÁXIA (SÃO PAULO. ONLINE), v. Especial 1, p. 22-33, 2019.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3. setembro-dezembro/2014.

MARTÍN-BARBERO, J. Diversidade em convergência. **Matrizes**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i2p15-33. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/90445>> Acesso em: 19 out. 2021.

MENEGHEL, S. N; HIRAKATA, V. N. Femicides: female homicide in Brazil. **Revista de saúde pública**, v. 45, p. 564-574, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n3/en_1931.pdf> Acesso em: 19 out. 2021.

MOSQUEIRA, D. de S. B. **O espelho está partido em mil prismas que teimam em não se encaixar:** as múltiplas faces feministas nas páginas do Mulherio (1981-1987). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul, 2016.

MOURA, R. L. **O jornalismo nas narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho.** 2018. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS, Porto Alegre, 2018.

NEHRING, M. L. Q. de M. **Família e feminismo:** reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.

NEXO, São Paulo, junho de 1988, nº 1.

PALMEIRO, C. Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos. **Revista Cult:** 14 nov. 2017. Entrevista concedida a Mariana Gonzales. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>> Acesso em: 17 out 2021.

PEREZ, O. C; RICOLDI, A. M. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In: **Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP).** 2020.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

RÊGO, A. R. B.; BARBOSA, M. C. Tempo, memória e história da comunicação. Um passeio teórico em torno de Paul Ricoeur. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación,** v. 18, n. 32, 2019.

REIS, J. Estudo sobre o tempo. In: **Revista Filosófica de Coimbra,** nº 9, 1996, p. 143-203.

RIBEIRO, L; O'DWYER, B; HEILBORN, M. L. Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças. **Civitas-Revista de Ciências Sociais,** v. 18, p. 83-99, 2018.

RICOEUR, P. A marca do passado, Tradução de Breno Mendes e Guilherme da Cruz e Zica. **História da Historiografia,** n. 10, p. 329-350, 2012b.

RICOEUR, P. **Do texto à acção.** Lisboa: Rés, 1989.

RICOEUR, P. **Entre Tempo e Narrativa:** Concordância/Discordância. Tradução: João Batista Botton. **Kriterion,** Belo Horizonte, nº 125, p. 299-310, 2012.

RICOEUR, P. **O conflito das interpretações:** ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, P. **O conflito das interpretações:** ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, P. **O si-mesmo como Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. (Tomo 1). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. (Tomo 2). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. (Tomo 3). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.

ROCHA, F. de B. M. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital**. 2017.

RODRIGUES, L; CARNEIRO, N. S; NOGUEIRA, C. Problematização do feminismo interseccional: o lugar das pessoas trans (género) no Brasil e em Portugal. **Seminário múltiplas discriminações**, 2018.

SILVA, R. C. da. **As mulheres do mulherio (1981-1982):** imprensa, feminismo e política. XIV Encontro de História Anpuh MS. Mato Grosso do Sul, 2018.

TAMIÃO, J. S. **Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975- 1988)**. Dissertação. Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2009.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELES, M. A. de A. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar em Direitos Humanos**, Bauru, v.2, n.2, p.9-18, jun. 2014. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>> Acesso em: 17 out. 2021.

ZIRBEL, I. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, Campinas, vol. 7, no 2, pp. 10-31. 2021. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>>. Acesso em: 15 out. 2021.

MULHERIO, São Paulo, março-abril de 1981, nº 0.

MULHERIO, São Paulo, maio-junho de 1981, nº 1.

MULHERIO, São Paulo, setembro-outubro de 1981, nº 3.

MULHERIO, São Paulo, janeiro-fevereiro de 1982, nº 5.

MULHERIO, São Paulo, maio-junho de 1982, nº 7.

MULHERIO, São Paulo, setembro-outubro de 1983, nº 15.

MULHERIO, São Paulo, maio-junho de 1984, nº 16.

MULHERIO, São Paulo, julho-agosto de 1984, nº 17.

MULHERIO, São Paulo, outubro-novembro-dezembro de 1985, nº 23.

MULHERIO, São Paulo, março-agosto de 1986, nº 25.

MULHERIO, São Paulo, dezembro de 1986, nº 27.